

Rio

Cidade mais
humana,
segura,
criativa
e sustentável.

Coligação Unidos Pelo Rio:
Martha Rocha Prefeita
Vice: Anderson Quack



Rio

Cidade
mais humana,
segura,
criativa
e sustentável.

Coligação Unidos Pelo Rio:
Martha Rocha Prefeita
Vice: Anderson Quack

Ficha Técnica

Coligação Unidos Pelo Rio:

Martha Rocha Prefeita — Vice: Anderson Quack
Programa Rio Cidade Mais Humana, Segura,
Criativa e Sustentável

Presidente Municipal do PDT: Augusto Ribeiro

Presidente Municipal do PSB: Cesar Nogueira

Coordenação do Programa de Governo: Vinícius Wu

Equipe de Elaboração do Programa de Governo:

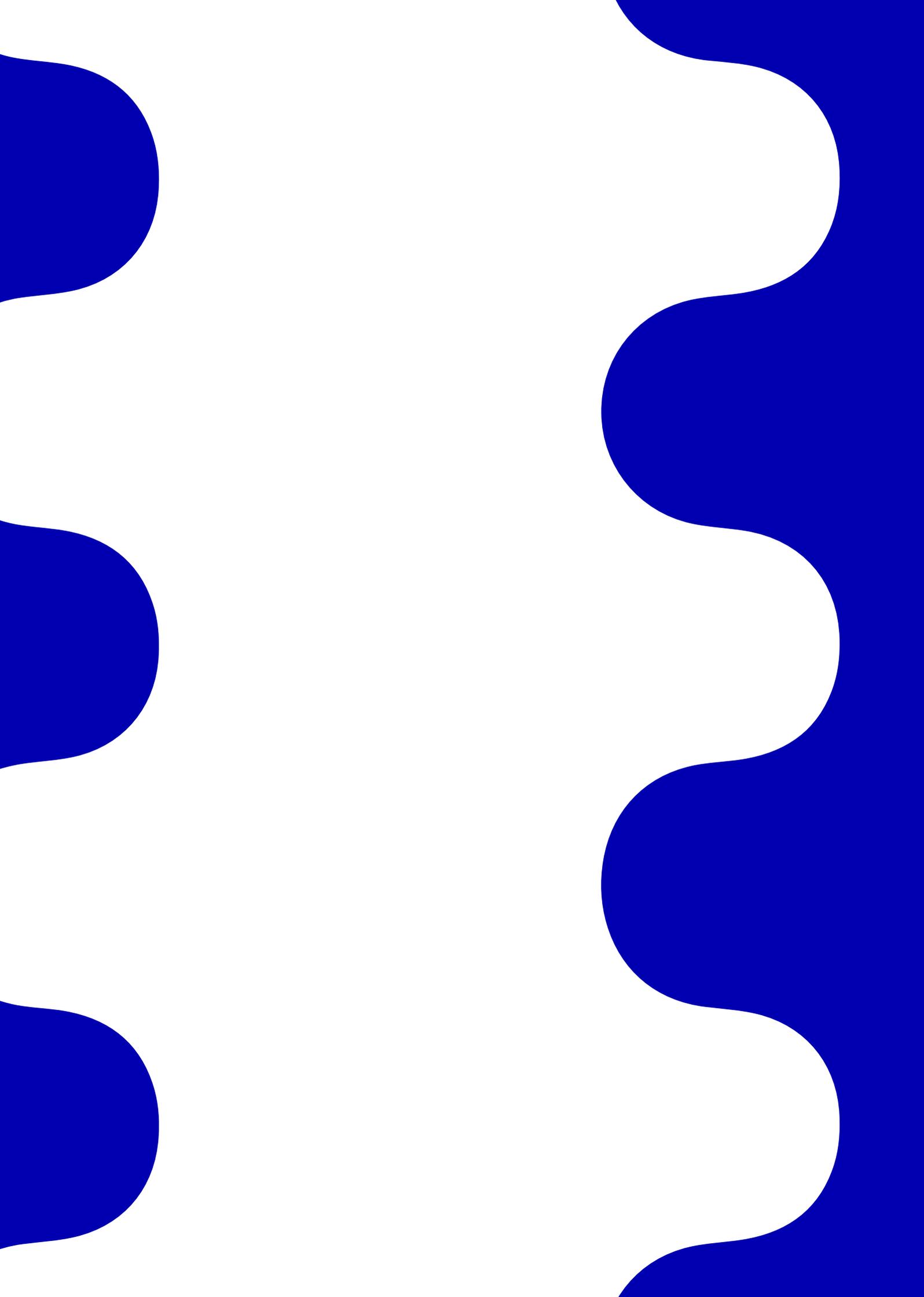
Adrianno Oliveira Rodrigues,
Bianca Louzada Vasconcellos,
Karine Vargas Pontes.

Diagramação: Bruno Portella

À equipe do Instituto da Brasilidade, aos militantes, dirigentes e parlamentares do PDT e do PSB e, especialmente, a todos e todas simpatizantes e apoiadores/as que participaram das inúmeras reuniões, lives, debates presenciais e online realizados nos últimos meses visando à elaboração desta plataforma, deixamos aqui nosso profundo e sincero agradecimento.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	09
INTRODUÇÃO	17
SAÚDE	21
EDUCAÇÃO	29
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	39
MOBILIDADE	47
DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, TRABALHO E TURISMO	53
CULTURA	65
MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONSERVAÇÃO	75
INFRAESTRUTURA URBANA E HABITAÇÃO	83
PLANEJAMENTO, GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANÇAS PÚBLICAS	91
ASSISTÊNCIA SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	103
JUVENTUDE, DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO E RACIAL	111
ESPORTE	119
REFERÊNCIAS	123



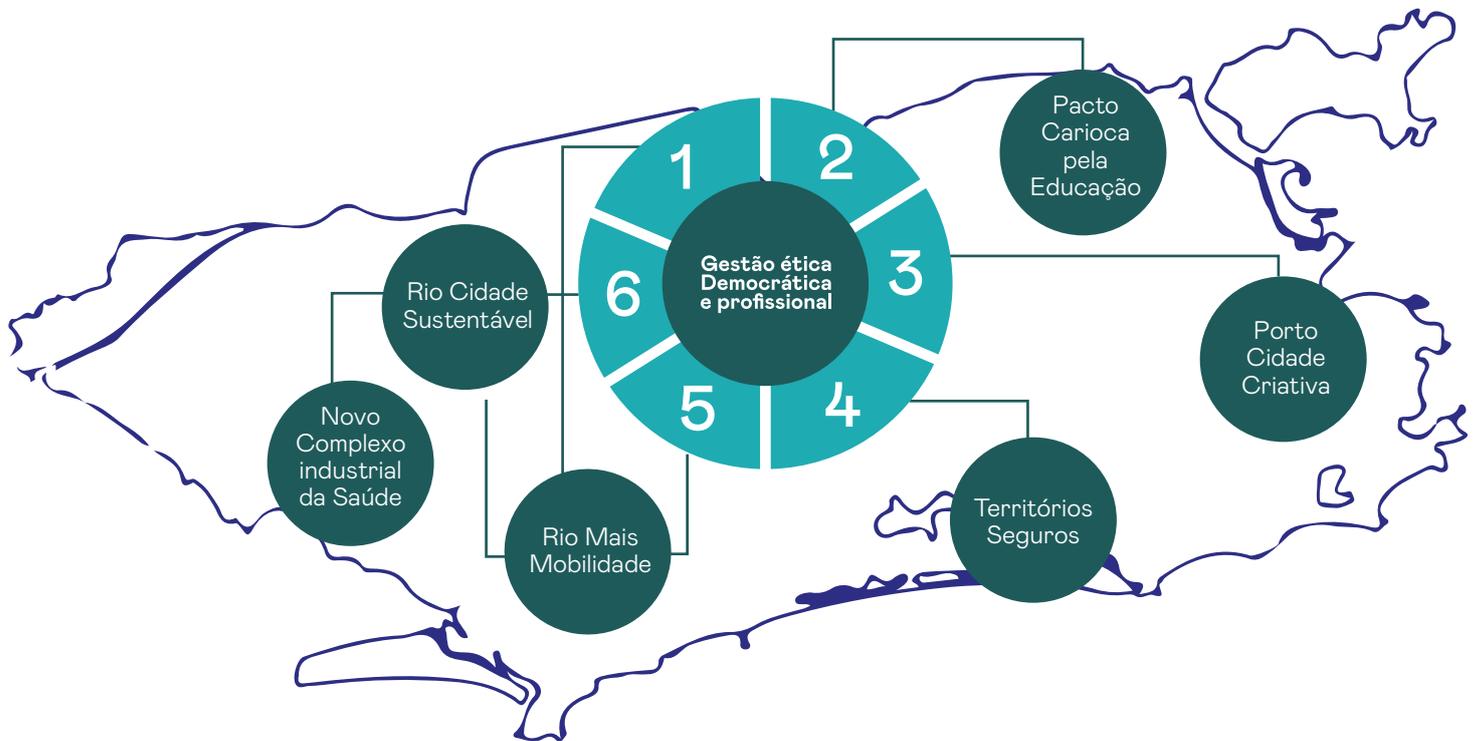
1

RESUMO EXECUTIVO

1. Resumo Executivo

O programa **RIO CIDADE MAIS HUMANA, SEGURA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL** está organizado em torno de 6 Projetos Estruturantes e 36 propostas prioritárias divididas em 12 áreas. Outras dezenas de propostas a serem apresentadas ao debate público nas eleições municipais constarão de nosso caderno programático e abordarão todas as principais questões que envolvem a vida nas cidades. Para assegurar a realização desta ousada e abrangente plataforma, iremos nos apoiar em uma gestão ética, democrática e profissional. Afinal, de nada valem boas ideias e propostas se não houver compromisso ético e uma gestão profissional, eficiente e comprometida com o combate à corrupção. É preciso, ainda, buscar um modelo de gestão essencialmente democrático, transparente e aberto à participação ativa da cidadania em todas as etapas do desenvolvimento das políticas públicas.

Os 6 Projetos Estruturantes



Esta é a descrição sintética dos seis Projetos Estruturantes:

1. Pacto Carioca Pela Educação:

O pacto envolve um conjunto de projetos e uma ampla mobilização da sociedade em busca de transformar a educação da cidade do Rio ao longo desta década. Vamos fazer valer a adesão do Rio ao pacto pela Alfabetização na idade certa, melhorando os indicadores educacionais na cidade, além de investir na melhoria da infraestrutura de nossas escolas e na ampliação da oferta de ensino infantil e ensino integral.

2. Rio Territórios Seguros:

Projeto Estruturante no qual a Prefeitura assume, de fato, seu papel na construção de uma cidade mais segura, articulando políticas de prevenção à violência, tecnologia de ponta e inteligência no combate à criminalidade, sempre em parceria com as polícias civil e militar. Com o uso de inteligência, tecnologia, patrulhamento e políticas de prevenção, pretendemos atuar territorialmente, aumentando a eficiência e a eficácia das políticas de segurança no município.

3. Porto Cidade Criativa:

Projeto que pretende transformar a região portuária em um grande ambiente de inovação e apoio a empresas de base tecnológica e relacionadas à economia da cultura, criando um grande “cinturão de desenvolvimento” do Porto até a Ilha do Fundão, envolvendo todas as comunidades do entorno (da Providência à Maré), com projetos de urbanização e saneamento nestas localidades. Projetos de habitação popular e de residências universitárias integram o Porto Cidade Criativa, que também receberá um dos primeiros “Territórios Seguros” da Cidade. Pretendemos ainda, transformar a região na grande porta de entrada do turismo na cidade, valorizando a cultura afro-brasileira, o circuito do samba, dos museus e a história da região onde nasceu a cidade do Rio.

4. Rio Mais Mobilidade:

Com a adoção de um novo modelo de governança do serviço público de passageiros, o incentivo à mobilidade ativa, o uso de inteligência e inovação para facilitar o tráfego e melhorar as condições de deslocamento pela cidade, queremos garantir a todo cidadão e cidadã carioca o pleno direito à cidade. Projetos de melhoria da mobilidade em lugares de difícil acesso também farão parte deste projeto estruturante, assim como uma estratégia de promoção da paz no trânsito da cidade.

5. Rio Cidade Mais Sustentável:

Fazer do Rio a capital nacional do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e da construção de cidades resilientes, liderando esforços em favor da adaptação das cidades brasileiras às mudanças climáticas é o grande objetivo deste Projeto

Estruturante, que vai integrar políticas de saneamento, urbanismo, conservação, agroecologia, energia limpa entre outras estratégias.

6. Novo Complexo Industrial da Saúde:

O aprendizado em relação à pandemia do coronavírus nos instiga a buscar uma estratégia que assegure a sustentabilidade da cidade em termos de produção de equipamentos, suprimentos e material médico-hospitalar. Por meio deste projeto, queremos utilizar toda a inteligência reunida no município e o incrível capital humano disponível em nossas instituições de pesquisa para transformar a cidade na maior produtora de equipamentos e insumos hospitalares do país.

Os Projetos Estruturantes serão implementados com base em um modelo de gestão transversal e integrado e monitorados a partir do **Novo Escritório de Projetos** da Prefeitura do Rio, diretamente vinculado ao Gabinete da Prefeita. Os Projetos Estruturantes articularão ações das diferentes áreas, estabelecendo um diálogo permanente com os demais níveis de governo e orientando decisões orçamentárias. O novo modelo de gestão demandará uma reestruturação da máquina pública municipal que promova a integração e a colaboração entre as diferentes unidades de governo e combata a corrupção, o desperdício e a dispersão dos recursos públicos. As doze áreas que compõem o nosso programa de governo e apontam para um novo ordenamento das políticas públicas no município do Rio são as seguintes:

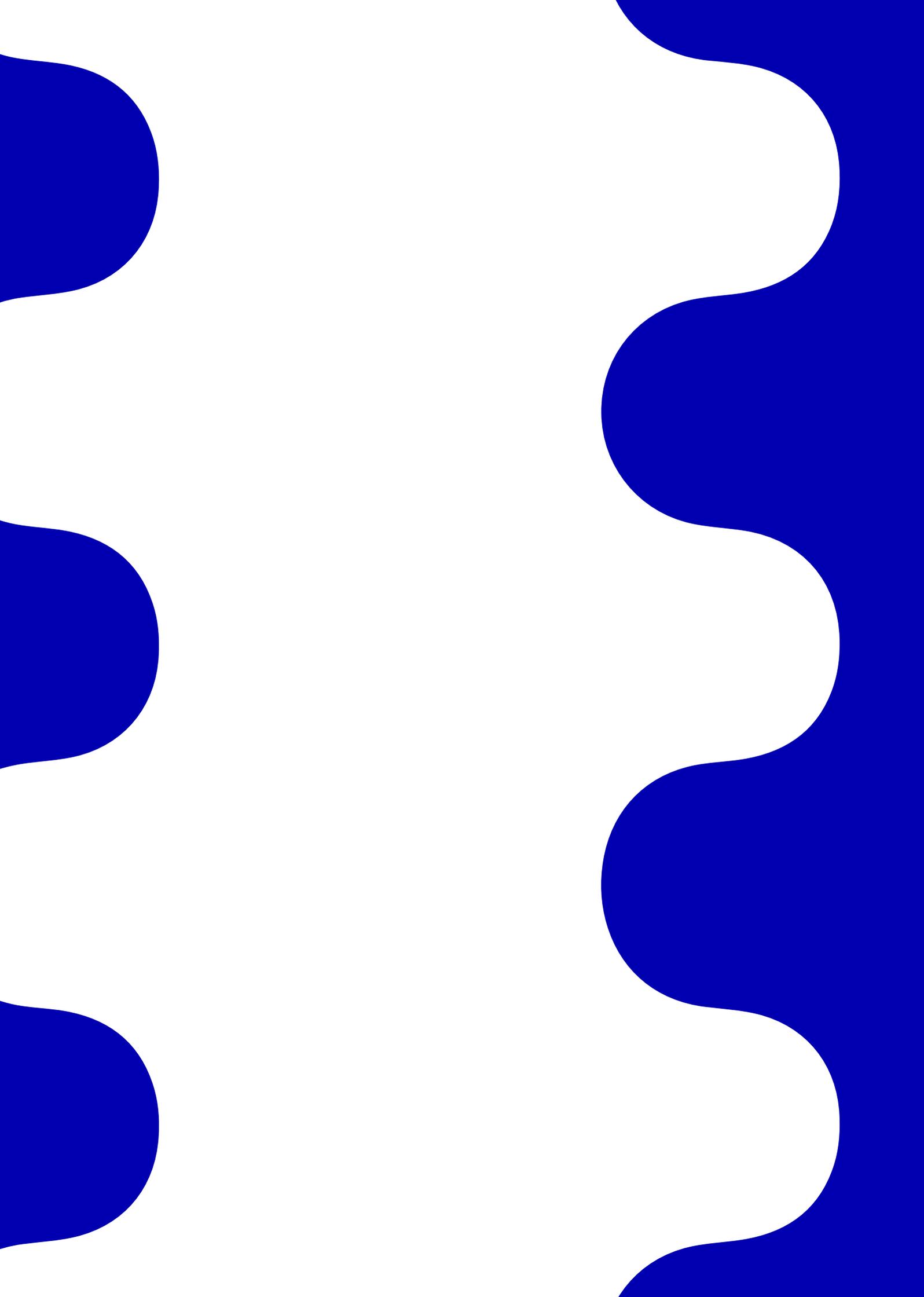
1. Saúde
2. Educação
3. Segurança e
Ordem Pública
4. Mobilidade
5. Desenvolvimento,
Trabalho, inovação
e Turismo
6. Cultura
7. Meio-ambiente,
Saneamento e
Conservação
8. Infraestrutura
urbana e Habitação
9. Planejamento,
Gestão democrática
e Finanças Públicas
10. Assistência Social e
Pessoa com Deficiência
11. Juventude, Diversidade e
Igualdade de Gênero e Racial
12. Esporte

A seguir, serão apresentadas as propostas para cada uma destas áreas, com destaque para as três prioridades em cada uma delas, perfazendo um total de 36 propostas prioritárias.

As prioridades aparecem no corpo do texto destacadas em azul e acompanhadas do ícone abaixo:

(Projetos prioritários)





2

INTRODUÇÃO

2. Introdução:

O ano de 2020 ficará, incontornavelmente, marcado pela pandemia do coronavírus, cujos efeitos econômicos e sociais ainda serão sentidos por um longo período. A maior crise global da saúde pública neste século deixará marcas profundas sobre as formas de sociabilidade, a economia, a vida nas cidades e a demanda por serviços públicos, além de reposicionar o debate acerca do papel do Estado. As eleições municipais no Brasil serão fortemente influenciadas por este novo ambiente. As cidades estarão desafiadas a repensar suas estratégias de desenvolvimento e organização do espaço urbano.

É neste contexto que a Coligação Unidos pelo Rio se vê diante do desafio de apresentar um programa que não apenas favoreça a retomada do desenvolvimento sustentável da cidade, mas que também seja capaz de recuperar a alegria e o orgulho de ser carioca. Afinal, é forçoso reconhecer que a autoestima e a confiança do povo do Rio em seus governantes andam profundamente abaladas, tanto em função do desastre administrativo promovido pelo governo municipal, quanto pelos sucessivos escândalos de corrupção que assolam o governo do estado.

Nossa cidade viu os serviços públicos municipais serem deteriorados e se tornarem reféns do clientelismo, ao mesmo tempo em que, no plano estadual, foram sucedidos deploráveis episódios de malversação do dinheiro público. O primeiro grande desafio da/o próxima/o Prefeita/o, portanto, será reconquistar a confiança da população e resgatar a credibilidade do governo municipal. E é exatamente por este motivo que o combate à corrupção e a promoção da transparência na gestão pública ocupam um lugar de destaque em nosso programa, perpassando todas as áreas de atuação do governo municipal.

Lamentavelmente, a cidade do Rio, em virtude das opções equivocadas das duas últimas administrações, desperdiçou uma janela de oportunidade singular que se abriu com a realização de grandes eventos a partir de 2007, desde os Jogos Pan -Americanos (2007) até os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), passando pelos Jogos Mundiais Militares (2011), pela Copa das Confederações (2013) e pela Copa do Mundo (2014). Ao não adotar uma visão sistêmica para o desenvolvimento de suas políticas públicas e optar pela improvisação no lugar do planejamento, a Prefeitura fez com que os megaeventos resultassem no aprofundamento das desigualdades e em um dramático desequilíbrio das contas públicas. O Rio viu seus indicadores econômicos serem deteriorados logo após a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, revelando a fragilidade das estratégias desenvolvidas na preparação da cidade para a série de grandes eventos. A taxa de desemprego dobrou entre 2015 e 2016, ano da realização das Olimpíadas e, ainda no final daquele ano, a massa salarial dos empregados retroagiu a patamares registrados quatro anos antes dos jogos. Todos os esforços realizados para que a cidade pudesse sediar a sequência de megaeventos não foram capazes de reduzir o impacto da crise econômica observada em nível nacional, de modo que um

dos maiores legados das Olimpíadas acabasse sendo, na verdade, uma situação fiscal calamitosa e um rombo considerável no caixa do município.

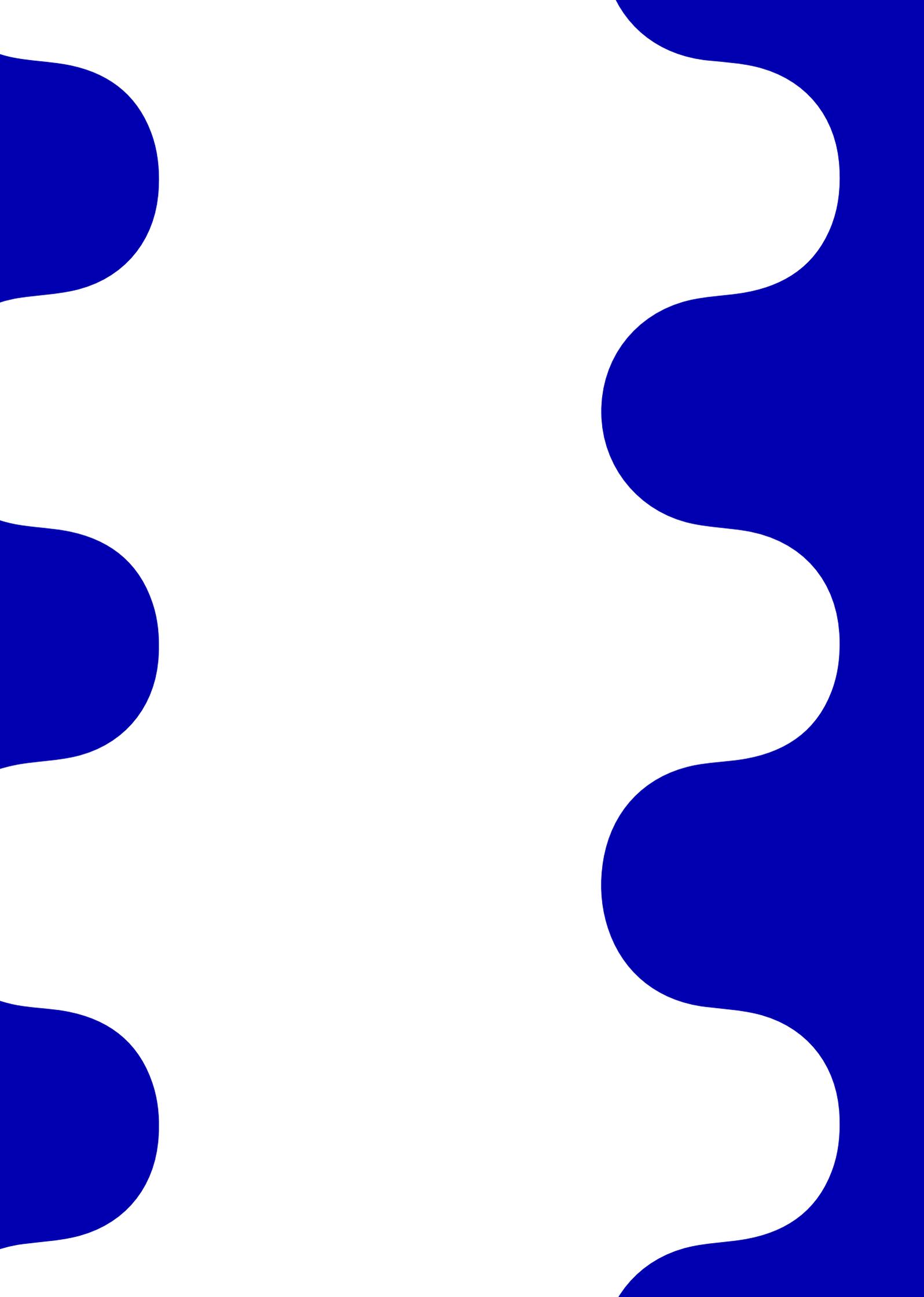
Assim, em janeiro de 2017, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), havia um saldo negativo de R\$ 320 milhões nos cofres da Prefeitura. E, durante a atual administração, a situação foi agravada, demandando para o próximo governo uma ação decidida no sentido de recuperar a sustentabilidade fiscal da administração municipal. Já antes da pandemia, o Rio encontrava-se diante de um quadro de enorme fragilidade fiscal. De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, em 2019, a razão Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida (RCL) era a segunda maior entre todas as capitais, quadro que se repete em 2020. Já o serviço da dívida do município, que consumia 7,2% da RCL em 2019, neste ano subiu para 8,9%, e o Rio passou a ser a capital com maior relação Serviço da Dívida/RCL. Estamos, portanto, plenamente conscientes da complexa situação a ser enfrentada pelo próximo governo.

Nossa plataforma para a cidade do Rio está alinhada aos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS's), também conhecidos como Objetivos Globais, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e compartilhado pelas principais cidades do mundo. Os ODS's inspiram diversas estratégias de desenvolvimento nos cinco continentes e iniciativas de planejamento e formulação de políticas públicas, como a **Agenda Rio 2030**, documento que nos serve de referência. Nosso programa também se alinha inteiramente às **diretrizes programáticas nacionais** do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e incorpora conceitos e princípios gerais do Programa de Governo apresentado por **Ciro Gomes** na campanha presidencial de 2018. Trata-se, portanto, de uma **plataforma identificada com a história do trabalhismo e da luta por justiça social no Brasil** e que enfatiza a defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nossas propostas e ideias para tornar o Rio uma **cidade mais humana, segura, criativa e sustentável** estão apoiadas em indicadores e dados confiáveis, de modo a atestar a viabilidade técnica e financeira de cada um dos projetos a serem apresentados ao debate público. Assim, a retomada do desenvolvimento econômico sustentável da cidade, com o consequente aumento de arrecadação e de receita, será o eixo basilar de nosso arcabouço programático.

As propostas, apresentadas ao fim de cada tópico, estão balizadas por princípios éticos e humanistas, característicos da tradição trabalhista, e guardam coerência programática umas com as outras, apontando para um **modelo de gestão transversal e integrado**. Ou seja, as diferentes áreas de governo devem atuar de forma coordenada e em regime de colaboração permanente, evitando a sobreposição de políticas públicas, a concorrência entre unidades de governo e o desperdício de recursos públicos.

O objetivo central desta sistematização é apresentar um programa inovador, consistente e viável para a construção de uma **cidade mais humana, segura, criativa e sustentável**. **Humana**, porque buscará cuidar verdadeiramente das pessoas que habitam a cidade; **segura**, porque é necessário trabalhar em favor da cultura de paz e da redução da criminalidade violenta em todas as regiões; **criativa** porque a inovação e o estímulo à criatividade são elementos-chave para o desenvolvimento econômico e a gestão das cidades na contemporaneidade; e **sustentável**, pois não há mais espaço para estratégias de desenvolvimento no século XXI que não considerem a dimensão da sustentabilidade e do equilíbrio ecológico e ambiental enquanto elemento central para o futuro das cidades.



3

SAÚDE

3. Saúde

A pandemia do Coronavírus colocou a saúde pública no centro do debate político mundial. A discussão a respeito do papel do Estado adquire um novo significado. O discurso neoliberal de esvaziamento e privatização de serviços públicos essenciais, como a saúde, perdeu completamente o sentido. Uma nova realidade social emergirá após a pandemia e a ação do Estado será determinante para assegurar tanto a retomada das atividades econômicas quanto a qualificação da oferta de serviços de saúde. Cidades de todo o mundo estarão desafiadas a revisar suas estratégias de planejamento, construir soluções inteligentes e inovadoras para o convívio social, aumentar sua capacidade atendimento a populações vulneráveis, reforçar as estratégias de saúde coletiva, ampliar a cobertura da atenção primária e aperfeiçoar toda a infraestrutura necessária ao enfrentamento de novas calamidades e epidemias. Não será uma tarefa simples e sequer seria possível antecipar, desde já, quais serão exatamente os dilemas que as cidades enfrentarão nesta nova realidade.

O que sabemos é que a saúde pública estará relacionada a praticamente todas as demais políticas públicas e a apresentação de um projeto de cidade que não considere este aspecto fundamental do mundo nos próximos anos soaria irrealista e desumano.

É preciso, portanto, colocar o cuidado verdadeiro e efetivo com as pessoas no centro de todas as estratégias públicas a serem desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro. E isto não pode ser apenas um discurso eleitoral vazio, que não encontre respaldo nas ações concretas da Prefeitura como vimos nos últimos anos. O descaso com o bem estar população se manifesta dramaticamente na redução do orçamento destinado à saúde na cidade do Rio. Segundo o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura retirou indevidamente R\$ 1,5 bilhão da saúde entre 2017 e 2019. Só em 2019 foram mais de R\$ 995 milhões. E neste ponto, cumpre nos posicionarmos veementemente **a favor do cumprimento do investimento mínimo em saúde segundo os preceitos constitucionais.**

Os cortes no orçamento da saúde fizeram com que a cidade enfrentasse, nos últimos anos, uma das maiores calamidades em saúde pública de sua história. E isto antes mesmo da pandemia do Coronavírus. A situação em 2019 era tão dramática que levou o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado a ajuizarem uma Ação Civil Pública, ACP, contra o município visando a adoção de medidas emergenciais que evitassem a paralisação nos serviços de saúde da cidade. A ACP levantou inúmeros problemas tais como a restrição ou suspensão de serviços, o bloqueio ou fechamento de leitos e a interrupção no fornecimento de medicamentos.

A redução dos investimentos, a péssima gestão e as opções feitas pela atual administração impactaram em, praticamente, todos os indicadores de saúde no município. Na contramão dos esforços realizados por governos de todo o

país e dos avanços da medicina, a taxa de mortalidade materna, por exemplo, chegou a inacreditáveis 82,8 por 100 mil habitantes em 2018, bem acima da taxa considerada tolerável pela Organização Mundial de Saúde, OMS, que é de 70, e absolutamente superior à meta brasileira que é de 20. E os indicadores escancaram ainda as desigualdades no acesso à saúde, que penaliza as populações mais empobrecidas da cidade. Entre Paciência e Santa Cruz, a mesma taxa (mortalidade materna) chegou a 161,3 por cem mil nascidos vivos!

Os problemas na rede municipal de saúde se avolumaram nos últimos anos e um dos principais efeitos tem sido a precarização da rede de atenção básica e a fragilização da rede hospitalar. Faltam equipes médicas, leitos, equipamentos e remédios. O próximo governo receberá como herança uma rede fragilizada e fortemente tensionada pelos efeitos da pandemia do Coronavírus. Será preciso uma iniciativa verdadeira reconstrução das políticas de saúde na cidade do Rio e a adoção de um novo modelo de governança será indispensável para vencermos este desafio.

Eixos para um novo modelo de governança

A má gestão dos recursos e a corrupção são identificadas como dois grandes problemas para a saúde no Rio, enquanto a melhoria do atendimento é apontada como uma das principais demandas da população em diferentes pesquisas de opinião. Os recentes escândalos de corrupção na área da saúde, que levaram ao afastamento do Governador do estado do Rio, e o complexo cenário do pós-pandemia demandam a adoção de novo modelo de governança das políticas de saúde na cidade do Rio. Assim, visando oferecer respostas efetivas e eficazes a este conjunto de desafios, nosso projeto para a saúde estará ancorado em três eixos:

- 1. A melhoria do atendimento na rede municipal.**
- 2. A qualificação e modernização da gestão e governança.**
- 3. A adoção de uma estratégia transversal e intersetorial.**

Propostas

Melhoria do atendimento



Saúde Rio (Retomar a Prioridade à Atenção Básica e a ampliação da Estratégia de Saúde da Família): Projeto que ampliará do acesso a serviços de saúde de qualidade fortalecendo a atenção básica como porta de entrada preferencial no sistema. O projeto também visa qualificar a atenção primária a partir do envolvimento efetivo do usuário e dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde; fortalecer e valorizar as equipes das Clínicas da Família, recompondo seus quadros profissionais; articular a atenção básica com a atenção pré-hospitalar e hospitalar, além de prontos-socorros (isolados ou intra-hospitalares); reforçar a capacidade da rede municipal em atuar na prevenção, assegurando atendimento não agendado quando necessário e facilitando o acesso às clínicas da família através da revisão de critérios geográficos, abrangência das unidades, terceiro turno na atenção básica etc. A meta é a de elevar, em 4 anos, as coberturas de Atenção Básica e da Estratégia de Saúde da Família a 70% da população da cidade.

e-Saúde Rio (Ampliar e incrementar o Prontuário Carioca): projeto que visa a adoção do prontuário eletrônico em todas as unidades hospitalares do município e o início da expansão de seu uso até as Unidades Básicas de Saúde. O prontuário deve tornar mais eficiente e eficaz a linha de cuidado e consolidar o cadastro de usuários unificado proporcionando o seu uso por outras áreas de governo. Além disto, é importante avançar no desenvolvimento de tecnologia própria que possibilitem a integração dos sistemas.

- **Ampliar a oferta de leitos hospitalares** por meio da otimização e melhoria da gestão dos leitos disponíveis nas redes municipal, estadual e federal. Para tanto, será necessário ampliar a articulação com hospitais federais e estaduais buscando uma gestão de leitos hospitalares eficiente, equilibrada e mais célere, em especial nos períodos de enfrentamento a epidemias e calamidades. O Novo Sisreg será o instrumento pelo qual a integração entre os entes federados será facilitada.



- **Plano emergencial de melhoria do atendimento:** estratégia integrada de melhoria do atendimento na rede pública municipal que envolva a ampliação do Prontuário eletrônico e implementação do Novo Sisreg, com gestão inteligente e transparente. Deve-se ainda buscar a criação de um Aplicativo e um painel interativo para acompanhamento por parte dos usuários, em tempo real, de agendamentos e tempo de espera por atendimento. Além disto, a prefeitura deve investir em mutirões e Inteligência clínica e operacional para redução das filas e do tempo de espera. Outra medida fundamental é a reestruturação da rede hospitalar, com aperfeiçoamento da relação entre os hospitais e as unidades básicas, consolidação de estratégias de reabilitação e adequação do perfil dos hospitais às necessidades de atendimento. A reestruturação deverá, ainda, contribuir para a ampliação da atenção especializada eletiva. E, finalmente, será indispensável a adoção de uma estratégia de atenção e cuidado de doenças crônicas, ampliando a capacidade de diagnóstico, fortalecendo e aperfeiçoando as linhas cuidado e aumentando a oferta de atenção especializada laboratorial.

- **Programa Saúde da Pessoa Idosa:** programa integrado que envolverá o mapeamento das populações de idosos nas Unidades Básicas e capacitação de profissionais para o atendimento direcionado, eficaz e eficiente além do desenvolvimento de uma política municipal de atendimento à terceira idade que considere a realidade sanitária pós-pandemia do coronavírus. O programa contará ainda com a formação permanente de cuidadores e agentes de saúde e incluirá a criação de uma agenda de conscientização e estímulo ao envelhecimento saudável, com atividades de socialização, orientação a cuidadores, mapeamento de idosos em situação de violência e negligência, campanhas educativas e de conscientização junto às famílias etc. Finalmente, será instituído um plano de atenção e cuidado de doenças crônicas que buscará ampliar a capacidade de diagnóstico e promover o fortalecimento e o aperfeiçoamento das linhas de cuidado com o aumento da oferta de atenção especializada ambulatorial e hospitalar, sob a coordenação da atenção primária em saúde.

- **Pacto contra a mortalidade infantil e materna:** programa integrado que combinará monitoramento, oferta qualificada de assistência pré-natal, incentivo a realização de partos humanizados, aleitamento materno e assistência imediata a gestantes vítimas de violência, além da retomada do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, PAISM.

- Elaborar, nos primeiros três meses do novo governo, um **plano de Reforma e Reaparelhamento dos Hospitais Municipais.**

- Reforçar as estratégias de acolhimento junto a populações cruciais no tratamento de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Adoção de medidas específicas voltadas a **públicos mais vulneráveis**, como profissionais do sexo.

- Consolidar junto à rede pública municipal uma política permanente e um protocolo comum de **atendimento à população afrodescendente** na cidade de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Instituir, ainda, um plano contínuo de capacitação de profissionais da saúde visando à **equidade étnico-racial** nas políticas de saúde.

- Fortalecer e aperfeiçoar os programas de vacinação, em especial, aqueles direcionados às populações infantil e idosa.

Gestão e Governança

- Implementar uma estratégia de **combate à corrupção e transparência radical da gestão da saúde** no município, com disponibilização de dados em formatos abertos que tratem de planejamento, execução orçamentária, oferta de serviços, geolocalização de toda a rede de atendimento e profissionais disponíveis. Um painel, integrado ao **Novo Sisreg** e referenciado nas melhores práticas de governo aberto do mundo será disponibilizado ao público, oferecendo acesso integral à gestão da saúde no município. Um grupo de acompanhamento, vinculado diretamente ao Gabinete da Prefeita, será instituído com o objetivo de analisar contratos, realizar auditorias periódicas, acompanhar a execução orçamentária e ampliar a colaboração com o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Município, a Defensoria Pública e a Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores.

- Ampliar o quantitativo de unidades hospitalares habilitadas como **hospital de ensino**, com o objetivo de ampliar a integração entre as instituições de ensino e pesquisa e a rede hospitalar da cidade do Rio.

- Instituir uma **gestão transversal das políticas de saúde** (a saúde em todas as políticas públicas), concentrando a condução dos principais projetos junto ao Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio, diretamente ligado ao Gabinete da Prefeita, e composto por diferentes áreas de governo (Educação, Assistência Social, Meio Ambiente etc.) visando a coordenação de estratégias e facilitação do processo de tomada de decisões intersetoriais.

- Aperfeiçoar as metodologias e sistemas de **gestão de dados e informações** em colaboração com instituições públicas e privadas, visando ao aperfeiçoamento de estratégias, à integração entre os diferentes níveis de atenção e à articulação federativa.

- Assegurar a **execução plena do orçamento destinado à saúde**, sem interferência política e atendendo a critérios de gestão responsável e eficiente dos recursos públicos.

- Estabelecer, em todos os contratos de gestão da Atenção Básica, indicadores de resultado, processos de cuidado e qualidade com monitoramento sistemático por parte do órgão gestor municipal.

- Instituir um tabelamento que defina teto de preços para aquisição de insumos na rede municipal de saúde priorizando compras através de processos centralizados e transparentes.

- Assegurar a participação social e a gestão colaborativa da saúde na cidade do Rio por meio da valorização dos conselhos municipais e da abertura de canais de diálogo e escuta com base no uso intensivo de tecnologias digitais (aplicativos, expansão do atendimento online etc.).

- Valorizar o papel dos agentes comunitários de saúde, reforçando a capilaridade e a integração comunitária das políticas de saúde.

Estratégia transversal e intersetorial

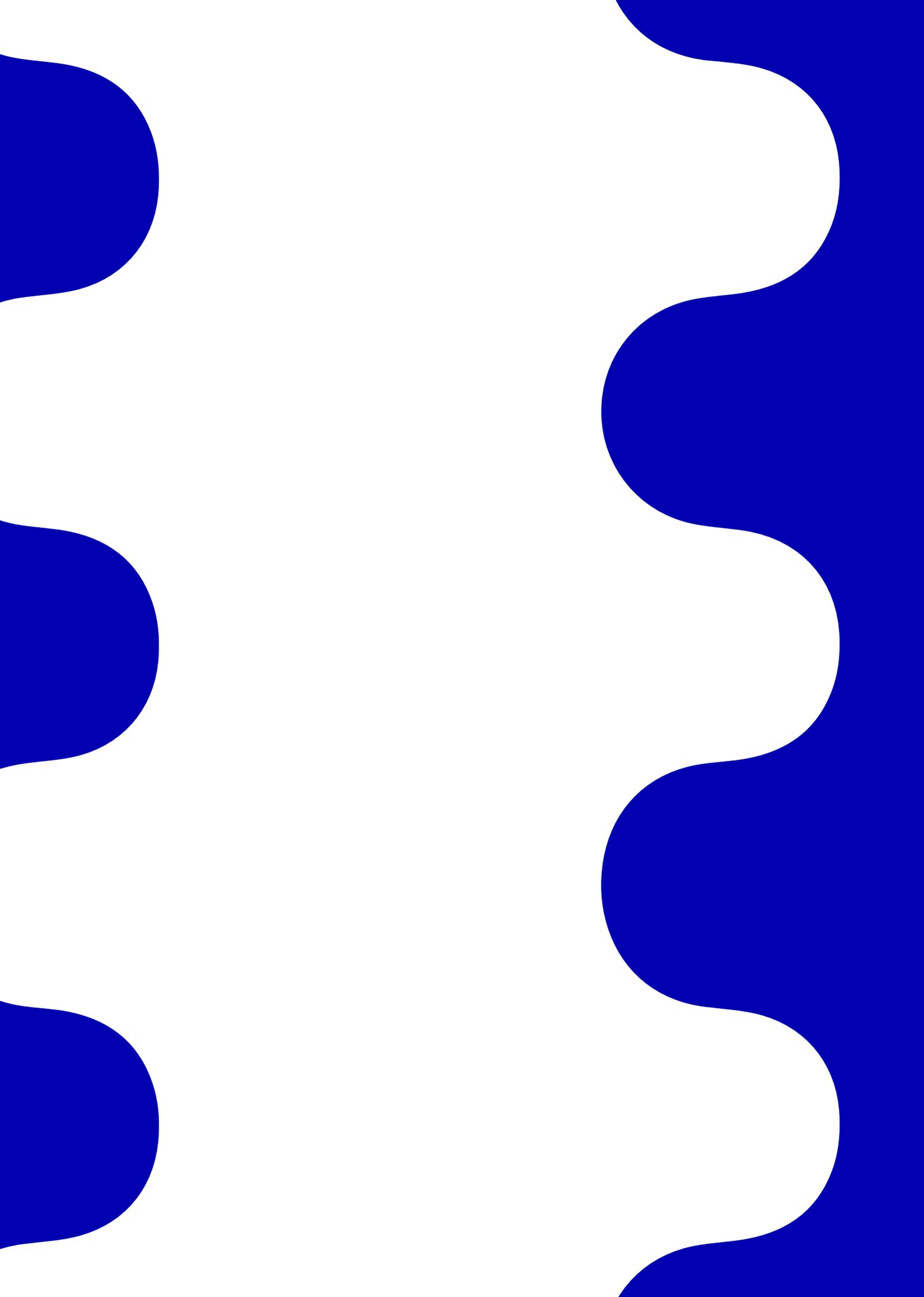


- **Plano de Contingência de Epidemias:** ação transversal e integrada reunindo diversos órgãos municipais. O plano buscará, em especial, articular as políticas de saúde às de saneamento básico na cidade, com atenção especial ao desenvolvimento de ações que ampliem a oferta de esgotamento sanitário e tratamento de água. Outra prioridade será o controle integrado de vetores envolvendo diversas secretarias, COMLURB, Superintendências Regionais etc., com calendário anual e utilização de indicadores de monitoramento. Além disto, pretende-se mobilizar instituições da sociedade civil para a conscientização e o compartilhamento de estratégias de combate à dengue, chikungunya, zika etc. Finalmente, deve-se trabalhar em favor do aperfeiçoamento de todo o processo de tratamento de resíduos sólidos, com a classificação do lixo na origem e a oferta de serviço em áreas vulneráveis.

- **Programa Rio Alimentação Saudável:** programa de incentivo ao consumo de alimentos saudáveis por populações vulneráveis, aquisição de alimentos da agricultura familiar nas escolas municipais e outras instituições públicas e incentivo à difusão de hábitos alimentares saudáveis na cidade. Este programa será composto por vários projetos como o Merenda Saudável, descrito na seção sobre Educação.

- **Rio Vida Saudável:** programa integrado e transversal envolvendo a ampliação das Academias da Saúde (com foco em territórios vulneráveis e em parceria com o setor privado e apoio da Lei de Incentivo ao Esporte do Estado do RJ), a criação de um calendário municipal de práticas esportivas e hábitos saudáveis, campanhas educativas (relacionadas ao estímulo da prática de atividades físicas, redução do consumo de sal, açúcar etc. realização de check-ups periódicos etc.), incentivo a projetos de saúde ocupacional etc.

- Articular as políticas de saúde às ações de combate à **violência de gênero e LGBTQIA+**, aperfeiçoamento de protocolos de atendimento e monitoramento de casos de violência.



4

EDUCAÇÃO

4. Educação

Contando com mais de 640 mil alunos e mais de 1500 escolas em funcionamento, a Rede Municipal do Rio de Janeiro é a maior da América Latina. Se fosse uma cidade, estaria entre os 50 maiores municípios do país. A qualificação da educação básica na cidade é um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo próximo Prefeito/a do Rio de Janeiro. A Rede Municipal enfrenta problemas gravíssimos tais como a precariedade da infraestrutura das escolas, que chega a colocar em risco uma parcela significativa dos alunos, professores e funcionários das escolas do município. De acordo com o último levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Município do Rio, TCM-RJ, mais de 70% das escolas municipais necessitam de reformas emergenciais, sendo este um dos principais pontos de atenção a serem superados. Além disto, o desempenho do município no IDEB (nota 5,7) está aquém do que se espera da maior rede municipal do país.

A melhoria da qualidade da educação no município pressupõe a valorização dos profissionais da educação, a qualificação da infraestrutura das escolas, o aumento dos investimentos, dentre outras medidas. Mas a cidade também está desafiada a caminhar em

direção à construção de um modelo educacional compatível com as exigências da sociedade do conhecimento. Isto porque o impacto da comunicação em rede e das tecnologias digitais sobre a produção de conhecimento, as práticas pedagógicas, o ambiente escolar e a formação de professores, pressionam a educação pública no sentido de adotar práticas de ensino e aprendizagem inovadoras e metodologias baseadas no uso intensivo de tecnologia, ao mesmo tempo em que trabalha para resolver impasses históricos. Não faz nenhum sentido alimentar uma suposta contradição entre resolver os problemas estruturais das escolas e iniciar a implementação de um modelo de educação capaz de preparar nossos alunos/as para os desafios do século XXI. As duas coisas devem caminhar juntas. O incentivo à criatividade e o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais indispensáveis ao pleno uso dos recursos tecnológicos disponíveis configura-se enquanto um dos principais desafios da educação na contemporaneidade.

Para vencer estes desafios, será preciso adotar uma nova visão de governança na rede municipal de educação, que tenha a colaboração entre os entes federativos como um de seus pressupostos e estabeleça a **inclusão educacional** como seu foco central. Inclusão no sentido de proporcionar uma educação de qualidade para todos e de perceber a elevação dos níveis de escolaridade como um dos principais instrumentos para a redução das desigualdades sociais e econômicas. E para isto, será fundamental assumir o mesmo compromisso assumido por cidades que se tornaram referência em políticas educacionais nos últimos anos: o compromisso em não deixar **nenhuma criança para trás**. É indispensável considerarmos que cada criança, cada aluno participa da construção dos resultados de todo o sistema de ensino e que cada desistência, cada aluno evadido, representa uma derrota de todo o conjunto de educadores, gestores, pedagogos, pais e alunos, de todo o sistema.

É preciso, então, acompanhar o desenvolvimento de cada jovem, de cada criança. É necessário envolver pais, diretores de escola, gestores e prestar todo suporte aos professores para a realização deste esforço fundamental. O acompanhamento de cada aluno por parte dos professores deve estar associado ao monitoramento de cada escola pelos gestores municipais da educação, buscando a **melhoria dos níveis de aprendizado e do rendimento escolar** em cada unidade educacional. Gestores e professores devem identificar, um no outro, um parceiro. Será preciso ainda transformar a rede municipal em uma grande rede de colaboração. A integração entre as escolas possibilita a troca de experiências, o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos locais e a melhoria das condições de análise e compreensão a respeito do desempenho de cada escola. Mas além da colaboração entre as escolas do município, deve haver também a **colaboração com os demais níveis de ensino e as universidades instaladas na cidade**. É indispensável a adoção de uma perspectiva sistêmica na construção de um grande pacto pela qualidade da educação e redução das desigualdades educacionais no Rio e, neste sentido, a integração entre os entes da Federação cumpre uma função estrutural.

O PDT, partido de **Leonel Brizola** e **Darcy Ribeiro**, possui uma relação umbilical com a luta em defesa da educação pública de qualidade no Brasil. Darcy é uma das principais referências do pensamento social brasileiro em todos os tempos, um exemplo de dignidade, ética e amor à educação pública. E Brizola, que ainda nos tempos do antigo PTB iniciou um processo sem precedentes de democratização da educação pública no Rio Grande do Sul, aqui no Rio deixou como grande legado de seu governo os CIEPs, cuja história se confunde com a própria história recente do estado do Rio de Janeiro. E atualmente, a cidade de **Sobral no Ceará**, governada pelo PDT, é uma das principais referências do país em termos de políticas educacionais. Esta trajetória histórica deve ser valorizada ao longo de nossa caminhada. E extraindo aprendizados diante de cada erro ou acerto cometidos ao longo desta longa história, queremos implementar um ousado, viável e abrangente projeto de **reforma estrutural da educação** básica na cidade do Rio de Janeiro.

PACTO CARIOCA PELA EDUCAÇÃO:

EM FAVOR QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O município de Sobral/CE, administrado pelo Partido Democrático Trabalhista, PDT, possui a melhor rede de educação básica do país. Na última rodada do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, Sobral obteve uma nota (9,1) significativamente acima da média nacional (5,6). Contando com uma rede de 63 escolas e 33 mil alunos, a cidade conquistou este patamar em virtude da prioridade dada à qualificação da rede municipal que envolveu a ampliação de investimentos, a cooperação federativa, a busca pela melhoria dos indicadores e o aperfeiçoamento dos métodos de ensino e aprendizagem. **O Programa de Alfabetização na Idade Certa**, PAIC, que depois seria ampliado para todo o estado do Ceará, definiu o processo de alfabetização como prioridade, trabalhando para que os alunos pudessem avançar cada série após dominarem, de fato, a leitura e a escrita correspondente a cada ano letivo. A educação infantil e a atenção à primeira infância também foram decisivas para que Sobral se tornasse uma referência em termos de qualidade e eficiência na escola pública. Atualmente, o município atende a 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade em nas creches da rede e na pré-escola chega a 100% de cobertura na cidade. Com base no aprendizado proporcionado por experiências desenvolvidas em cidades como Sobral e, claro, considerando as especificidades e

toda a complexidade da educação na cidade do Rio, propomos a construção de um grande **PACTO CARIOCA PELA EDUCAÇÃO**, em favor da qualidade da educação e da redução das desigualdades educacionais na cidade. **O Pacto Carioca pela Educação envolverá um conjunto de projetos e ações e uma estrutura de gestão própria, coordenada pela própria Prefeita e envolvendo representações da sociedade.** O Pacto será ao mesmo tempo um grande esforço de mobilização da sociedade e um programa de governo que pretende garantir a integração das políticas educacionais do município. E para tanto, apresentamos as seguintes diretrizes e propostas para a qualificação da rede municipal de educação:

DIRETRIZES DO PACTO CARIOCA PELA EDUCAÇÃO:

Valorização dos profissionais da educação no município: desenvolvimento de um plano para os quatro anos que promova a valorização dos profissionais da educação. Serão adotadas gratificações e premiações com o propósito específico de estimular o trabalho dos professores e a melhoria dos resultados de aprendizagem. Vamos investir também em formação continuada, criando uma Rede-escola, tendo como base a infraestrutura instalada da Empresa Municipal de Mídias, Multi-Rio, que estabeleça o diálogo permanente entre teoria e prática em sala de aula. A valorização passará também por um processo permanente de escuta, diálogo e aumento da participação dos profissionais da educação nas decisões que afetam a rede municipal.

Profissionalização, Transparência e fortalecimento da gestão escolar: Gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos) contarão com um processo permanente de formação e orientação e receberão apoio periódico de uma tutoria oferecida pela Secretaria de Educação, oferecendo suporte às atividades de planejamento e consolidação dos processos de aprendizagem. Uma Escola de Gestores Escolares será instituída pela Secretaria Municipal visando o aperfeiçoamento dos processos de gestão e formação de gestores.

Incremento da ação pedagógica: Planejamento, reflexão e compartilhamento de ideias, adoção de novas ferramentas pedagógicas e práticas de ensino serão estimulados constantemente de modo a promover o desenvolvimento de competências junto aos alunos. As escolas gozarão de autonomia para desenvolver suas estratégias pedagógicas e os professores participarão ativamente de sua construção.

Acompanhamento sistemático: a avaliação constante, com adoção de medidas de correção, incentivos e análise permanente dos resultados, fará parte da realidade do sistema de ensino na cidade do Rio. A avaliação sistemática é um componente fundamental da melhoria dos resultados da educação local.

Integração família-escola: a participação da família passará a ter atenção especial por parte da gestão educacional no município. Gestores devem monitorar a frequência e o desenvolvimento dos alunos. Ao serem identificadas dificuldades, agentes pedagógicos buscarão o diálogo com as famílias para compreender e equacionar a situação.

Aprendizagem significativa: os alunos devem ser estimulados, desde cedo, a construir sua autonomia e seu empoderamento na definição de atividades pedagógicas. O universo da leitura e da escrita deve ser apresentado de maneira envolvente, significativa e prazerosa aos alunos. O aluno como protagonista de seu próprio processo de aprendizagem é um elemento central em estratégias educacionais contemporâneas.

Propostas

*As propostas relacionadas abaixo integram o Projeto Estruturante Pacto Carioca pela Educação e serão monitoradas pelo Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio.

Infraestrutura das escolas



- **Ampliar a oferta de ensino integral e retomar os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs):** o projeto visa aumentar a oferta de educação integral, retomando os princípios fundamentais dos CIEPs. A expansão se dará tanto a partir do aumento dos investimentos em ensino integral quanto por meio do mapeamento e ocupação de infraestrutura local disponível nos bairros (quadras, piscinas e equipamentos culturais ociosos ou subutilizados) para realizar parcerias com o setor privado e instituições da sociedade civil e, assim, viabilizar a realização de atividades culturais e esportivas no contraturno. Esta será a essência do **Projeto Escola no Bairro**: um sub-projeto de incentivo à prática esportiva e à fruição cultural, com utilização de infraestrutura instalada nos bairros. O mapeamento de todas as oportunidades de uso pelas escolas de infraestrutura já disponível nos bairros será realizado, com participação da sociedade, visando aprofundar as relações de colaboração e solidariedade entre a escola e as comunidades do entorno. Nossa intenção é retomar os princípios fundamentais dos CIEPs no sentido de transformar as escolas em verdadeiros centros de convivência comunitária, promovendo e valorizando a integração entre os bairros e as escolas municipais. As atuais Escolas do Amanhã serão reorientadas de modo a incorporarem o modelo de ensino integral preconizado por Darcy Ribeiro. Estas unidades deverão se tornar referências para toda a rede, recuperando e atualizando o projeto dos CIEPs.

A meta será elevar a oferta de **ensino integral** para 50% da rede municipal até 2024, acrescentando mais de 100.000 novos alunos ao regime integral.



- **Minha Escola de Cara Nova:** Programa de reformas e melhoria da infraestrutura das escolas municipais com o objetivo de zerar a demanda por reformas emergenciais na rede e qualificar a infraestrutura das unidades escolares. A partir deste programa, pretende-se aumentar as possibilidades de uso da escola no contraturno, em especial, em espaços como bibliotecas, salas de estudo, espaços de leitura etc, tornando a escola mais disponível aos estudantes cariocas. O programa contará ainda com o reforço de **Mutirões Escolares**, que serão realizados com o apoio de mão de obra local contratada para realização de pequenos serviços de manutenção. A mobilização comunitária será estimulada em todo o processo de recuperação e manutenção das escolas com premiações e incentivos especiais.



- **Escola Criativa (Escola 5.0):** programa de inovação e estímulo à criatividade, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e sustentabilidade no ambiente escolar, com base na aquisição de equipamentos tecnológicos, requalificação do ensino municipal, incentivo a novos formatos e métodos pedagógicos e realização de atividades de formação artística e cultural. O programa visará à adequação do ambiente escolar à era digital e envolverá a introdução do ensino de programação na rede municipal, o desenvolvimento de projetos na área de robótica, criação de games, desenvolvimento de aplicativos etc. O programa buscará consolidar melhorias em termos de metodologias de ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas inovadoras em toda a rede municipal.

Qualidade do ensino (Ensino Infantil/Fundamental I e II)

- **Educação Infantil:** Ampliar o percentual de crianças matriculadas em creche para 50% até 2025, através da identificação de crianças de 0 a 3 anos fora da rede, mapeamento de espaços ociosos que sirvam à ampliação de vagas, parcerias com a rede privada de creches. Redução da idade mínima para atendimento em creches para 4 meses e ampliação dos horários de atendimento. Universalização do atendimento pré-escolar para crianças de 4 a 5 anos, com ampliação do atendimento em tempo integral na pré-escola para, pelo menos, 50% da rede.

- **Compromisso Carioca com a Alfabetização na idade certa:** com foco no **Ensino Fundamental I**, este compromisso buscará uma melhora significativa dos aspectos pedagógicos do ensino na rede municipal, posicionando a escola enquanto ambiente de valorização integral do ser humano, de promoção do respeito e da solidariedade e, também, de acolhimento de diversas singularidades. A prioridade será o desenvolvimento pleno das capacidades de leitura e escrita além do manejo da matemática elementar, incentivado pelo acompanhamento sistemático e pelo compartilhamento de boas práticas entre as escolas. Este processo, em cada escola, será acompanhado diretamente pelo titular da pasta da educação e sua equipe, através do sistema municipal de avaliação e monitoramento da educação. A valorização do processo alfabetizador será um compromisso estruturante de todas as demais políticas educacionais do município e buscará envolver as famílias em torno desta prioridade.

- **Projeto Professor de Referência:** com foco no Ensino Fundamental II, o projeto estabelecerá um acompanhamento sistemático e aprofundado das turmas, verificando frequência e desenvolvimento de cada estudante. O professor de referência será responsável pela integração entre a sala de aula, a coordenação e as famílias dos estudantes, sempre tendo como foco o diálogo e a busca por melhores condições para o desenvolvimento escolar de cada aluno.

- **Implementar um sistema local de avaliação e monitoramento da educação básica,** instituindo indicadores de qualidade complementares ao Ideb e inserindo paulatinamente no ambiente escolar a presença do **professor de referência**, que será responsável pelo acompanhamento sistemático das turmas e pela interlocução entre escola e as famílias dos alunos. Estimular a integração entre professores de diferentes escolas, possibilitando a troca de experiências e práticas de ensino e aprendizado, criando uma verdadeira **comunidade de aprendizagem** e um banco de **boas práticas** na rede municipal.

Ações transversais e gestão democrática

- **Integrar as políticas de saúde pública ao ambiente escolar:** além de buscar a adaptação das escolas à nova realidade social pós-pandemia do coronavírus, trabalharemos para que as políticas de saúde do município tenham na escola um ponto de apoio fundamental, em especial no que tange à ampliação da cobertura de atenção básica, ao combate à mortalidade infantil e materna, à prevenção de IST's etc. Além disto, serão priorizadas ações educativas e de conscientização, incentivo à alimentação saudável e aumento da carga horária de educação física e prática esportiva.

- Convocar uma **Conferência Municipal de Educação** para mobilizar a sociedade em torno do Pacto pela educação e que tenha como um de seus objetivos a **atualização e revisão do Plano Municipal de Educação**.

- **Plano de formação em Cidadania, Tolerância e Respeito à Diversidade nas Escolas:** estímulo ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, culturais, eventos de conscientização e campanhas educativas que promovam uma cultura de paz, baseada no respeito ao outro, na tolerância e na diversidade étnica, religiosa, sexual e cultural. O plano deve estabelecer como prioridade a efetiva inclusão, nos conteúdos curriculares da rede de ensino público municipal, de material pedagógico voltado à **valorização, reconhecimento e estudo da herança cultural de matriz africana e indígena**, a promoção da cultura negra e dos povos originários brasileiros e o combate ao racismo e todas as formas de discriminação no ambiente escolar.

- Implementar um programa de **educação ambiental** e uso consciente dos recursos naturais em todas as escolas.

- **Projeto Merenda Saudável:** projeto de substituição progressiva dos alimentos e produtos oferecidos nas escolas por produtos livres de agrotóxico. Revisão dos cardápios e hábitos alimentares nas escolas referenciada nas melhores práticas internacionais. Estímulo à alimentação saudável na forma de “refeições-aulas”, aumentando a consciência alimentar nas escolas com participação das famílias e de toda a comunidade escolar.

Obs: Cultura nas Escolas Cariocas: ver propostas para a cultura.

Magistério e valorização dos profissionais da educação

- **Novo Programa de Aperfeiçoamento Acadêmico de professores**, através da criação de uma rede-escola para o desenvolvimento de processos permanentes de capacitação e formação com base no uso intensivo de tecnologias digitais. O programa buscará o fortalecimento e a valorização da Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire e do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro Anísio Teixeira, além de firmar novas parcerias com instituições públicas de ensino superior instaladas na cidade.

- **Carreira docente:** Unificar a carreira docente, com unificação do valor da hora-aula, independente da carga horária do professor. Ampliar o número de professores em regime de 40 h e adotar incentivos para que o docente possa se dedicar integralmente a uma escola, apontando na direção de um modelo composto por professores com uma única matrícula e uma única escola.

- **Valorização dos Profissionais da Educação:** unificar os planos de carreira de professores e funcionários da rede municipal, instituindo progressões efetivas por formação acadêmica e tempo de serviço. Buscar a progressiva recomposição de quadros efetivos e a valorização dos diferentes profissionais da educação em todo processo educacional.

PLANO DE RETOMADA PÓS-PANDEMIA

- Segundo dados da UNICEF, crianças de famílias mais pobres podem ter até 5 vezes mais chances de abandonar a escola e são igualmente as que menos retornam ao ambiente escolar. Esta situação, já dramática, tende a se agravar na conjuntura pós-pandemia. A abertura das escolas deve ser segura e coerente com as demais políticas públicas de combate ao Covid 19. Decisões cruciais de grande impacto na rede devem ser tomadas levando em consideração setores, grupos e pessoas ligadas à educação e a rede municipal do Rio de Janeiro, incluindo, portanto, estudantes, gestores, professores, funcionários, familiares etc;

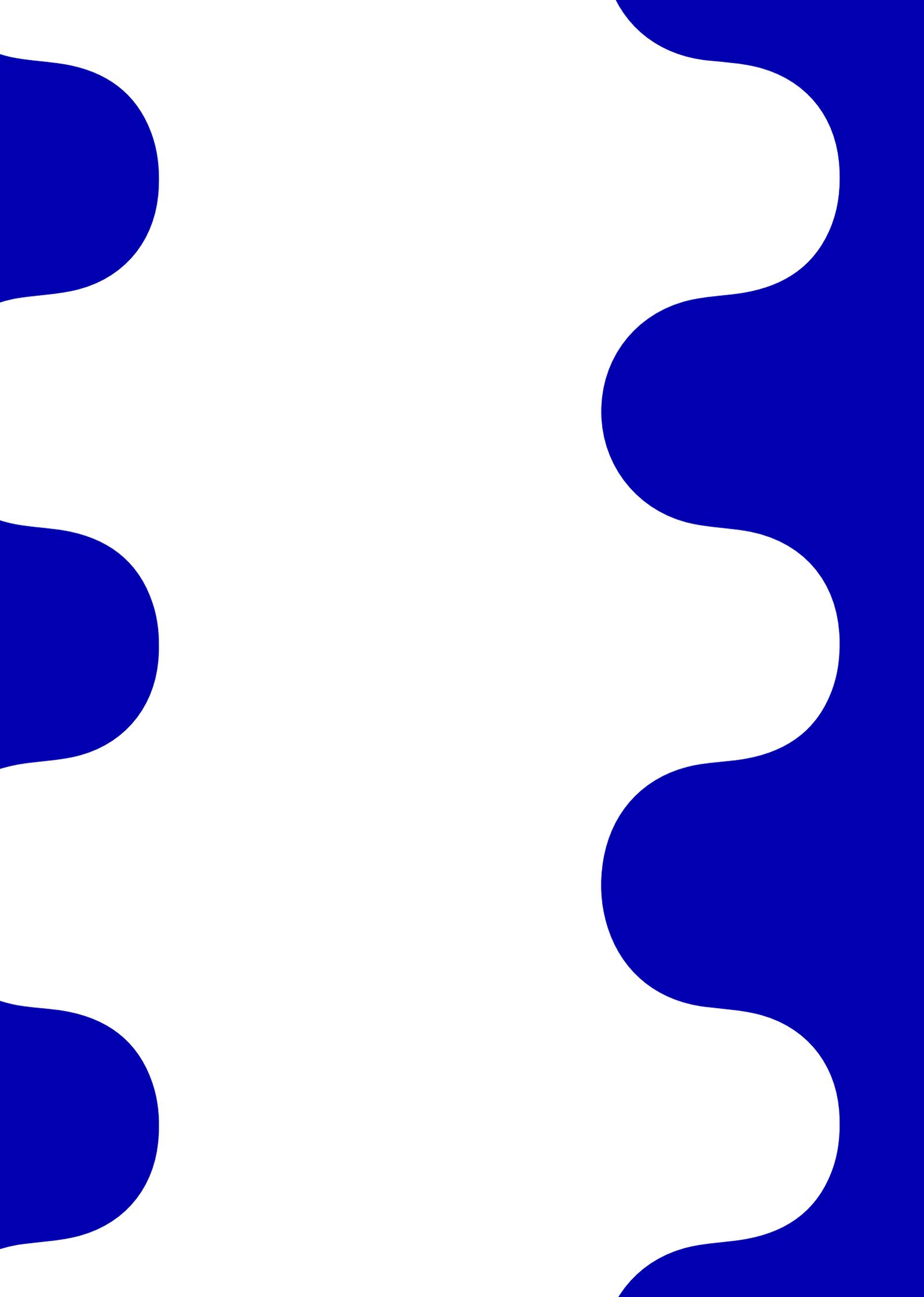
- Cada escola, ao invés de ser um foco de disseminação e proliferação de vírus e doenças, pode ser um foco de informação e ação de combate a epidemias. Para isso, ressaltamos **três aspectos importantes**, considerando o período de transição entre governos e o retorno ao ano letivo de 2021.

Diagnóstico: Secretaria de Educação e gestores devem ter dados claros e confiáveis sobre as escolas e a comunidade escolar como um todo. Podem ser utilizadas rápidas pesquisas para coletar informação de como a comunidade escolar – alunos, professores, familiares etc. – foram afetados pela pandemia e como estão se organizando para o retorno ao ano letivo de 2021. Deve-se investigar, por exemplo, em que medida professores e funcionários estão atualizados quanto aos protocolos nacionais e municipais relativos à pandemia (higienização das mãos e objetos, uso adequado de máscara etc.). Além disso, é preciso aferir se as equipes escolares estão prontas para implementar medidas sanitárias de controle à disseminação do vírus nas unidades de ensino. Também é importante verificar quais as condições (materiais ou de informação) que as escolas têm para manterem um ambiente seguro e mitigar riscos de contaminação. Informações sobre as famílias dos estudantes e profissionais da educação bem como sobre como a comunidade escolar (alunos professores e funcionários) perfaz o trajeto domicílio – escola – domicílio são essenciais. Finalmente, importa saber se equipes escolares estão prontas para implementar medidas sanitárias de controle à disseminação do vírus nas escolas e se todas as escolas do município têm condições materiais de salubridade para receber alunos, professores e funcionários.

Integração: a Secretaria de Educação deve manter uma relação estreita com a Secretaria de Saúde. É fundamental que o governo esteja coeso e seja coerente na oferta de informação e implementação de políticas públicas que envolva a saúde nas escolas. É importante compreender: (a) Como se dá a relação, em áreas de atuação, entre a rede municipal de educação e as redes municipal, estadual e federal de saúde? (b) Qual a unidade de saúde de referência de cada coordenação ou de cada escola? (c) A quem recorrer em caso de necessidade? (d) Quais os canais de comunicação entre as escolas, as coordenadorias e a secretaria de educação, bem como com as unidades de atenção em saúde.

Implementação: estabelecimento de protocolos eficazes na promoção da saúde da comunidade escolar que devem envolver: (a) Meta de redução de alunos por sala de aula; (b) Adaptação do espaço, incluindo espaçamento entre carteiras e melhorias no sistema de janelas e ventilação; (c) Desenvolvimento de protocolos claros e objetivos sobre medidas de higiene, etiqueta respiratória,

uso de equipamento protetivo, higienização de alimentos e objetos em geral; (d) Desenvolvimento de protocolos claros e objetivos sobre medidas de distanciamento físico, incluindo orientações sobre evitar aglomerações, se ainda for pertinente. (e) Adoção de medidas proativas para integrar comunidades marginalizadas e instrumentalizar alunos, professores e funcionários como agentes multiplicadores de informação sobre higiene e métodos de controle epidemiológicos simples. Ex: distanciamento, correto uso das máscaras, higienização das mãos e de objetos. Sempre levando em consideração, evidentemente, a idade e a maturidade do estudante. (f) Planejamento de substituição de professores e funcionários para o caso de licenças médicas; (g) Treinamento da equipe de limpeza; (h) A escola deve atentar para a necessidade de estar pronta para isolar alunos sintomáticos sem com isso gerar um estigma de segregação; (e) Disseminar informação correta, clara, concisa e consistente sobre Covid 19; (f) Atuar ativamente para promover medidas de saúde física e mental, levando em conta o medo e a ansiedade provocados pela pandemia. (g) Garantir que familiares e responsáveis tenham informações claras e objetivas sobre a saúde dos alunos e as condições gerais de higiene da escola; i) garantia de insumos básicos para a higienização da comunidade escolar, como sabão, água e álcool em gel; garantir que todas as escolas da rede terão banheiros com infraestrutura adequada para atender aos alunos e professores.



5

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

5. Segurança e Ordem Pública

A segurança é um elemento central e urgente na construção de um projeto de cidade humano, equilibrado e sustentável. **O pleno direito à cidade pressupõe a liberdade de circulação pelo espaço urbano e a garantia de uma vida segura.** Infelizmente, a maioria dos cariocas não têm acesso a este direito. Sabe-se que, de acordo com nosso arranjo federativo, os municípios não são os principais responsáveis pela agenda da segurança pública e até recentemente o artigo 144 de nossa Constituição Federal era utilizado como anteparo a fim de isentar a esfera de poder municipal de suas responsabilidades em relação às políticas de segurança pública. No entanto, em que pese o fato de as forças policiais não estarem sob coordenação das Prefeituras, é indispensável que os governos locais assumam seu papel no enfrentamento à criminalidade e na prevenção à violência nas cidades. A consolidação de um Sistema Único de Segurança Pública pressupõe a participação efetiva das cidades no desenvolvimento de políticas de segurança.

Mas para enfrentar o tema da segurança é preciso evitar soluções reducionistas e o discurso fácil que promete resolver questões complexas em um passe de mágica. A violência e a criminalidade não serão jamais vencidas com bravatas e promessas milagrosas. A insistência neste tipo de abordagem, inclusive, costuma resultar em frustração e aumentar o ceticismo

em relação ao futuro. Sabemos que é insuficiente tratar o tema da segurança pública a partir de uma espécie de determinismo sociológico no qual se percebe a criminalidade e a violência como meros subprodutos da exclusão e da desigualdade social. Trata-se de uma visão pouco sofisticada, que analisa de forma fragmentada o fenômeno da violência e pode levar à perplexidade e à paralisia. Por outro lado, a falência das estratégias do tipo “bandido bom é bandido morto” é evidente.

Uma síntese criativa das diferentes abordagens disponíveis, superando-as e apresentando uma nova proposição que não subestime a relevância do aspecto repressivo no combate à violência, mas que busque ir além, atacando frontalmente os substratos culturais, econômicos e sociais da violência, é necessária. Ou seja, não basta somente reprimir a criminalidade, assim como não é suficiente apostar apenas no combate às causas sociais da violência. É preciso fazer as duas coisas.

Neste sentido, o nosso programa considerando o papel das cidades no combate à violência, deve se dedicar, especialmente, às políticas de inclusão social, educacional e cultural voltadas ao público jovem. E se é preciso investir em **políticas de prevenção**, que tenha como foco os jovens, também é igualmente importante refletirmos sobre o papel da **Guarda Municipal**, que deve atuar de forma coordenada com os demais agentes de segurança pública e se dedicar a ações de preservação do patrimônio público, controle e fiscalização, visando identificar, prevenir e comunicar aos órgãos responsáveis ações ilegais e o comportamento antissocial. As cidades podem cumprir um importante papel na organização de informações e na adoção de **estratégias de inteligência** que fundamentem o patrulhamento orientado, aumentando a efetividade e a eficácia da ação policial. Para tanto, devemos buscar a valorização de nossos profissionais, a aquisição de equipamentos e o apoio de diferentes áreas de governo às ações de prevenção da violência.

Os temas da iluminação e da preservação da ordem pública no território das cidades, por exemplo, são indispensáveis a uma estratégia eficiente de segurança pública. A **reorganização do espaço urbano, o monitoramento, a fiscalização e a contenção de atividades econômicas irregulares** são fundamentais ao desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional e fortalecem a capacidade de dissuasão do poder público, impactando diretamente sobre a atividade criminal. **O ordenamento urbano e a revitalização das cidades** foram aspectos decisivos para o desenvolvimento de estratégias bem sucedidas de redução da criminalidade em cidades latino-americanas como Bogotá e Medellín. É através da ação dos governos locais que podemos reduzir a oferta de condições físicas e sociais favoráveis à prática de crimes no território urbano. O envolvimento efetivo da comunidade e da sociedade civil nas ações de prevenção também é um aspecto central.

Territórios Seguros: Um Pacto pela Paz na Cidade do Rio

A luta por uma cidade mais segura diz respeito a todas as classes sociais, todas as instituições, todos os segmentos econômicos, todos os bairros e regiões da cidade. Este é um desafio que somente pode ser superado com base na mobilização de todas as instituições relevantes, públicas e privadas, na articulação junto a outros níveis de governo e na participação efetiva da cidadania. A construção de um grande Pacto por uma cidade segura e mais humana é, portanto, um elemento central em uma estratégia de segurança pública a ser desenvolvida pelo governo municipal. É preciso reunir, no entanto, liderança política, capacidade de planejamento, integração entre diferentes áreas de governo e projetos sólidos com base em dados e indicadores. O Projeto Estruturante **Territórios Seguros** pretende integrar políticas de prevenção à violência, inteligência e de repressão qualificada, atuando com base no planejamento territorial das ações e lançando mão de tecnologia de ponta para combater a criminalidade. A estratégia deste Projeto Estruturante é focada na colaboração e no diálogo com as polícias civil e militar e a Prefeita liderará pessoalmente os esforços de implementação das ações que o compõem.

Nossa estratégia pressupõe uma concepção proativa, integrada e multidisciplinar, baseada em dados e evidências científicas, com foco, transparência e prestação de contas à sociedade. Vamos ancorar nossa agenda nestes pilares fundamentais. Em um governo pedetista, as políticas de segurança pública na cidade do Rio estarão organizadas em torno do **Projeto Estruturante Territórios Seguros** que terá os seguintes eixos:

1. Aplicação efetiva da lei e convivência pacífica.
2. Ordenamento do espaço urbano e recuperação de áreas degradadas.
3. Prevenção social à violência.
4. Gestão Integrada e uso intensivo de tecnologia.
5. Reinserção social e cultura de paz.

O **Projeto Estruturante Territórios Seguros** atuará com base na análise permanente de dados e pontos quentes (manchas criminais). Num primeiro momento, com base nas informações disponíveis e considerando as competências e características da Guarda Municipal, o projeto priorizará os chamados “crimes de oportunidades” (como furtos, roubos etc.) e serão implementados, inicialmente, em

6 regiões com alta incidência destes delitos, sendo também importantes centros comerciais e com elevada densidade populacional, quais sejam: Centro, Copacabana, Bangu, Campo Grande, Tijuca e Madureira. Isto, claro, não quer dizer que as demais áreas da cidade serão descobertas. Mas, é um consenso entre especialistas que a atuação focada, com base em dados e indicadores, coordenando ações que inibam a ação criminosa em locais de forte incidência de crimes, tem melhores condições de obter resultados.

Primeira Etapa dos Territórios Seguros



Seis territórios: Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Tijuca, Centro e Copacabana

Foco: Crimes de oportunidade (furtos, roubos etc.)

Recursos: Inteligência, monitoramento, patrulhamento, iluminação e fiscalização.

A Prefeitura deve exercer seu papel na garantia da ordem e do respeito às leis, além de trabalhar pela preservação e o respeito ao espaço público, garantindo convívio harmônico entre os habitantes da cidade. A Guarda Municipal deve reforçar suas ações de fiscalização, controle e ordenamento do espaço urbano. A recuperação de áreas degradadas e a oferta de infraestrutura urbana é outro aspecto central. Estratégias de patrulhamento – em parceria com as forças policiais – focadas, baseadas em evidências e análise de ocorrências são indispensáveis, bem como o uso de tecnologia de ponta. Mas uma estratégia municipal não pode descuidar da **promoção permanente da cultura de paz**, buscando agir, já desde os primeiros anos de vida das nossas crianças, no desenvolvimento habilidades socioemocionais, no estímulo à prática da resolução pacífica de conflitos, na promoção de uma educação inclusiva e humanizada. E, finalmente, do ponto de vista de gestão é preciso buscar um modelo inteligente, integrado e participativo. É preciso racionalizar as ações de inteligência, evitando a sobreposição de esforços, estimulando a colaboração, a transparência e a participação social.

Queremos propor à cidade do Rio um **grande pacto, em favor da vida e da cultura de paz**. Num governo da coligação Unidos Pelo Rio, a Prefeitura do Rio vai, de fato, assumir seu papel na construção de uma cidade mais segura. E para isto contaremos com as seguintes propostas:

Propostas

*As propostas relacionadas abaixo integram o **Projeto Estruturante Territórios Seguros** e serão monitoradas pelo Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio.

Aplicação efetiva da lei e convivência pacífica



- **Territórios seguros:** em diálogo com os projetos Rio Mais Seguro e Segurança Presente, este projeto buscará instituir o patrulhamento especial da GM – em regime de colaboração com a PMERJ – de pontos de concentração de crimes, com base na análise das manchas criminais (pontos quentes). Um contingente selecionado será treinado, equipado adequadamente e alocado em pontos sensíveis para atuarem na prevenção a crimes de oportunidade como furtos e roubos. Os Territórios Seguros contarão ainda com o **Monitora Rio**, uma estratégia de inteligência e monitoramento em apoio às ações de prevenção e patrulhamento que envolve a implantação de sistema de reconhecimento de imagem, vigilância em pontos estratégicos e monitoramento de grandes eventos. A estratégia se desenvolverá em articulação com o Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública do ERJ e dará origem à uma nova **Central de Inteligência e Monitoramento** - um centro de acompanhamento e análise de crimes e ocorrências em tempo real, vinculado ao **Centro de Operações Rio**. Para tanto, será indispensável a mobilização de órgãos municipais e iniciativa privada para compartilhamento de sistemas de monitoramento e informações. Finalmente, devemos introduzir na cidade o uso de tecnologias já testadas em cidades brasileiras como Canoas/RS Niterói/RJ tais como as de “cercamento eletrônico” das cidades, com identificação da entrada e saída de veículos e de rastreamento de disparos como forma de fortalecer estratégias de prevenção desenvolvidas em parceria com as polícias civil e militar. Outros projetos descritos abaixo, como o Ocupa Rio, serão mobilizados no processo de implantação dos Territórios Seguros.

- **Nova Guarda Municipal:** programa de modernização da GM que envolverá a aquisição de equipamentos, o reforço das ações de inteligência e monitoramento, a adoção de um sistema de gestão por resultados, o aumento do efetivo disponível para o patrulhamento das ruas (com uso de armamento não-letal), treinamento para atuação em mediação e resolução de conflitos, formação em ações de prevenção à violência, integração operacional com PMERJ para o desenvolvimento de planos de policiamento e patrulha, além da valorização dos profissionais de segurança no município. O Comando da Guarda deve ter um caráter técnico, adotando metodologias de gestão que priorize o desempenho como método de progressão na carreira. O fortalecimento da Academia da Guarda Municipal e o incentivo a programas permanentes de formação é outro vetor de valorização dos nossos Guardas Municipais. Finalmente, vamos desenvolver projetos de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança tendo como referência o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública.

- **Construir protocolos de convivência para a mediação de conflitos comunitários:** mobilização da Guarda Municipal, assistência social e agentes comunitários para atuar na mediação de conflitos e na construção de protocolos de convivência em regiões com altos índices de crimes e agressões causadas por atos de desrespeito ao espaço público e à convivência pacífica (som alto, festas em horário inadequado, estacionamentos irregulares etc.)

Ordenamento do espaço urbano e recuperação de áreas degradadas



- **Ocupa Rio:** Plano de revitalização e ocupação de espaços públicos como praças, parques, quadras esportivas etc. Esta deverá ser uma ação transversal, envolvendo diversas unidades de governo, garantindo iluminação adequada, retirada de grades, adaptação, acessibilidade, fomento a atividades culturais e esportivas em todo o território da cidade.

- **Pacto pela vida/Trânsito seguro:** programa de redução dos acidentes no trânsito da cidade do Rio com melhoria da sinalização, campanhas educativas, redução de velocidade em ruas próximas a hospitais, escolas, creches etc. Ampliação e aperfeiçoamento da fiscalização eletrônica e incentivo ao uso de bicicletas (ver propostas para mobilidade urbana).

- Reforçar a atuação da Guarda Municipal na preservação e manutenção do mobiliário da cidade e espaços públicos de convivência.

- Fortalecer e orientar a Defesa Civil para a atuação no planejamento e execução dos programas e projetos transversais de adaptação da cidade do Rio às mudanças climáticas.

Prevenção social à violência



- **Programa de treinamento parental e socioemocional para o ensino infantil:** programa voltado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o envolvimento familiar na construção de uma cultura de paz. As redes municipais de educação, saúde e assistência social devem somar esforços para garantir treinamento, atividades de sensibilização, acompanhamento de famílias e jovens em situação de vulnerabilidade social. A construção de uma cultura de paz deve ser estimulada desde a infância e as políticas educacionais e de saúde devem integrar este esforço em colaboração permanente com as famílias.

- **Projeto “Influenciadoras da Paz”:** ação intersetorial que buscará envolver lideranças comunitárias femininas na identificação, no aconselhamento e na orientação de jovens fora da escola ou em conflito com a lei para que estes optem por uma vida longe da violência e busquem apoio junto às políticas públicas oferecidas pelos diferentes níveis de governo.

- **Escola Segura:** projeto de vigilância do entorno das escolas visando o aumento da sensação de segurança e o combate a pequenos delitos. Paralelamente, será desenvolvida uma campanha de conscientização e mobilização da comunidade escolar em ações de prevenção ao bullying, consumo de entorpecentes, alcoolismo etc. Ações de saúde, cultura e formação profissional no ambiente escolar devem compor este projeto intersetorial.

- **Projeto Justiça Comunitária:** referenciado nas melhores práticas de resolução pacífica de conflitos, arbitragem e diálogo para a construção da paz social. Guardas Municipais, Diretores de Escola, assistentes sociais etc. deverão ser capacitados para a difusão de práticas de mediação pacífica de conflitos. O projeto deverá, ainda, estimular a adoção de práticas de justiça restaurativa, em especial, junto a jovens infratores envolvidos em crimes de menor potencial ofensivo.

Gestão Integrada, Transparente e uso intensivo de tecnologia

- **Novo Gabinete de Gestão Integrada Municipal:** O novo Gabinete de Gestão Integrada será o espaço de coordenação das políticas de segurança na cidade do Rio e desenvolverá **estratégias integradas com municípios fronteiriços**, incluindo a criação de Forças-Tarefas para a atuação em pontos críticos de interseção municipal. Além disto, com a criação da Central de Monitoramento e Inteligência vamos aperfeiçoar o atual Centro de Operações Rio, em colaboração com as polícias civil e militar, visando uma **ação territorial integrada**.

- Aumentar a participação da sociedade nas decisões sobre segurança com a criação de **Gabinetes de Gestão Integradas por Áreas de Planejamento** da cidade do Rio de Janeiro e do Conselho Municipal de Segurança Cidadã. O uso de tecnologias digitais que possibilitem a colaboração em rede, estimulem a redução da subnotificação de crimes, a identificação de “pontos quentes” e o controle social também deve ser um recurso importante no sentido de conferir transparência e garantir a participação social nas políticas de segurança do município.

Reinserção social e cultura de paz

- Adotar **protocolos específicos de atendimento** às populações LGBTQIA+, de idosos, afrodescendentes e mulheres pela Guarda Municipal, visando o atendimento humanizado, respeitoso e mais eficaz. Investir em formação voltada à **superação do racismo** institucional nos órgãos responsável pela prevenção à violência na cidade.

- **Jovem Conectado promovendo a Cultura de Paz:** Programa de Inclusão de jovens em territórios conflagrados, em parceria com outras unidades de governo, com oferta de cursos profissionalizantes atrativos como gamificação, robótica, programação, fotografia etc. e orientação ao mercado de trabalho. Desenvolvimento de parcerias com empresas de base tecnológica para absorção desta força de trabalho. Estudar a viabilidade da oferta de bolsa de estudos para jovens participantes do projeto. Estabelecer, junto aos programas sociais do município, percentuais de vagas para jovens em situação de violência e envolvidos em atividades ilícitas como forma de abrir possibilidades alternativas de vida.

- **Mutirão “De Volta pra Escola”:** projeto voltado à reinserção de jovens no sistema de ensino, com foco em jovens em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei que tenham abandonado os estudos nos últimos cinco anos. O projeto buscará desenvolver parcerias que auxiliem a inserção futura destes jovens no mercado de trabalho, além de contar com acompanhamento pedagógico específico junto às escolas que participarem do projeto.

6

MOBILIDADE

6. Mobilidade

Um dos temas centrais a serem incorporados por um novo projeto de desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável no Rio de Janeiro é o da mobilidade urbana, entendida enquanto pressuposto fundamental da garantia do direito à cidade a todos/as os cariocas. O Rio enfrenta atualmente uma situação dramática, que atesta a falência das políticas de mobilidade desenvolvidas pelos últimos governos. A região metropolitana do Rio é a que possui o maior tempo de deslocamento do país. O impacto sobre a qualidade de vida da população e a precarização das condições de acesso ao emprego, renda, serviços educacionais, de saúde, lazer etc é brutal. Segundo dados do IBGE, **o trabalhador carioca gasta 17,2% de sua jornada de trabalho no trânsito**. É o maior tempo gasto no país e bastante acima da Região Metropolitana de Brasília que aparece na segunda colocação.

O aumento da renda de parcelas da população, observado nas últimas décadas, e o incentivo à compra e o uso de veículos privados aumentaram significativamente o tempo de deslocamento do trabalhador carioca. Cumpre destacar, ainda, que o espraiamento urbano

alterou, ao longo das últimas décadas, o padrão de deslocamento dos trabalhadores da cidade do Rio que, em sua maioria, habitam regiões menos urbanizadas e gastam cada vez mais tempo no transporte para acessar os empregos disponíveis na cidade. Trabalho e transporte público, por sinal, são duas questões absolutamente imbricadas na cidade do Rio de Janeiro. Mobilidade é um fator determinante para o acesso a oportunidades de trabalho, geração de renda, estudo e acesso a bens culturais. A distribuição desigual da acessibilidade e a concentração de postos de trabalho nas regiões centrais configura-se enquanto um dos principais entraves à construção de uma cidade mais humana, justa e equilibrada.

As soluções apresentadas pelo poder público municipal nos últimos anos, em especial a adoção do BRT (Bus Rapid Transit), não resultaram em ganhos expressivos em termos de qualidade de vida e redução do custo e tempo gasto no transporte público. Aliás, mesmo após a intervenção, há fortes indícios que o atual governo terminará sem resolver a grave crise enfrentada pelo Sistema de Corredores BRT. A provisão de transportes no Rio além de pouco transparente, possui um modelo de governança caótico, com baixíssima capacidade de planejamento e controle público.

A **reestruturação completa do modelo de concessões** e a busca por uma solução sustentável, transparente e submetida ao controle público é um dos pontos de partida fundamentais em direção a um novo paradigma para a mobilidade urbana no Rio. A oferta de um serviço público de transporte eficiente e moderno é o eixo organizador de uma nova estratégia que, necessariamente, passará também pelo incentivo ao uso do transporte público e da mobilidade ativa, com o necessário incremento e qualificação da malha cicloviária da cidade.

O Projeto Estruturante **Rio Mais Mobilidade** buscará coordenar as diferentes ações e iniciativas de mobilidade urbana, mobilizando

diversos órgãos da Prefeitura e trabalhando em favor do envolvimento dos demais níveis de governo e dos municípios da região metropolitana. O Rio Mais Mobilidade, assim como os demais Projetos Estruturantes serão coordenados pela própria Prefeita, por meio do Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio.

Propostas

*As propostas relacionadas abaixo integram o **Projeto Estruturante Rio Mais Mobilidade** e serão monitoradas pelo Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio.



- Novo Modelo de Governança do Serviço Público de Passageiros por Ônibus (SPPO):

a institucionalização de procedimentos, a avaliação permanente da qualidade dos serviços e a transparência serão os eixos centrais do novo modelo de governança. A análise de custos e dos dados de bilhetagem deverá ser compartilhada com o governo municipal, permitindo a fiscalização e a construção de uma política tarifária transparente. A reestruturação do Conselho Municipal de Transporte, possibilitando a participação efetiva da cidadania e o controle social é outra medida fundamental, assim como a instituição do Observatório de Mobilidade Urbana, previsto no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Também será necessária uma avaliação e consequente revisão das atuais linhas de ônibus, consolidando um Plano Municipal de Linhas Urbanas, que evite concorrência e sobreposição entre as mesmas e em relação aos diferentes modais. A reestruturação do atual modelo de remuneração e de operação da bilhetagem eletrônica deve atender às necessidades de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e algumas medidas operacionais devem ser adotadas com urgência considerando o cenário pós-pandemia, tais como:

- a) aumentar a frequência e a oferta de ônibus, em especial, no período de maior demanda evitando aglomerações;
- b) garantir a participação da guarda municipal no auxílio à organização do fluxo de passageiros e aumento da segurança;
- c) instituir a automatização integral da bilhetagem, facilitando o fluxo e evitando contato pessoal no acesso às linhas.
- d) otimizar o fluxo dos ônibus por meio da adoção de sistemas inteligentes de monitoramento e gestão dos deslocamentos
- e) aumentar as faixas exclusivas para o transporte público

Finalmente, caberá à Prefeitura instituir um grupo de trabalho envolvendo órgãos municipais como CET-Rio, Secretarias de Fazenda e de Transportes com o objetivo de analisar o atual modelo de financiamento e definir diretrizes para a segmentação do mercado (operação do serviço, bilhetagem, exploração comercial de estações e pontos etc.), a redução dos custos para o usuário, política de gratuidade etc.

Em relação ao BRT, serão adotadas as seguintes medidas, em concordância com o relatório de intervenção no sistema produzido pela própria prefeitura:

- a) Realizar concorrência pública para a concessão do sistema BRT, incluindo os três corredores existentes e mais o Transbrasil, a ser inaugurado, demandando dos vencedores da concorrência a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE) para viabilizar a operação do sistema;
- b) Reconstruir a pista da Transoeste, recuperar e reabrir e estações ao longo da Av. Cesário de Mello;
- c) Iniciar a transição para o modelo de ônibus elétricos, substituindo os atuais veículos a Diesel;
- d) Definir um plano de contenção e segurança, em toda a extensão dos três corredores, que iniba a ação de vândalos e a invasão dos ônibus;
- e) Efetivar e fiscalizar o cumprimento das alterações contratuais pactuadas após a intervenção no BRT;
- f) Consolidar os Planos operacionais mensais de acordo com os compromissos firmados pós-intervenção.

Em relação ao Bilhete Único Carioca, a prefeitura deve buscar, em parceria com o governo do estado, a reestruturação do sistema de bilhetagem eletrônica, permitindo a plena integração entre os modais da cidade, a facilitação das recargas etc.



- **Rio +Bike:** programa de incentivo à mobilidade ativa, que integra o Projeto Estruturante Rio Mais Mobilidade e envolve a ampliação das ciclovias, a qualificação da infraestrutura e da segurança da rede cicloviária, a articulação da rede municipal de ensino, a ampliação dos bicicletários e a redução de velocidades em vias do entorno de escolas, hospitais e estações de transporte público de média e alta capacidade. É preciso ainda interligar a malha cicloviária já existente ou a ser construída ao interior dos bairros e às estações de transporte de alta capacidade (trem, metrô e BRT).

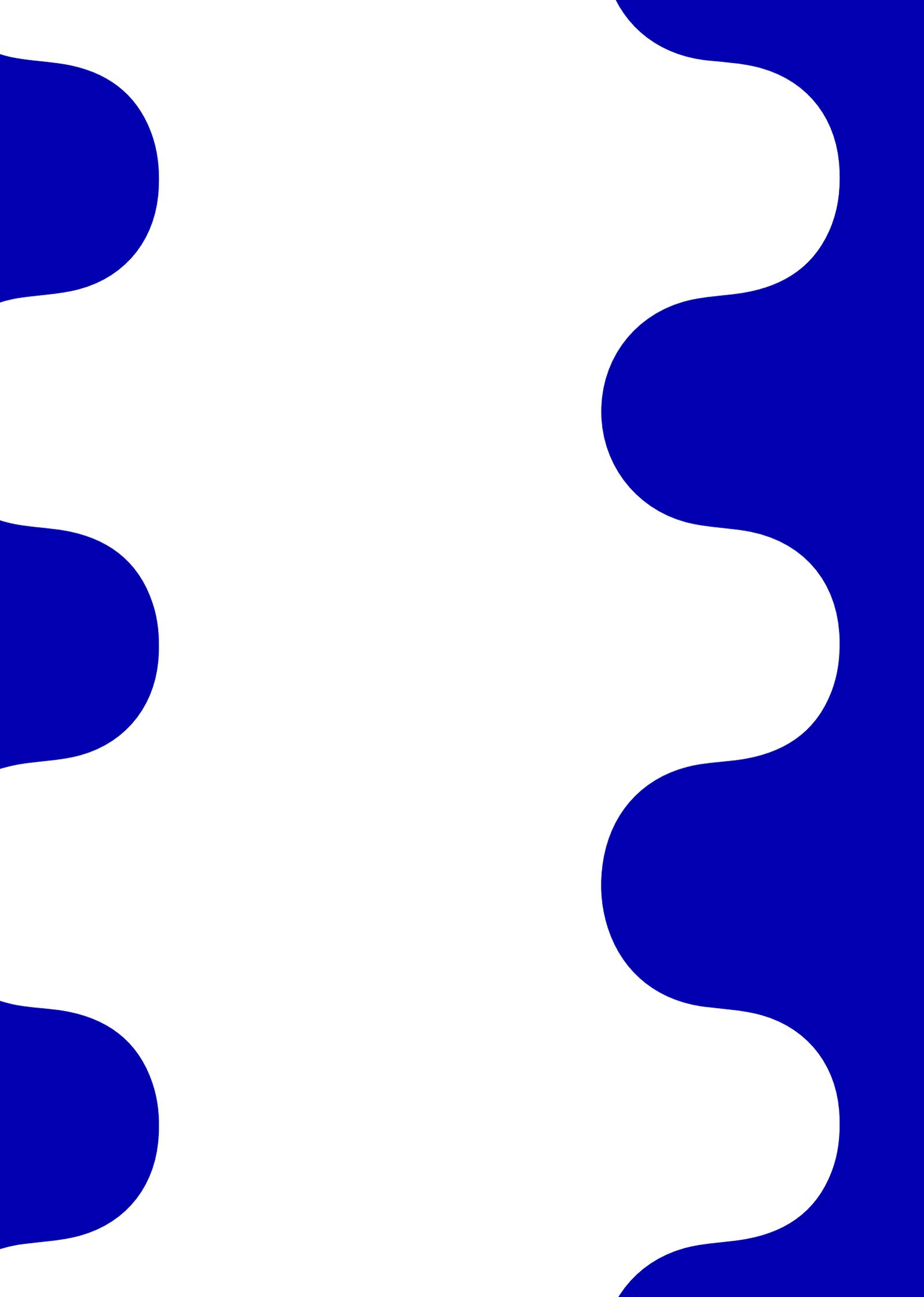


- **Projeto Rio de todos nós:** como parte do Projeto Estruturante Rio Mais Mobilidade, a prefeitura do Rio incentivará a construção de alternativas de mobilidade em morros e favelas (planos inclinados, teleféricos etc.) com uso de tecnologia de ponta, referenciada em experiências exitosas em diversas cidades do mundo. Um plano de implementação deverá ser elaborado ainda no primeiro ano de governo priorizando soluções menos custosas e baseadas nas necessidades apontadas pelos moradores de cada localidade.

- **Trânsito Livre:** programa de aperfeiçoamento do sistema viário através do uso de aplicativos de gerenciamento, implantação de planos de mobilidade e de transporte de cargas, desenvolvimento de rede de pontos de ônibus etc. Também integra o Projeto Estruturante Rio Mais Mobilidade.

- Aperfeiçoar a integração intermodal em pontos críticos como o terminal de ônibus do Cocotá e Estação Ferroviária de Santa Cruz, facilitando o deslocamento em direção a outros bairros e incentivando a mobilidade ativa como recurso para a realização de pequenos deslocamentos.

- Elaborar estudo de viabilidade referente à ampliação das linhas de VLT, considerando a necessidade de se buscar a sustentabilidade financeira e a consolidação do modelo de transporte leve sobre trilhos em regiões estratégicas da cidade.



7

DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, TRABALHO E TURISMO

7. Desenvolvimento, Inovação, Trabalho e Turismo

O próximo governo da cidade do Rio terá de enfrentar a monumental repercussão social e econômica da pandemia do novo coronavírus. A crise deve impor um longo e difícil caminho para a recuperação da economia global. E ela é diferente das demais. Não se trata de uma mera recessão ou uma depressão econômica, estamos tratando de um verdadeiro colapso, que deixará como herança um grande contingente de trabalhadores/as desempregados e empresas quebradas mundo afora. Por isso, é preciso que se tenha claro que a retomada da economia vai depender fundamentalmente da ação do Setor Público e o Brasil terá dois desafios a enfrentar:

1. A crise econômica; e
2. A instabilidade política.

O ano de 2020 caminha para termos o pior desempenho econômico da história (já registramos a queda de 1,5% do PIB apenas no primeiro trimestre). Da mesma forma, os dados do desemprego apresentado pelo IBGE indicam um saldo de desempregados de quase um milhão no Brasil. O estado do RJ foi o segundo estado que perdeu em números reais, com mais de 125

mil desempregados, e o primeiro em termos proporcionais. Cabe lembrar que, somado a isto, o estado e o município do Rio têm enfrentado uma crise prolongada e dívidas acumuladas. Todos esses fatores se apresentam enquanto grande desafio para a próxima gestão. Será preciso cautela e a adoção de políticas realistas visando, primeiramente, a recuperação econômica.

Esta recuperação econômica será de fundamental importância para a implementação das propostas elencadas nas demais áreas, tais como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana etc. Vale lembrar que a crise a qual tanto o estado quanto o município do Rio de Janeiro estão submetidos é anterior à pandemia. Dados mostravam que, no primeiro trimestre de 2020, o estado já passava por uma recessão, uma vez que o cenário econômico de 2019 já era bastante negativo. A pandemia apenas acelerou o processo de deterioração econômica.

Ressalta-se também que numa economia de mercado a criação da maior parte dos empregos é de decisão dos empresários, ou seja, do setor privado. Neste sentido, o poder público municipal tem capacidade limitada de atuação, cabendo a este realizar ações que possam amenizar o problema do desemprego através de políticas públicas compensatórias levando-se em conta a realidade socioeconômica da cidade, a dinâmica do emprego-desemprego, a participação do poder legislativo e, claro, a limitação dos recursos financeiros. Tal raciocínio deve considerar também a dinâmica do orçamento municipal, uma vez que este se aproxima mais de um tipo de orçamento fechado, ou seja, só se pode gastar em cima daquilo que é arrecadado ou através das transferências recebidas. Neste sentido, faz-se necessária uma articulação cada vez maior com o governo federal, uma vez que este possui um orçamento mais flexível, não dependendo apenas do que arrecada por possuir instrumentos parafiscais de política econômica. Outra necessidade é a de transformar os gastos

nas áreas de saúde, assistência social, infraestrutura, habitação, educação, cultura, segurança e afins em eixos articuladores de grandes sistemas produtivos, capazes de impulsionar o adensamento produtivo e uma dinâmica inovativa. A ideia é mobilizar essas demandas, convertendo a lógica do gasto em investimento e buscando favorecer os atores produtivos locais.

Com base nestes elementos, podemos indicar duas vertentes estratégicas para o Rio de Janeiro: a primeira tem a ver com uma recuperação emergencial pós-pandemia, que teria ênfase no primeiro ano de governo (2021); a segunda inicia-se no segundo ano de governo, mas deve ser permanente, no sentido de buscar, paulatinamente, a recuperação do que vem sendo perdido na economia carioca ao longo das últimas décadas.

Explorar as potencialidades represadas da cidade do Rio de Janeiro

Mundialmente conhecida por suas belas paisagens e sua rica atividade cultural, a economia carioca tem grande peso junto à economia estadual e nacional, abrigando em seu território algumas das maiores companhias brasileiras, tais como a Petrobras, a BR Distribuidora, a Vale, dentre outras.

A cidade tem um potencial logístico ainda pouco explorado que pode ajudar na recuperação econômica no pós-pandemia, baseado em sua privilegiada localização geográfica tendo como vetores a BR101 Norte, a Rodovia Washington Luís, a BR 040 – Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek – e a BR116 – Rodovia Presidente Dutra. Como se vê a cidade possui ligação rodoviária com os principais centros consumidores do país, sendo um potencial Hub de distribuição de mercadorias. Além da via terrestre, a cidade conta com dois aeroportos, sendo um de grande porte, o Aeroporto do Galeão. Ainda conta com um porto do Rio de Janeiro, administrado pela Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), tendo a União como acionista majoritário.

Além do potencial logístico, a cidade possui também grande potencial na área da saúde, já que possui em seu território grandes centros de pesquisa na área médica e de fármacos, com destaque para a FIOCRUZ, centro de excelência de pesquisa em saúde pública na América Latina.

É importante destacar que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem sua formação associada diretamente à dinâmica econômica da cidade do Rio sendo esta, ainda hoje, o principal centro econômico da Região Metropolitana.

A seguir estão relacionadas diretrizes e propostas emergenciais e de médio/longo prazo, que se sobrepõem e se complementam, e compõem nosso programa de retomada para a cidade do Rio.

Diretrizes para a ação da Prefeitura

Prioridade à geração de emprego e renda: recuperação de emprego e renda é primordial e está além de uma questão econômica, sendo uma questão de responsabilidade social. É preciso fomentar os setores que mais empregam como comércio, alojamento e alimentação, atividades administrativas, construção e saúde. Esses 5 setores empregam quase 70% dos empregos formais no município e possuem características específicas.

3. Comércio, alojamento e alimentação: Além de ser o que mais emprega, no geral, é o mais importante também no primeiro emprego de jovens de 18 a 24 anos, emprega quase 35% nessa faixa etária. Outro importante fator é a receita de ICMS que o setor gera ao município, essencial no momento pós-crise.
4. Construção: Desde obras públicas ao incentivo de obras privadas, melhoria da infraestrutura urbana. É um setor que gera empregos, novos negócios e oportunidades.
5. Saúde: além dos empregos que gera, a saúde é um elemento fundamental para o tecido social. Os desafios durante a pandemia apontaram para as incríveis soluções geradas a partir da comunidade científica que o país e, em especial, a cidade do Rio possui.

Fomento a novos negócios: As recentes adaptações devido ao fechamento dos estabelecimentos influenciaram na rápida mudança das relações laborais e até na estrutura dos negócios. Uma forma de atuação da política pública é a elaboração de soluções tecnológicas próprias como aplicativos para o setor de alimentação e transporte, incentivando o cooperativismo e apoiando pequenos e micro-empresendimentos

Melhoria da estrutura e fornecimento de serviços públicos: Mais do que nunca intervenções e serviços públicos são essenciais. Desde serviços básicos, como manutenção e preservação, até ações estruturais como a construção de novas vias de acesso, rede de esgoto e habitação. Todas essas atividades são importantes para gerar emprego, renda, bem-estar social e desenvolvimento socioeconômico.

Agenda de incentivo à Indústria: A cidade do Rio de Janeiro é a região do estado com o maior número de indústrias e, conseqüentemente, a que mais abriga o emprego industrial. Deve-se adotar uma agenda industrial conectada com o desenvolvimento regional. Uma sugestão é a incorporação da base de C&T à base produtiva do Rio de Janeiro já que a estrutura produtiva industrial é pouco tecnológica. Deve se atentar para o fato de que em relação ao número de empregos com carteira assinada na indústria de transformação entre 1985 e 2018, o ERJ passou da 2ª para a 6ª posição entre as unidades federativas. Os ramos industriais que possuem grande capacidade de espraiamento e devem ser fomentados são:

6. Químico/Farmacêutico
7. Produtos de metal/Siderurgia
8. Vestuário/Moda
9. Alimentos
10. Setor cultural/Audiovisual.

A cidade do Rio de Janeiro possui um setor industrial expressivo. A busca pela conformação no município de um sistema produtivo/innovativo em saúde pode reduzir a necessidade de importações de insumos nesta área, além de aumentar a estrutura produtiva e, conseqüentemente, o nível de emprego. O incremento tecnológico seria outro importante benefício para a cidade.

Fortalecimento do Turismo: O Turismo é uma atividade complexa para o município do Rio. Embora sejamos a cidade “cenário” da visão do Brasil no exterior, os dados demonstram pequeno impacto econômico na renda e no emprego. Criou-se um mito em torno da possibilidade de uma suposta recuperação do município baseada na atividade turística, algo bastante improvável, pois vemos: para o turismo internacional temos dois Rankings, o Euromonitor e o da Mastercard. Esses dois monitoramentos analisam a entrada de passageiros nas cidades do mundo. Em ambos a cidade do Rio não possui posição de destaque, ocupando as 71ª (Mastercard) e 98ª (Euromonitor) posições. O Rio de Janeiro está longe das top 20 cidades mais visitadas do mundo, mesmo antes da pandemia. Cabem aqui dois entendimentos: O município precisa melhorar sua cadeia produtiva do Turismo e deve fomentar o turismo interno. E o primeiro elemento para uma estratégia de melhoria da cadeia produtiva do turismo e de incentivo ao turismo interno seria a promoção de uma agenda junto ao setor econômico-produtivo, fortalecendo o turismo de negócios na cidade. São Paulo explora muito bem este nicho. Outro vetor importante seria o incentivo ao turismo dentro do próprio estado. Essa estratégia já tem sido apoiada pela Secretaria Estadual de Turismo e pode se tornar uma tendência no pós-pandemia. Para isso, o setor deverá adaptar alguns serviços como, por exemplo, a oferta de serviços “day use” permitindo que hotéis, clubes e outros estabelecimentos forneçam serviços de curta duração para o público local. Outro item importante seria a oferta de pacotes de serviços turísticos de poucos dias, dirigidos ao público das demais regiões do estado do RJ. Finalmente, é preciso desenvolver um arrojado plano de marketing turístico da cidade do Rio voltado para dentro, ou seja, com apelo e alcance nacional, já que o turismo internacional tende a ser o último a retomar o fôlego após a pandemia. O ponto mais preocupante sobre o Turismo é que este foi o primeiro setor a paralisar suas atividades e será um dos últimos a reestabelecer plenamente suas atividades. A adaptação à nova realidade trazida pelo Covid-19 impactará a oferta de serviços entre 2021 e 2023 (data prevista pelos pesquisadores de demora para retomada do setor).

O conjunto de proposições apresentadas a seguir devem compor uma estratégia de médio/ longo prazo para a recuperação da cidade do Rio, compreendendo-a como uma das “cidades-chave” para a economia nacional, em várias dimensões. Cabe destacar, que essa estratégia começa no próximo governo e deixa um legado de recuperação para o subsequente.

Propostas



- **Novo Complexo Industrial da Saúde:** Neste projeto estruturante vamos utilizar toda a inteligência reunida na cidade e o valioso capital humano disponível em nossas instituições de pesquisa para transformar a cidade do Rio em uma das maiores produtoras de equipamentos e insumos hospitalares do país. O aprendizado da pandemia do Coronavírus nos obriga a pensar em uma estratégia que assegure a sustentabilidade da cidade em termos de equipamentos, suprimentos e material médico-hospitalar. O potencial do sistema de saúde da cidade do Rio nos autoriza a imaginar a criação de um polo especializado em virtude de uma série de elementos que a cidade reúne: mão de obra especializada, universidades, centros de pesquisa, FIOCRUZ, multinacionais farmacêuticas etc. O projeto visa uma maior articulação e o fortalecimento deste sistema local de inovação (SLI). A criação de um comitê, com representações de todos os setores, para a elaboração de diretrizes e estratégias é uma medida a ser adotada já nos primeiros dias de governo. O Projeto dialogará, desde seus primeiros passos, com iniciativas e projetos já existentes, como é o caso do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (Cibs) já em construção no Distrito Industrial de Santa Cruz, na zona oeste do Rio.

- **Indústria 4.0 e Novos Negócios:** A readequação pós-crise indicará tendências de novos negócios. Incentivar novos empreendimentos que se fundamentem em estruturas mais modernas, com uso intensivo das TICs, é urgente para o progresso tecnológico do município. Este será um processo de médio prazo, mas é imperativo que o poder público fomente e atraia indústrias e negócios que conduzam a cidade do Rio no sentido da modernização de sua base produtiva. Cabe ressaltar que os pontos seguintes não são contemplados no Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (2017 – 2020), evidenciando assim, certo desalinhamento do município em relação às principais estratégias para o desenvolvimento social e crescimento econômico contemporâneas.

a. Estratégia de Smart City: O conceito de cidades inteligentes está relacionado à busca por soluções frente aos desafios urbanos contemporâneos e à ideia de sustentabilidade. Ou seja, estamos falando, fundamentalmente de estratégias de desenvolvimento urbano sustentado. No entanto, como característica chave e marcante deste conceito está a utilização da tecnologia para superar os gargalos sociais, econômicos e ambientais nas áreas de transporte, governança, energia, comunicação, logística etc. As estratégias de Smart City buscam ainda promover a governança e interações entre as redes de agentes públicos e privados. O uso intensivo de tecnologias de georeferenciamento, sensoriamento, informação e comunicação, influenciam diretamente na gestão da cidade, e exploram novas possibilidades para a busca da eficiência nas redes de energia, transporte e outras atividades logísticas e de operações. As políticas públicas nesta perspectiva exigem uma visão holística e integrada, focada nas prioridades da sociedade. Tal visão aponta para uma “hélice quadrupla” com a união das universidades, mercado, sociedade e poder público. Trata-se de uma estrutura disponível na cidade do Rio, que precisa ser mais bem gerida e articulada. O componente tecnológico deve ser transversal, contribuindo para a melhoria e eficiência dos serviços e da infraestrutura das cidades.

Figura 1: Estrutura de uma cidade inteligente, e seus componentes



Fonte: Livro Smart Cities: cidades inteligentes nas dimensões: Planejamento, Governança, Mobilidade, Educação e Saúde. Organizadores: GUEDES, SOARE e RODRIGUES, 2020.

b. Indústria 4.0: A cidade do Rio possui uma lacuna importante em seu planejamento por não contar uma estratégia de indústria 4.0. Em primeiro lugar porque se trata de uma tendência mundial e, depois, porque existe uma estratégia nacional para esta indústria. Um plano para a indústria 4.0 pode impulsionar outros eixos, afinal, ele é dependente da infraestrutura disponível do município, desde a energia elétrica estável até as TICs. Além disto, pode influenciar na inserção da cidade como “cidade global” e como uma “smart city”. Assim, não é razoável desconectar todos esses pontos em um plano estratégico para o Rio. A indústria 4.0 pode ser resumida na articulação de tecnologias de produção que envolvem inteligência artificial, Robótica, Big data, biotecnologia, digitalização etc. Entre os principais setores que serão impactados nos anos seguintes estão:

1. Automotivo: com robotização colaborativa na produção, utilização da internet das coisas; impressoras 3D no processo produtivo etc.
2. Alimentos e Bebidas: uso de softwares avançados para controle e produção, Big data para previsões orçamentárias e drones para logística segura de cargas.
3. Máquinas e Ferramentas: união de tecnologias e inovações incrementais, uso de realidade virtual, uso de novos materiais mais sustentáveis; robotização da produção.
4. Petróleo e Gás: Setor que já é de destaque em termos tecnológicos no estado do RJ será incrementado pela tecnologia, como internet das coisas e sensores inteligentes.
5. Têxtil e Vestuário: Tecnologias digitais irão proporcionar personalização individual e customização dos produtos (nesse setor as “smart clothes” são uma tendência) além

- do aumento da automação da produção e utilização de ferramentas virtuais;
6. Química e Petroquímica: Robotização, internet das coisas, desenvolvimento de novos produtos, nano tecnologia, biotecnologia além de novos produtos sintéticos;
 7. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs): a digitalização, internet das coisas e das redes wireless nas linhas produtivas e na comunicação entre robôs já é uma realidade;
 8. Construção Civil: Já está em curso o uso da domótica (automação predial) e da internet das coisas para aprimorar e automatizar o processo de construção. Além disso, há o uso de novos materiais inteligentes, tecnologias sustentáveis e a tendência de “casa inteligente”.

Esses setores apontados dão uma pequena dimensão da tendência da indústria 4.0 na economia, emprego, oportunidades de negócios. Cabe ressaltar, que a cidade do Rio possui todos esses setores, alguns fortes e modernos e outros atrasados e sucateados. Uma estratégia para indústria 4.0 será determinante para o futuro do município. O caminho oposto a isso é o que tem sido trilhado nos últimos anos: a insistência no atraso e em posicionamentos retrógrados e antiquados. Não há a possibilidade de expansão efetiva de novos negócios se estes não forem nos moldes da indústria 4.0 e inseridos em uma concepção de cidade inteligente. Dito isto, apresentamos o projeto que será o impulsionador da estratégia de indústria 4.0 na cidade do Rio.



Porto Cidade Criativa: projeto estruturante que pretende transformar a região portuária em um grande ambiente de inovação e apoio a empresas de base tecnológica e relacionadas à economia da cultura, criando um grande “cinturão de desenvolvimento” do Porto até a Ilha do Fundão, envolvendo todas as comunidades do entorno (da Providência à Maré), com projetos de urbanização e saneamento nestas localidades. Projetos de habitação popular e de residências universitárias integram o projeto, que também receberá um dos primeiros “Territórios Seguros” da Cidade. Pretende-se, ainda, transformar a região na grande porta de entrada do turismo na cidade, valorizando a cultura afro-brasileira, o circuito do samba, dos museus e a história da região onde nasceu a cidade do Rio. E, neste ponto, a municipalização do Porto cumprirá um papel decisivo. A atual Orla Conde será integrada à região dos armazéns e galpões, locais que devem servir de base para a instalação de empreendimentos inovadores e vinculados à indústria 4.0. A instalação de incubadoras e aceleradoras de projetos, oficinas de coworking etc. servirão ao propósito de estimular a abertura de novos negócios e o desenvolvimento de plataformas e soluções tecnológicas que enfrentem os principais problemas de gestão e organização da cidade. O Projeto Rio Cidade Criativa, sob responsabilidade da Secretaria de cultura, integra este projeto Estruturante.



- Plano de melhoria da infraestrutura urbana e fornecimento de serviços públicos nas regiões periféricas do Rio: este será um projeto que buscará enfrentar a desigualdade social, a estrutura física atrasada, a precariedade dos transportes e dos serviços básicos nas regiões periféricas da cidade. Os atuais desequilíbrios se configuram enquanto um grande gargalo estrutural da cidade. É preciso assegurar qualidade de vida, dignidade, respeito e melhores oportunidades para uma grande parte dos cariocas. O plano buscará qualificar a infraestrutura urbana no entorno de conjuntos habitacionais distantes e de bairros das zonas oeste e da Leopoldina, prioritariamente, e aproveitará as possibilidades

abertas pelo Novo Marco do Saneamento melhorando a oferta de serviços de água e esgoto. Da mesma forma, a Prefeitura atuará para reduzir os assentamentos informais e desenvolver Projetos de Habitação de Interesse Social, além de projetar a criação de novos equipamentos culturais, de esporte e lazer. A captação de recursos para a viabilização deste projeto deve direcionar-se para bancos internacionais de fomento e desenvolvimento, utilizando toda capacidade política internacional do Rio no diálogo com instituições como Banco Mundial/ONU, Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Banco do BRICS, Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras. Para a solução de intervenções menores e mais específicas, uma forma de atuação da política pública pode ser do tipo “missão orientada”, com chamadas públicas e elaboração de editais para resolução de problemas pontuais. Essa forma, de “resolver” um problema específico é importante, inclusive, nas inovações que podem ser geradas. Um exemplo, nesse sentido seria a busca de soluções para a coleta de lixo e redução dos impactos ambientais. A partir de chamada pública, empresas apresentariam estratégias para tal, inclusive empresas menores e locais como startups com soluções inteligentes e tecnológicas.



- Projeto Rio cidade global: A cidade do Rio de Janeiro figura ao lado de cidades como Denver e Berlin no ranking das cidades globais 2018 da Globalization and World Cities Research Network (GaWC). Este ranking examina cidades em todo o mundo e classifica as cidades de acordo com sua conectividade em quatro pontos: serviços avançados; contabilidade; publicidade; bancos/finanças e legislação. São Paulo é a cidade brasileira mais bem posicionada e o Rio possui uma tendência de queda no ranking. A importância de melhorar o Rio nessa classificação passa por várias questões: demanda pelo turismo carioca, empresas multinacionais interessadas em se instalar na cidade, emprego, renda e receita etc. A ideia de Rio como cidade global é fundamental para que a cidade possa ser alavancada economicamente. A expansão da atividade turística e a qualificação da cadeia produtiva do turismo depende da melhoria da imagem da cidade no exterior. O turista internacional demanda uma série de serviços que compõem essa cadeia produtiva. Cumpre ressaltar que o Turismo está bastante atrelado ao desenvolvimento dos demais setores estratégicos da economia e da gestão da cidade. Uma estratégia para ampliação e solidificação do Turismo no Rio deve ter como ponte de partida uma análise minuciosa da estrutura disponível dos setores a montante e a jusante, que são os principais gargalos do setor. E a construção de uma estratégia para a consolidação do Rio enquanto cidade global deve ser um dos principais objetivos da próxima gestão municipal. Neste projeto, a Prefeitura agirá para qualificar a cadeia do turismo, desenvolvendo projetos de capacitação de pessoal, incentivando o turismo de negócios, oferecendo vantagens ao setor para adaptações no pós-pandemia, reforçando o patrulhamento de pontos turísticos com a Guarda Municipal e realizando ações de promoção do turismo no restante do Brasil e no exterior.

Ciência, Tecnologia e Inovação

A Cidade do Rio de Janeiro reúne todas as condições para dar um salto qualitativo e se converter a um modelo alternativo de desenvolvimento econômico que a coloque como uma “economia dirigida pelo conhecimento” (knowledge-driven economy). A economia dirigida pelo conhecimento é um modelo fundado na produção, distribuição e consumo de conhecimento e informação, priorizando investimentos em indústrias e serviços de alta tecnologia, que demandam capital humano qualificado e que resultam na disponibilização de produtos de alto valor agregado.

A cidade do Rio conta com os seguintes ativos a serem explorados por uma política municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

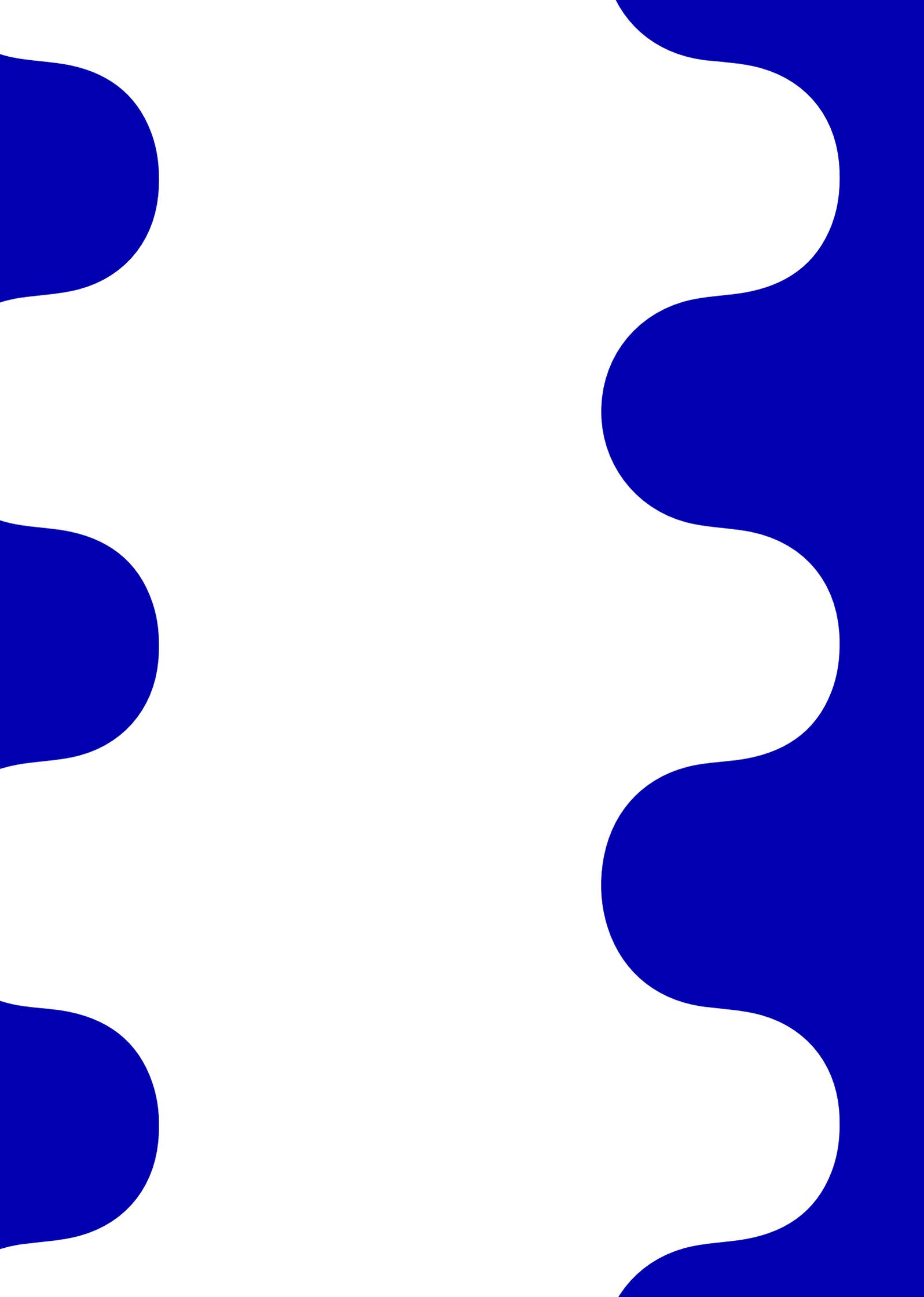
- Uma forte indústria do petróleo, grande consumidora de produtos tecnológicos,
- 71 instituições de ensino superior e 745 mil universitários
- 04 universidades federais e 02 universidades estaduais
- Vários centros e institutos de pesquisa de ponta nas mais diferentes áreas, tais como CENPES, Fiocruz, IME, IMPA, CBPF, Coppe, FGV, PUC, IPEA e o Museu Nacional.
- Experiência na criação de parques tecnológicos, como o da UFRJ e o BioRio.
- 14 mil doutores, formados por 287 programas de doutorado, 3.300 grupos de pesquisa, que reúnem 16.500 pesquisadores.

Propostas

- Criar o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação através de uma Lei Municipal de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Cidade do Rio de Janeiro, que também deve instituir um Conselho Municipal de CT&I (COMCTI) e um Plano Municipal de Desenvolvimento da CT&I com projeção de metas para o decênio 2021-2030.

- Elaborar estudos de viabilidade a respeito da criação do Fundo Municipal de CT&I (FUMCTI).

- Instituir o Programa Rio 2030, destinado a apoiar startups e empresas de tecnologia agregada com sede no Rio de Janeiro através do financiamento ao desenvolvimento de projetos tecnológicos ou através da preferência no poder de compra da prefeitura para soluções tecnológicas.



8

CULTURA

8. Cultura

A cultura deve ocupar um lugar de destaque na conformação de estratégias públicas empenhadas na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento humano. E para que assuma esta condição em um projeto de cidade contemporâneo, a cultura deve ser compreendida em suas três dimensões: a econômica, a cidadã e a simbólica.

No que diz respeito à **dimensão econômica**, é preciso compreender a cultura como terreno fértil de uma nova economia baseada na colaboração em rede, na criatividade, na inovação e em arranjos solidários e sustentáveis. O poder público deve estimular redes de cooperação e desenvolvimento de arranjos produtivos inovadores, capazes de estabelecer relações que apontem para uma cultura de colaboração e compartilhamento, o que, por sinal, já é praticado em várias das principais economias do planeta. A economia do século XXI é a economia do conhecimento compartilhado, da colaboração em rede, das trocas simbólicas e da agregação de valor pela inteligência. É preciso refletir sobre os novos modelos de negócios, que tomam por base a cooperação e a afirmação da esfera do comum. Um governo municipal pode, e deve apoiar-se nas novas formas de trabalho, cooperação econômica e trocas para desenvolver políticas públicas que fortaleçam a economia local, a produção de valor agregado e a transformação criativa das relações de trabalho.

Em relação à **dimensão cidadã** é preciso afirmar que o acesso à cultura deve ser concebido enquanto direito humano fundamental e eixo estratégico de um projeto de nação. A fruição cultural possibilita o contato com diferentes formas de expressão, proporciona experiências enriquecedoras, desenvolvimento humano e cidadão. A gestão cultural deve ser pensada a partir de uma perspectiva participativa e colaborativa, conformando um sistema de vários sistemas (de bibliotecas, museus, patrimônio etc.), integrados em rede, e com a marca fundamental da participação social no seu desenvolvimento. A cultura proporciona novas formas de relacionamento com a cidade, enriquece a vida em comunidade e contribui para a construção de ambientes mais democráticos.

E, finalmente, no **campo simbólico**, a cultura oferece múltiplas possibilidades de construção de identidades coletivas e subjetividades. Da arte e da cultura vimos emergir, nos últimos anos, os gritos mais potentes em favor da vida e contra a barbárie, a intolerância e o obscurantismo. A cultura oferece, atualmente, o terreno mais fértil para a afirmação da solidariedade, do respeito às diferenças e da esperança num mundo onde caibamos todos e todas.

A crise econômica que o país enfrenta desde 2015 teve forte impacto na área cultural e este tem sido um dos setores mais afetados por uma política fiscal que reduz significativamente a capacidade do Estado de desenvolver suas políticas públicas. A pandemia agravou ainda mais este cenário e pode ter consequências desastrosas para o setor. O ambiente econômico associado a um entendimento precário acerca da relevância do setor cultural para o desenvolvimento do país, está levando a gestão cultural a uma situação alarmante. A ideia de cultura como algo supérfluo – que deve ser imediatamente cortado em períodos de crise – pode nos levar a um significativo retrocesso no que tange à afirmação dos direitos culturais no

país. O Brasil havia avançado nos anos 2000 em termos de formulação e desenvolvimento de políticas culturais, mas ainda estávamos muito distantes de uma gestão profissional da cultura, que permitisse a construção de estratégias públicas mais efetivas, abrangentes e eficazes. A forma como os diferentes governos tem se comportado nos últimos anos representa um grave retrocesso e pode comprometer seriamente o processo de aperfeiçoamento das políticas culturais no país.

Nossa plataforma para a cidade do Rio parte do reconhecimento do papel estratégico das políticas culturais na afirmação de uma perspectiva democrática, humanista e republicana para o Estado brasileiro. Uma agenda transformadora não é sustentável, no longo prazo, sem que sejam mobilizados elementos simbólicos indispensáveis à conformação de uma hegemonia social e política baseada nos valores da democracia, da solidariedade e da justiça social. É preciso reconhecer que a mera satisfação das necessidades materiais não é suficiente para que se gere apelo simbólico necessário à consolidação de uma cultura democrática, republicana e de respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa em uma sociedade tão complexa quanto a brasileira. Os partidos progressistas no Brasil, em geral, foram negligentes em relação à disputa do imaginário nacional e estão pagando um alto preço em função dessa desatenção.

Nosso programa buscará **valorizar as políticas culturais**, enfatizando sua centralidade na construção de uma agenda pós-crise. A cultura pode contribuir não somente para a retomada da economia como também deve participar dos esforços em favor da superação da intolerância e da violência, algo indispensável à consolidação de um projeto de desenvolvimento pleno, substancial e verdadeiramente democrático para o país.

A cidade do Rio de Janeiro vive um verdadeiro “apagão” em termos de políticas culturais. Em 2019, tivemos o menor volume de recursos orçamentários executados na história recente da cidade. O descaso com a gestão cultural se manifesta no funcionamento precário e no fechamento de diversos equipamentos públicos, na expressiva redução do incentivo e fomento à cultura na cidade, na péssima relação do governo com artistas, produtores e fazedores de cultura do Rio. Será preciso iniciar uma verdadeira reconstrução das políticas culturais na cidade após quatro anos de ataques sistemáticos, descaso, e ingerência ideológica reacionária na gestão cultural. E neste sentido, assumimos o compromisso com a **recomposição do orçamento da cultura na cidade do Rio de Janeiro**, de forma a garantir a retomada políticas culturais e da gestão efetiva dos equipamentos sob a responsabilidade da Prefeitura.

Propostas



- **Rio Cidade Criativa:** este projeto, parte integrante do **Projeto Estruturante Porto Cidade Criativa** e inspirado na experiência do Porto Digital de Recife, buscará estimular a criatividade e a inovação tecnológica na cidade do Rio através da criação (inicialmente na região portuária e depois repercutindo em outras regiões da cidade) de um polo de estímulo ao desenvolvimento de negócios inovadores (com a instalação de uma incubadora e aceleradora de projetos), capacitação de jovens, integração entre empresas e universidades e incentivo à empresas com atuação nas áreas de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC's), Economia Criativa e Tecnologias para as Cidades.



- **Ocupa Rio (projeto transversal envolvendo as áreas de segurança, urbanismo, esporte, meio ambiente e educação):** Plano de revitalização e ocupação de espaços públicos como praças, parques, quadras esportivas etc. associado ao **Projeto Estruturante Territórios Seguros**. Esta deverá ser uma ação transversal, envolvendo diversas unidades de governo, garantindo iluminação adequada, retirada de grades, adaptação, acessibilidade, fomento a atividades culturais e esportivas em todo o território da cidade, através de editais específicos voltados à ocupação de espaços e equipamentos públicos.

- **Cultura Viva na Cidade:** fomentar ações locais, iniciativas e atividades artísticas e culturais em todo o território da cidade fortalecendo ou estimulando a criação de pontos de cultura, em especial, nas áreas com menor oferta de equipamentos e eventos culturais. Retomada da política de editais e incentivo a ações locais. Mapear e incentivar iniciativas e projetos, consolidando um novo mapa digital da cultura, com foco no fortalecimento e promoção de ações locais.

- **Nova Gestão da Cultura:** adoção de um novo modelo de gestão dos equipamentos culturais públicos sob responsabilidade da Prefeitura com o objetivo de reformar, equipar e modernizar teatros, espaços, centros e lonas culturais, museus e bibliotecas públicas. Através de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada, pretende-se fortalecer o papel destes equipamentos na democratização do acesso à cultura no município.

- **Jovem Conectado promovendo a Cultura de Paz (Projeto transversal envolvendo as áreas de desenvolvimento econômico, trabalho e educação):** Programa de Inclusão de jovens em territórios conflagrados, em parceria com outras unidades de governo, com oferta de cursos profissionalizantes atrativos como gamificação, robótica, programação, fotografia etc. e orientação ao mercado de trabalho. Desenvolvimento de parcerias com empresas de base tecnológica para absorção desta força de trabalho. Estudar a viabilidade da oferta de bolsa de estudos para jovens participantes do projeto. Estabelecer percentuais de vagas para jovens em situação de violência e envolvidos em atividades ilícitas como forma de abrir possibilidades alternativas de vida.



- **Cultura nas Escolas Cariocas:** integrando o Pacto Carioca pela Educação, este projeto pretende investir fortemente na **integração entre as políticas educacionais e culturais** do município e buscará estabelecer parcerias e ampliar o uso dos equipamentos culturais da cidade pelas escolas (teatro, lonas culturais, bibliotecas etc). Além disto, vamos desenvolver uma política de formação de público e formação artística e cultural na rede municipal de educação, em parceria com artistas locais, instituições da sociedade civil e instituições de ensino superior.

- **Sistema de Informações e Indicadores Culturais:** firmar parcerias com instituições de pesquisa da cidade com o objetivo de consolidar um sistema de informações e indicadores culturais, disponibilizando dados e informações em linguagem inteligível e interativa. Um **mapa digital da cultura** e um aplicativo serão desenvolvidos oferecendo informações diárias sobre atividades e eventos culturais na cidade, oportunidades para artistas e produtores, editais, agenda dos equipamentos culturais do município etc.

- **Rio Diversidade:** projeto de fomento a grupos artísticos e culturais, selecionados através de edital específico, que desenvolvam projetos de circulação artística e formação cultural voltados à promoção e valorização da diversidade étnica e cultural do povo carioca. Serão priorizados projetos com temáticas relacionadas à promoção da história da África e dos povos indígenas, além de iniciativas que tenham como foco a sensibilização e conscientização sobre o combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

- **Acessa Cultura:** amplo programa de acessibilidade e promoção dos direitos culturais da pessoa deficiente. O programa envolverá uma política de acessibilidade dos equipamentos culturais próprios da prefeitura, com a adaptação dos espaços físicos, implementação de ações de audiodescrição e legendagem descritiva em eventos culturais, assim como a exigência de que as obras audiovisuais realizadas com fomento público municipal possuam a audiodescrição e a legendagem descritiva como tecnologias assistivas nas mídias de veiculação. O desenvolvimento da política pública de acessibilidade será realizado mediante consulta pública que envolva a classe artística e representantes dos movimentos em defesa da pessoa deficiente. A inclusão da pessoa deficiente se dará não apenas como consumidores, mas também como produtores de cultura, mediante a elaboração de conteúdos especificamente voltados para este segmento, tendo como modelo a Televisão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, a TV INES. A produção de conteúdo específico se diferencia da acessibilidade, ao ter sua concepção e processo de criação já pensado para a pessoa deficiente, contendo linguagem e gramática audiovisual próprias. Além da inclusão da pessoa deficiente nos cursos e oficinas culturais oferecidos e/ou fomentados pelo município, haverá o oferecimento dessas oficinas em espaços voltados para o atendimento da pessoa deficiente, em convênio com instituições como a APAE, Sociedade Pestalozzi, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Instituto Benjamin Constant, ong's, associações e demais entidades voltadas para a pessoa deficiente.

- **Nova Política de Audiovisual da Cidade do Rio:** projeto que terá como ponto de partida a valorização e reestruturação da Rio Filme, com a retomada da política de editais, baseados em novos critérios de alocação e diversidade. A retomada do apoio a festivais na cidade e realização de eventos de promoção da produção audiovisual da cidade também integrará o escopo do projeto. Além disto, a

Prefeitura do Rio envidará esforços para a realização de Parceria Público-Privada visando a retomada do Polo de Cine e Vídeo de Jacarepaguá (será avaliada a pertinência de seu deslocamento para a região portuária), dentro dos modernos conceitos e necessidades da indústria audiovisual, em atenção a convergência de mídias (audiovisual, telecomunicações e informática), com foco nas áreas em que a cidade pode desenvolver vantagens comparativas e atrair investimentos. O projeto buscará, ainda, apoiar iniciativas como o Rio Film Commission, incentivando a atração de produções estrangeiras e de outros estados para serem filmadas e/ou finalizadas na cidade do Rio de Janeiro, como forma de geração de emprego e renda na cidade e projeção da imagem da cidade no mundo. Finalmente, o projeto incentivará a realização de ações iniciativas comuns entre a Rio Filme e a Empresa Municipal de Multi-Meio, Multi-Rio, priorizando o uso do acervo e das novas produções da Empresa em ações de preservação da memória da cidade, do seu meio ambiente, da ambiência cultural e incorporação das produções realizadas pelos coletivos audiovisuais existentes nas comunidades.

- Instituir um programa de apoio e valorização de **festas tradicionais da cidade** (incluindo as Festas Juninas) como forma de promover a memória e incentivar a cadeia produtiva da cultura nos diferentes bairros e regiões da cidade. O mapeamento destas iniciativas deve ser feito em colaboração com a sociedade, incrementando o mapa digital da cultural (Mapa Cultura Viva).

- Definir uma política permanente de oferta de espaços para o recebimento de Circos na Cidade.

- Instituir, em parceria com a Escola de Música Villa-Lobos e outras instituições como Orquestra Sinfônica Brasileira e Petrobrás Sinfônica, projeto de formação musical nas escolas da rede municipal.

UMA PLATAFORMA TRABALHISTA PARA O CARNAVAL DO RIO

O carnaval do Rio de Janeiro, bem mais do que um mero evento, é um elemento constitutivo de nossa identidade, um traço cultural profundamente enraizado na história de nossa cidade. O carnaval do Rio contribuiu, ao longo do século XX, para a construção da própria brasilidade e da imagem do Brasil no mundo. É, portanto, um patrimônio de todo cidadão e cidadã carioca, de todos os povos reunidos aqui. Uma obra coletiva que reforça nosso senso de pertencimento à cidade.

Foi neste espaço comum que as populações afrodescendentes, historicamente excluídas, encontraram seu protagonismo e puderam se apropriar de novos espaços da cidade, resistindo através da cultura. Foi também aí que mulheres como Tia Ciata puderam exercer sua capacidade de liderança, assumindo uma posição de vanguarda determinante para o surgimento do samba moderno. O carnaval se espalhou pela cidade de forma democrática. A história do samba se desenvolve às margens da linha férrea, integrando diversos bairros periféricos, tornando mais acessível a fruição cultural e possibilitando a formação artística a setores sociais marginalizados. O carnaval, portanto, tem sido historicamente um palco privilegiado da luta em favor do direito à cidade.

Nossa plataforma para o carnaval parte desta compreensão. Em nossa visão, o carnaval é uma potência que não se esgota em sua dimensão econômica. Representa muito mais do que isso. É patrimônio cultural, resistência, lugar de encontro e de valorização da vida, uma festa popular repleta de significado. O carnaval é tudo isso e é também um evento anual que representa uma enorme

responsabilidade para os gestores públicos da cidade do Rio. Mas, infelizmente, não é assim que a atual administração municipal percebe o carnaval. Pelo contrário. A Prefeitura do Rio nos últimos anos tem se comportado como uma adversária do carnaval, uma postura deplorável que esperamos suplantar completamente a partir do próximo ano.

A história do PDT do Rio se relaciona intimamente com a história recente do carnaval. A construção do Sambódromo, durante o governo Leonel Brizola/Darcy Ribeiro, é o marco mais expressivo desta trajetória. E nas eleições 2020, queremos resgatar e valorizar esta história apresentando uma plataforma trabalhista para o carnaval do Rio.

Uma política de Estado para o carnaval do Rio

É preciso potencializar o aspecto econômico do carnaval, mas sem descuidar de seu papel simbólico, valorizando-o enquanto patrimônio cultural da cidade do Rio e afirmando seu caráter de evento popular de massas que se realiza por toda a cidade.

Mas é igualmente necessário afastarmos alguns mal entendidos e inverdades que acabaram contaminando o debate sobre o carnaval nos últimos anos. E neste sentido, devemos reposicionar o debate sobre o financiamento do carnaval, com base em dados e indicadores. Segundo um estudo recente da renomada Fundação Getúlio Vargas, em 2018, o carnaval foi responsável pela criação de mais de 70 mil postos de trabalho e gerou uma arrecadação de R\$ 179 milhões em impostos, sendo que apenas em ISS foram R\$ 77 milhões. O carnaval daquele ano teria injetado mais de R\$ 3 bilhões na economia do estado. Ainda de acordo com o mesmo estudo, para cada real gastos no Programa Rio de Janeiro a Janeiro foram movimentados R\$ 17,61 na economia como um todo. Ou seja, o setor de eventos é “rentável” para a cidade, gera empregos, aumenta a arrecadação. Portanto, o discurso que tenta criar uma contradição entre o investimento no carnaval e a prioridade a serviços públicos como saúde e educação é falacioso. O que possibilita o investimento em saúde, educação, mobilidade, segurança etc. é o aquecimento da economia, que possibilita o aumento da arrecadação e a geração de receita. O desenvolvimento de políticas públicas para a cultura e o incentivo à realização de eventos na cidade resultam no aumento da capacidade da Prefeitura em realizar ações em outras áreas.

O carnaval é um ativo econômico da cidade do Rio que pode ser muito mais bem explorado do que é atualmente. O espetáculo do sambódromo deve ter apoio do Poder Público, mediante critérios claros e visando a obtenção de resultados e benefícios econômicos e sociais para a cidade, assim como todas as manifestações de rua como os blocos e os bailes populares. A valorização dos desfiles da Intendente Magalhães é outro compromisso a ser assumido pelo novo governo municipal. Devemos pensar também os desdobramentos do carnaval ao longo do ano. A Cidade do Samba, por exemplo, tem um enorme potencial não explorado e pode se tornar parte de um circuito do carnaval disponível ao cidadão/a carioca e ao turista ao longo do ano. Um museu, a altura do que o carnaval representa para o Rio, é uma necessidade no âmbito de uma agenda inovadora e criativa para a gestão do carnaval na cidade. Mas, acima de tudo, é preciso desenvolver uma política permanente, de Estado, para o carnaval do Rio, que não esteja sujeita às vicissitudes da política municipal. A atenção ao carnaval não pode estar sujeita aos caprichos e orientações ideológicas ou religiosas deste ou daquele prefeito. A cidade precisa de estratégias sólidas, permanentes, que sejam avaliadas periodicamente e submetidas ao controle público. Somente assim o Rio poderá explorar todo o potencial do carnaval carioca.

Propostas

- **Redefinição do “território do carnaval”:** política de incentivo à organização de atividades culturais, como blocos e bailes populares, em todo o território da cidade, democratizando o acesso à cultura e reforçando os laços comunitários do carnaval carioca. É preciso oferecer mais opções nas zonas oeste e norte da cidade e evitar a concentração excessiva na região central e zona sul da cidade. Parcerias com a iniciativa privada, mobilização das Lonas Culturais e outros equipamentos públicos de cultura, como o Terreirão do Samba, incentivo à manifestações culturais tradicionais e facilitação de licenças para eventos descentralizados devem compor esta agenda de redesenho do território do carnaval no Rio.

- **Retomar o apoio do governo municipal às Escolas de Samba** tendo como prioridade o estabelecimento de um cronograma e um calendário anual de desembolso que possibilite o planejamento financeiro das escolas. O apoio será condicionado ao desenvolvimento de atividades culturais nos bairros e comunidades ao longo do ano visando o fortalecimento dos laços comunitários das agremiações. A participação em projetos sociais e educacionais junto à rede municipal será outro critério para o acesso a recursos, bem como a adoção de medidas de combate à precarização do trabalho nos barracões. As escolas de samba também serão estimuladas a participar de programas de prevenção à violência e de formação artística e cultural em suas respectivas regiões.

- **Apoiar os desfiles da Intendente Magalhães:** no mesmo sentido da proposta anterior, é preciso desenvolver uma política de valorização e incentivo aos desfiles realizados na Av. Intendente Magalhães, ampliando a oferta de serviços públicos municipais e de apoio logístico, facilitando a liberação de licenças e autorizações, melhorando as condições de segurança e iluminação etc.

- Incentivar e investir em **desfiles das escolas de samba mirins**, reforçando seu caráter pedagógico e sua função social. As escolas de samba mirins devem, em contrapartida, desenvolver atividades junto às escolas da Rede Municipal ao longo do ano. A Prefeitura deve estimular a realização de parcerias com o setor privado mediante o reforço de seu caráter sociocultural.

- Construir, através de parceria com o setor privado e mediante estudo de viabilidade econômica, uma **nova Cidade do Samba** para abrigar as **Escolas do Grupo de Acesso**. A gestão da nova e da atual Cidade do Samba devem ser profissionais, assegurando a abertura de novos negócios relacionados ao carnaval, funcionamento regular ao longo do ano, atividades culturais de modo a garantir sua sustentabilidade.

- Estimular (em parceria com o setor hoteleiro, bares e restaurantes) a consolidação do **Circuito do Carnaval:** um roteiro permanente pela cidade disponível durante todo o ano que envolva a valorização da memória do carnaval, a visitação a sítios históricos, a realização de eventos como o **Trem do Samba**, o uso de equipamentos culturais como o Terreirão do Samba e o contato permanente com a música popular, as escolas do Samba e a Cidade do Samba. O circuito do carnaval deve se tornar uma referência para o turismo cultural na cidade e fixar um calendário anual de atividades, incluindo um grande evento no período de meio-de-ano.

- Construir, através de parceria com a iniciativa privada, um **novo Museu do Carnaval Carioca**, em local a ser definido através do diálogo com a sociedade civil, potenciais investidores, escolas de samba e a comunidade do samba.

- **Combater precarização do trabalho** no âmbito da cadeia produtiva do carnaval através do aumento da fiscalização e da definição deste como um dos critérios para o acesso ao incentivo da Prefeitura às Escolas. Uma agenda trabalhista para o carnaval do Rio deve ter como prioridade a valorização dos profissionais da cultura que atuam no carnaval.

- Instituir, em parceria com instituições públicas de ensino superior da cidade, um programa de **formação em gestão do carnaval e direção artística** para mulheres visando reduzir as disparidades entre homens e mulheres na condução do carnaval carioca e reafirmar o protagonismo feminino no âmbito das escolas de samba.

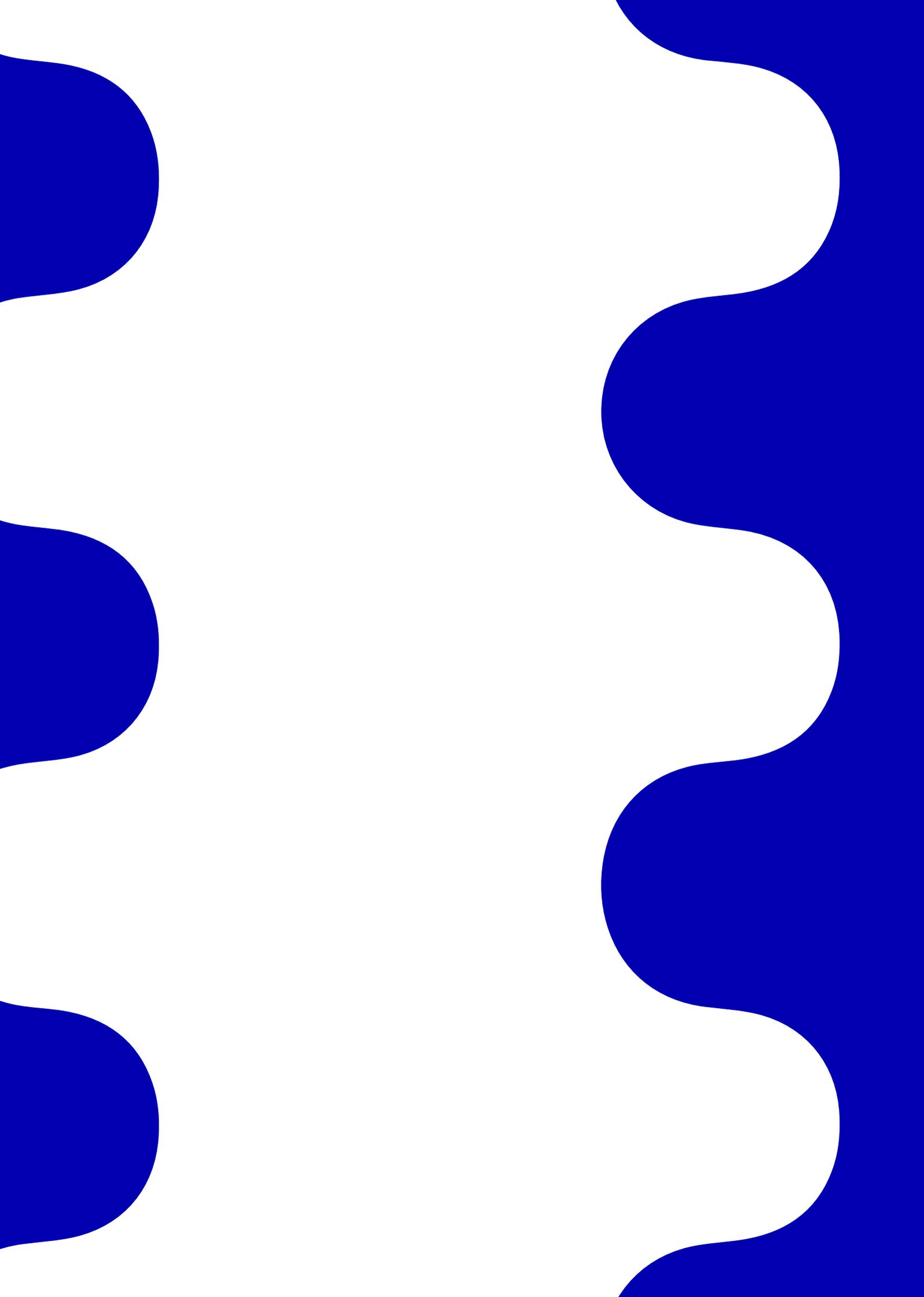
- **Apoiar e facilitar a organização dos Blocos de Rua:** através do diálogo, envolvendo representações dos blocos e dos bairros, a Prefeitura deve buscar um novo modelo de gestão e ordenamento do carnaval de rua, de modo a conciliar preocupações referentes à segurança, mobilidade e preservação do patrimônio público.

- **Revisar o atual modelo de gestão do Sambódromo** de modo que se torne um equipamento cultural disponível ao longo do ano, compondo o Circuito do Carnaval e se tornando uma grande área de lazer aberta às comunidades do entorno do Sambódromo.

- **Aproximar o mundo do samba da Rede Municipal de Educação** como forma de estimular, junto às escolas, a plena implementação da Lei 11.645 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas.

- **Institucionalizar as políticas para o carnaval da cidade:** é preciso estabelecer uma política permanente, de Estado, para o carnaval do Rio. Esta política deve estar amparada em Decretos e Leis Municipais. Para tanto, pretende-se criar uma Sub-secretaria Municipal de Carnaval, que tenha como função planejar, coordenar e orientar as políticas para o carnaval na cidade.

- Instituir Centros de Atendimento ao Folião em pontos estratégicos da cidade que ofereçam kits de primeiros-socorros, apoio a turistas, orientação para vítimas de violência etc.



9

**MEIO AMBIENTE
SANEAMENTO E
CONSERVAÇÃO**

9. Meio ambiente, Saneamento e Conservação

A cidade do Rio foi palco de dois dos maiores eventos globais sobre sustentabilidade das últimas décadas: a Eco-92 e a Rio+20. Trata-se de uma enorme responsabilidade assumida perante o mundo. O Rio tem a obrigação de ocupar uma posição de vanguarda em termos de inovação e capacidade de planejamento visando a construção de cidades mais sustentáveis. Temos de nos tornar uma capital **referência no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS**, da Organização das Nações Unidas (ONU) e **na construção de cidades resilientes**, liderando esforços em favor da adaptação das cidades brasileiras às **mudanças climáticas**. Mas para isso será preciso uma completa revisão das políticas de planejamento urbano, meio ambiente, saneamento e desenvolvimento da cidade.

Num governo da Coligação Unidos pelo Rio, o Rio caminhará para se tornar uma cidade sustentável, trabalhando decididamente em favor do cumprimento da agenda 2030. Nossos programas e projetos estarão alinhados aos

17 ODS e as 169 metas da agenda da ONU. A cidade passará também a exercer um papel ativo e de liderança na luta em favor da adaptação das cidades às mudanças climáticas e construção de cidades resilientes no Brasil.

Além disso, queremos uma cidade atenta aos **direitos dos animais**, reservando especial atenção aos efeitos nocivos da expansão desordenada da cidade em sua relação com a fauna e a flora. Combater os maus tratos e o abandono nas áreas urbanas é outro compromisso indispensável para uma cidade humana e sustentável.

Outra agenda com a qual assumimos um compromisso inegociável é a da **agroecologia e do estímulo à produção de alimentos saudáveis**, livres de agrotóxicos, o que também serve ao propósito de ampliar a oferta de emprego e renda na cidade, contribuindo para a segurança alimentar dos cidadãos e cidadãs cariocas.

As áreas de urbanização, saneamento, conservação, mobilidade, habitação, infraestrutura e meio ambiente caminharão juntas, apostando num modelo de planejamento e desenvolvimento urbano integrado. Projetos de revitalização de áreas degradadas e melhoria de oferta de serviços públicos em todas as regiões da cidade estarão no centro de nossa estratégia para a construção de uma cidade sustentável. Vamos também aprofundar o diálogo e a cooperação com os demais municípios da região metropolitana do Rio, visando uma atuação coordenada, solidária e integrada para a superação dos desafios comuns a todas as cidades da região. Nossas propostas para a construção de uma cidade global, resiliente e sustentável estarão agrupadas em torno de um dos Projetos Estruturantes, o **Rio Cidade Sustentável**, que também será implementado e monitorado a partir do Novo Escritório de Projetos da Cidade do Rio, coordenado pela própria Prefeita.

Propostas

*As propostas relacionadas abaixo integram o Projeto Estruturante Rio Cidade Sustentável e serão monitoradas pelo Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio.

Mudanças Climáticas e resiliência



- **Comitê Rio Cidade Resiliente:** Fortalecer o Fórum Carioca de Mudanças Climáticas e definir a adaptação às mudanças climáticas como prioridade efetiva e eixo estruturante das ações de governo nas áreas de planejamento urbano, mobilidade, infraestrutura, habitação, educação, desenvolvimento, defesa civil, gestão e inovação etc. criando, junto ao Novo Escritório de Projetos da Cidade do Rio Transversais, o **comitê Rio Cidade Resiliente**, que será responsável pelo planejamento e monitoramento dos programas e projetos transversais de adaptação da cidade do Rio às mudanças climáticas.

Plano de prevenção de desastres e alagamentos na cidade do Rio: Este plano envolverá a melhoria da capacidade de drenagem da cidade com a manutenção adequada das galerias de águas pluviais existentes, aperfeiçoamento da gestão da coleta e destinação de resíduos sólidos, ampliação de áreas verdes e ações de reflorestamento. Em regiões com alto risco de alagamentos, vamos investir em ampliação e/ou implantação de galerias integradas a “piscinões” ou a cinturões antes das saídas das galerias para o mar e em sistemas de microdrenagem que reduzam pontos de bolsões d’água. Além disto, vamos fortalecer e orientar a Defesa Civil para a atuação no planejamento e execução dos programas e projetos transversais de adaptação da cidade do Rio às mudanças climáticas e em campanhas educativas e atividades de conscientização. Nossa estratégia de construção de uma cidade resiliente envolverá, ainda, o aperfeiçoamento dos sistemas de alerta, com o uso de sensores para recolher informações em tempo real e aplicativos para o compartilhamento de informações junto à população. Finalmente, vamos construir protocolos para a atuação em situações de desastres mais consistentes com medidas concretas em relação à redução do trânsito e da circulação de pessoas em momentos de crise.

- Ampliar a colaboração entre órgãos da Prefeitura, Instituições de pesquisa e planejamento da cidade como o IPP, COPPE/UFRJ, UERJ, PUC-Rio etc. visando internalizar o conhecimento acumulado na cidade e direcionar políticas públicas, EM TODAS AS ÁREAS, às necessidades de adaptação às mudanças climáticas. Este esforço deve envolver também a atualização do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, com ampla participação da sociedade civil.

- Definir, a partir de estudos consistentes, com base na experiência de outras cidades do mundo e em parceria com outros níveis de governos, metas claras, transparentes e ousadas para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), com ênfase em projetos de mobilidade sustentável, eficiência energética, estímulo ao uso de energia limpa (solar, maremotriz etc.), reflorestamento, ampliação de áreas verdes e combate ao desmatamento. Posicionar, desta forma, o Rio enquanto cidade referência no Brasil em esforços a favor da redução das emissões de GEE.

Saneamento Básico

- Buscar uma solução junto a CEDAE visando a redução dos recursos químicos no tratamento de água oriunda do Guandu. É fundamental buscarmos a melhoria da qualidade das águas que chegam até a estação. Também atuaremos para revalorizar pequenos reservatórios e outras possibilidades para o atendimento emergencial de escolas, hospitais etc. reduzindo a dependência do Guandu.

- Trabalhar, junto ao governo do estado, por uma gestão compartilhada da CEDAE no que se refere aos assuntos municipais.

- Atualizar o Plano Municipal de Saneamento básico (água e esgoto).

- Melhorar e ampliar a rede de distribuição de água, com reforma de equipamentos de reservação e distribuição da rede de abastecimento, reduzindo perdas e aumentando a regularidade da distribuição.

- Estabelecer metas para o progressivo aumento da rede de coleta de esgoto e das ligações domiciliares à rede de coleta de esgoto pública, priorizando áreas de baixa renda. Também é indispensável a ampliação e aumento das estações de tratamento de esgoto.

- Instituir um plano municipal de combate ao desperdício e à desigualdade no acesso à água que envolva campanhas educativas, fiscalização e ajustes tarifários quando necessário (tarifa social, taxaço do desperdício etc.).

- Elaborar uma política permanente de fiscalização, controle e estímulo ao tratamento primário do esgoto em residências, condomínios etc.

- Desenvolver uma política de saneamento ambiental que articule tratamento de lixo orgânico ao tratamento de esgoto, explorando possibilidades como biodigestores, capazes de gerar energia para as comunidades beneficiadas.



- Plano metropolitano em defesa da Baía de Guanabara: Articular um esforço conjunto dos municípios da região metropolitana às margens da baía de Guanabara visando criar cinturões de proteção aos corpos hídricos, o desenvolvimento de ações de educação ambiental e repressão ao descarte ilegal de resíduos e lixo urbano, além do uso de biotecnologia para o tratamento de águas despejadas em rios e lagos ou diretamente na baía de Guanabara. Estas ações devem integrar um verdadeiro mutirão metropolitano de despoluição da baía de Guanabara.

Resíduos sólidos, destinação do lixo e drenagem

- **Nova COMLURB:** Adotar uma gestão profissional e orientada por resultados, com foco no seu negócio e livre de práticas clientelistas e do aparelhamento político. Trabalhar para que a COMLURB se torne uma empresa com ESG (Environmental Social Governance) reconhecida e se consolide como referência nacional em inovação e transparência.

- Aperfeiçoar a gestão da coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos. Neste sentido, é fundamental valorizar a rede de catadores e de recicladores visando uma ação integrada e o aumento da adesão da população em iniciativas de coleta seletiva. O fomento às indústrias de reciclagem é outro elemento importante no desenvolvimento de uma estratégia eficiente no município.

- Ampliar a frequência de recolhimento de lixo nas favelas e morros da cidade e estimular projetos de destinação consciente e incentivo à reciclagem em locais que enfrentam problemas históricos relacionados à coleta e limpeza urbana.

- Valorizar e oferecer melhores condições de trabalho aos catadores de resíduos sólidos através da oferta de atividades de capacitação, fornecimento de equipamentos, incentivo à associação, remuneração pelo trabalho em períodos especiais como carnaval e réveillon etc.

- Instituir um programa de incentivo e apoio à implantação de indústrias de reciclagem no município, em parceria com as cooperativas de catadores, e em regime de colaboração com a COMLURB.

- Melhorar a drenagem do município visando a diminuição de alagamentos e o lançamento de lixo e esgoto não tratado nos Rios, lagoas e na Baía de Guanabara.

Preservação Ambiental, Arborização e Conservação

- Instituir planos de preservação do sistema lagunar e dos Rios localizados na cidade. Elaborar projetos de uso sustentável das lagoas em atividades turísticas, esportivas e de transporte. A instalação de estações secas na foz de alguns rios bem como a ampliação de infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto no entorno dos rios é fundamental para projetarmos ações de valorização das Bacias Hidrográficas da cidade.



- **Refloresta Rio:** Desenvolver políticas de incentivo ao reparo de danos ambientais e apoio aos mutirões de reflorestamento, em especial, em áreas privadas e nas regiões de maior carência de áreas verdes. A prefeitura deve se empenhar na recuperação, criação e uso coletivo de áreas verdes, em especial, nas regiões da Leopoldina e nos bairros limítrofes da baixada fluminense, com estabelecimento de metas e acompanhamento dos impactos climáticos nos bairros destas regiões.

- Reestruturar a Fundação Parques e Jardins, de modo a estimular a atuação em projetos de arborização, ampliação de áreas verdes e proteção da mata atlântica.

- Integrar as florestas da tijuca e da pedra branca criando a maior área de preservação, dentro do perímetro de uma cidade, do planeta.

- Desenvolver uma grande mobilização e campanha educativa de estímulo à abertura de espaços verdes nos quintais e terrenos privados nas regiões com menor incidência de áreas verdes.

Direitos dos animais

- Instituir o Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais, com participação da cidadania e assegurando debates públicos sobre a agenda dos direitos dos animais na cidade.

- Implantar um programa permanente de castração no município envolvendo campanhas educativas, consultórios volantes, fortalecimento dos centros de esterilização gratuita e cuidado e atenção aos animais de pessoas em situação de rua.

- Proibir métodos cruéis de eutanásia de animais doentes ou sadios recolhidos em vias públicas da cidade.

- Fortalecer e ampliar os serviços disponíveis nas Unidades de Saúde Médica Veterinária do município.

- Estimular a substituição e trabalhar pelo fim do uso de animais em veículos de tração e carga. Oferecer apoio e financiamento para aquisição de veículos motorizados para catadores, recicladores e demais trabalhadores que façam uso deste tipo de veículos.

- Instituir um programa de conscientização, educação e defesa dos direitos dos animais nas escolas da rede municipal.

- Ampliar a fiscalização e criar um aplicativo para denúncia de maus tratos e violação dos direitos dos animais na cidade.

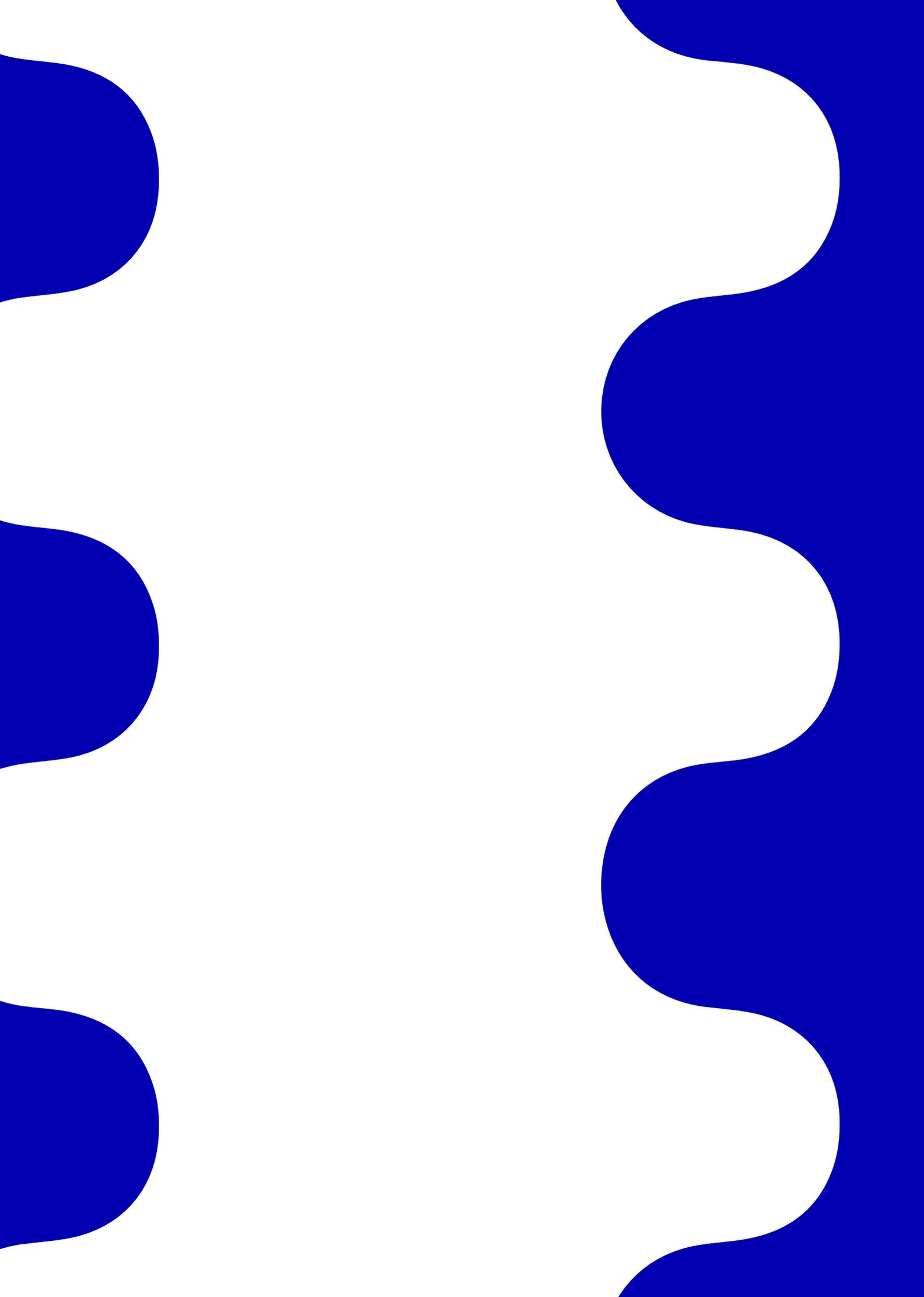
Agroecologia e Segurança Alimentar

- Instituir um Plano Municipal de Agroecologia e Segurança Alimentar que envolva: o incentivo e fomento à prática agroecológica e empreendimentos da agricultura familiar, a aquisição de alimentos orgânicos por órgãos públicos municipais, o incentivo à feiras, mercados e restaurantes populares agroecológicos, o estímulo à criação e ampliação de hortas comunitárias priorizando soluções criativas e originais (verticais ou planas) de ocupação de áreas da cidade, apoio à distribuição de produtos orgânicos e produção rural livre de agrotóxicos, atividades de capacitação e campanhas educacionais em favor de uma alimentação mais saudável.

- **Agroecologia na cidade:** instituir uma política municipal de estímulo à criação de hortas agroecológicas em residências, prédios comerciais e em equipamentos públicos municipais, tais como escolas, bibliotecas etc.

- **Merenda Saudável:** programa de substituição progressiva dos alimentos e produtos oferecidos nas escolas por produtos livres de agrotóxico. Revisão dos cardápios e hábitos alimentares nas escolas referenciada nas melhores práticas internacionais. Estímulo à alimentação saudável na forma de “refeições-aulas”, aumentando a consciência alimentar nas escolas com participação das famílias e de toda a comunidade escolar.

- Revisar o Plano Diretor da Cidade garantindo a inclusão áreas agrícolas e rurais (com eventual isenção de tributos) e criação de um Zoneamento Econômico Ecológico na Zona Oeste (Região das duas Vargens, das três Guaratibas, Campo Grande e bairros da região) voltado à horti-floricultura.



10

INFRAESTRUTURA URBANA E HABITAÇÃO

10. Infraestrutura urbana e Habitação

A grande conclusão a que se pode chegar ao observarmos criticamente as transformações na paisagem urbana da cidade do Rio dos últimos anos é a de que uma **grande janela de oportunidades, aberta pela sequência de grandes eventos entre 2007 e 2016, foi perdida**. Os altos volumes de investimentos e as grandes obras realizadas, embora tenham trazido benefícios pontuais, não foram capazes de nos legar uma cidade mais funcional, equilibrada e justa. A ausência de uma visão sistêmica na formulação e implementação das políticas públicas e a inexistência de uma estratégia de planejamento que priorizasse a obtenção de benefícios regulares e de longo prazo para o cidadão/ã, comprometeram os esforços realizados e fizeram com que a cidade rebaixasse, em muitos aspectos, a qualidade de vida de seus habitantes. Muito foi gasto em equipamentos que rapidamente se tornaram obsoletos ou subutilizados, a situação da mobilidade urbana se agravou e os serviços de transporte público tiveram poucos resultados positivos, apesar dos grandes investimentos. Além disso, as políticas habitacionais desenvolvidas se mostraram caóticas, apostando em um modelo que serviu para agravar boa parte dos principais problemas da cidade.

Um dos maiores empreendimentos realizados neste período de mega eventos, o **Porto Maravilha**, apresenta evidentes falhas em termos de planejamento e sustentabilidade financeira. A engenharia financeira construída em torno do projeto apresentou, desde o início, problemas estruturais que inibiram investimentos e reduziram o potencial econômico de toda região portuária. Além disso, algumas obras viárias prometidas para os Jogos Olímpicos ainda não foram sequer concluídas. O **BRT jamais funcionou como o prometido**. O **VLT esteve perto de paralisar sua operação em 2019**. E tudo isto acompanhado do avanço da especulação imobiliária, que se projetou sobre áreas de preservação ambiental e consolidou empreendimentos imobiliários com precária capacidade de absorção pelos serviços públicos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade do Rio tem sido sistematicamente desconsiderado nos últimos anos pelas opções políticas do governo municipal e acaba de sofrer um duro golpe com a aprovação da chamada “lei dos puxadinhos”, que representa uma gravíssima ameaça ao planejamento urbano da cidade, além de beneficiar diretamente grupos criminosos que atuam no mercado imobiliário paralelo e ilegal. A falta de planejamento, a troca de favores, o clientelismo e a promiscuidade com os interesses do setor imobiliário tem sido a marca da gestão urbana na cidade do Rio de Janeiro, em especial, na última década.

Diante de todo este cenário fica evidente que a realização de eventos de grande porte não foi capaz de assegurar a reestruturação e renovação da cidade prometida pelos governantes do estado e do município. Este resultado tem a ver com a importação mecânica de estratégias da iniciativa privada, que possuem pouca ou nenhuma aderência à dinâmica do setor público. Está relacionado também a uma **visão elitista de cidade**, capaz de realizar, por exemplo, grandes intervenções na região portuária, construir ali

edifícios bilionários, sem se ocupar da melhoria das condições de vida da população residente nas comunidades que compõem aquele território.

E, claro, tudo isto também está intimamente relacionado com a má utilização de recursos públicos e com os **grandes esquemas de corrupção** que assolaram o Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. É lamentável, sob todos os aspectos, o que ocorreu no estado e na cidade do Rio. Vultosos recursos públicos não apenas foram perdidos na vala comum da corrupção de agentes públicos e privados, mas também pela falta de planejamento, seriedade e responsabilidade com a coisa pública. E neste ponto, poderíamos citar o exemplo da **ciclovía Tim Maia**, que custou mais de R\$ 40 milhões aos cofres públicos, resultando em morte e abandono, tendo servido apenas para atender aos interesses daqueles que acreditavam ser os donos da cidade e do estado do Rio. O resultado todos conhecemos e as páginas policiais dos principais jornais cariocas contam esta história bem melhor do que poderíamos fazer aqui.

O Rio de Janeiro recebeu os Jogos Pan-Americanos em 2007 e depois vieram os Jogos Mundiais Militares (2011), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. A preparação da infraestrutura da cidade para a realização destes eventos se tornou um fim em si mesmo, sem que fizesse parte de uma estratégia de planejamento e consolidação de um modelo de cidade equilibrado e sustentável. **E as grandes intervenções feitas na cidade nem de longe serviram para a redução dos déficits de cidadania e de oferta de serviços públicos de qualidade no município.** Não por acaso, já no início de 2017, ano seguinte à realização das olimpíadas, boa parte do que foi construído naquele período imediatamente se tornou um problema a ser administrado pela Prefeitura do Rio. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas, a cidade do Rio encerrou o ano de 2016 com 52 obras suspensas por falta de verbas. E não seria exagerado afirmar que a **deterioração da situação fiscal do município foi o grande legado dos grandes eventos.** E isto se deu em virtude de opções políticas, decisões equivocadas e falta de planejamento.

Um dos desequilíbrios mais dramáticos do Rio de Janeiro, que se viu reforçado pela estratégia equivocada de preparação da cidade para os mega eventos, diz respeito ao mercado imobiliário e de terras urbanas, cujo desenvolvimento recente se deu em prejuízo a planos urbanísticos e habitacionais de médio e longo prazo. Uma política habitacional que priorizou a ocupação de espaços desprovidos de infraestrutura urbana acentuou a má distribuição dos serviços públicos e o que vimos foi um reforço da cisão entre áreas urbanizadas ultra valorizadas e bolsões de carência generalizada de serviços e atenção do Estado. E mais recentemente, assentamentos informais, grilagem e construção ilegal de empreendimentos imobiliários adicionam um ingrediente extremamente explosivo a este cenário. As milícias avançam sobre o território urbano, ocupando o vazio deixado pela ausência de políticas habitacionais consequentes, configurando uma grave ameaça aos direitos básicos da cidadania.

Em suma, a qualidade de vida do carioca se deteriorou por toda a cidade. Apesar das inúmeras obras e dos megaprojetos, não avançamos em termos de oferta de serviços hidrossanitários, saúde, educação ou segurança pública. E mesmo a infraestrutura urbana não conheceu melhora significativa, o que pode ser atestado pelos tempos de deslocamentos insuportáveis que o cidadão/a carioca se viu obrigado a conviver nos últimos anos.

Este duro e entristecedor diagnóstico, no entanto, não pode nos levar à paralisia e ao desânimo. Ele serve tanto para traçarmos um panorama realista sobre a situação atual quanto para evitarmos a repetição dos mesmos erros do passado no futuro. Foram as opções políticas, em especial, dos dois

últimos governantes que nos levaram até aqui. E serão as próximas opções políticas que nos farão construir um futuro diferente.

Queremos um Rio mais equilibrado, com oferta de serviços de qualidade em todas as suas regiões, e mais humano, garantindo a todos e todas o pleno direito à cidade. Intervenções urbanas e política habitacional devem caminhar lado a lado possibilitando a construção de uma cidade mais justa. É preciso regular o uso do espaço urbano em favor do interesse coletivo, integrar as políticas urbana e ambiental, visitar as políticas habitacionais desenvolvidas nos últimos anos, melhorar a oferta de serviços públicos, aumentar a fiscalização e combater o desmatamento e a ocupação irregular da cidade e a devastação ambiental. Além disso, é preciso integrar os diferentes órgãos e políticas públicas, superar a sobreposição de esforços e o desperdício de recursos públicos e valorizar a participação social e comunitária no planejamento da cidade.

A consolidação de uma gestão da cidade **inteligente, colaborativa, transparente e sustentável** é um dos eixos estruturantes de nosso programa para o Rio de Janeiro dos próximos anos. O conceito de cidade inteligente (smart city) será absorvido de modo a incentivar práticas inovadoras, criativas e sustentáveis em todas as ações estratégicas de todos os órgãos envolvidos na gestão, planejamento e desenvolvimento da cidade. E para dar efetividade a este compromisso, vamos adotar **ferramentas transparentes e colaborativas** que proporcionam o acompanhamento de indicadores e resultados. Mecanismos de **controle social** e estímulo à **participação social** farão parte do novo repertório de planejamento e gestão do espaço urbano. Parcerias com instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil possibilitarão o desenvolvimento permanente de análises, metodologias de acompanhamento e consolidação das estratégias públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da cidade.

Precisamos recuperar a confiança dos cariocas no futuro da cidade, melhorando as condições de vida no presente. Morar bem, com segurança, e em bairros que ofereçam infraestrutura e oferta de serviços adequada, deve ser direito de toda nossa gente. Os investimentos em obras públicas e as políticas habitacionais da cidade passarão a ter estes pressupostos como fundamento de cada iniciativa e de cada centavo gasto pelo governo municipal.

Propostas

- Orientar efetivamente as estratégias de planejamento urbano para o cumprimento das metas referentes à adaptação da cidade às mudanças climáticas e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para tanto, as políticas de planejamento passarão a ser coordenadas pelo **Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio**, com a supervisão do **Fórum Carioca de Mudanças Climáticas**.

- Elaborar uma carteira de projetos estruturantes para diferentes regiões da cidade, facilitando futuros processos de análise e aprovação quando novas oportunidades surgirem com o reaquecimento da economia. Instituir um comitê intersetorial visando a facilitação e a agilidade no processo de concessão de licenças.

- Alinhar todas as obras públicas à estratégia de **resiliência** frente às mudanças climáticas e aos princípios de planejamento sustentável e cidade inteligente.

- Elaborar o **Plano Municipal de Paisagem Urbana** que assegure o ordenamento da paisagem urbana (incluindo regras para a publicidade comercial e uso de espaços públicos para promoção de marcas e produtos.), a recuperação de sítios históricos e monumentos, a revitalização de fachadas e a redução dos desequilíbrios entre as diferentes regiões da cidade quanto aos investimentos na paisagem urbana.



- Plano Estratégico e Integrado de Habitação da Cidade do Rio: a revisão das políticas habitacionais da cidade terá como elemento norteador a criação de um plano municipal empenhado em desenvolver um ciclo sustentável de produção habitacional em lugares com boa oferta de transporte e serviços, que vise: a) o reequilíbrio da distribuição da população no território, priorizando projetos habitacionais em áreas com infraestrutura urbana consolidada (com atenção especial à Área de Planejamento 1) b) a qualificação do estoque habitacional disponível, com melhoria de bairros e redução dos assentamentos informais; c) a preparação da cidade para as mudanças climáticas (com prioridade à retirada de pessoas de áreas de risco); d) o desenvolvimento de programas habitacionais populares; e) a recuperação e revitalização de prédios vazios com o intuito de promover projetos habitacionais em áreas centrais e urbanizadas de modo a aproveitar a oferta de serviços públicos além de aumentar o equilíbrio populacional entre as diferentes Áreas de Planejamento da cidade; f) a geração de emprego e renda a partir da abertura de novos negócios na construção civil e, finalmente, a implementação do **Plano de Habitação de Interesse Social (HIS) da região portuária**, que fará parte do **Projeto Estruturante Porto Cidade Criativa**. O adensamento da região portuária com base em novos projetos habitacionais e na revisão da estratégia de revitalização da zona portuária do Rio. A Prefeitura deve utilizar a rede de serviços públicos, transportes e infraestrutura disponível na região para viabilizar um Plano participativo de habitação de interesse social na região.

- Incentivar a atração de investimentos em infraestrutura e mobilidade com base em Operações Urbanas Consorciadas. Estas operações devem estar alinhadas às estratégias de planejamento urbano e priorizar esforços no sentido da construção de cidades resilientes, apoiando a preparação do Rio para as mudanças climáticas.

- Revisar os atuais procedimentos de licenciamento de obras, aumentando a capacidade de fiscalização do município e apoiando-se em análises multidisciplinares. A Prefeitura deve ainda buscar aperfeiçoar, através do diálogo com os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo e Regional de Engenharia e Agronomia (CAU e CREA), os mecanismos de controle e responsabilização de profissionais envolvidos nas obras.

- Reestruturar os órgãos de planejamento urbano ampliando sua capacidade de coordenação e gestão de projetos urbanísticos e habitacionais e, principalmente, vinculando-os a uma estratégia de desenvolvimento sustentável, equilibrada e com foco na redução das desigualdades entre as diferentes regiões da cidade. O fortalecimento do Instituto Pereira Passos, IPP, e a integração entre esta instituição e órgãos como Geo-Rio e Rio-Urbe é outro passo indispensável para o aperfeiçoamento dos projetos urbanísticos desenvolvidos na cidade.



- Investir em **planos de urbanização das favelas cariocas** que envolvam a ampliação da oferta de serviços, a regularização fundiária (obedecendo os critérios de ocupação comprovadamente antiga, mansa e pacífica), desapropriações quando necessário (garantidos os direitos de posse e indenizações) e medidas de contenção à expansão das favelas, em especial, em situações que ofereçam risco à preservação ambiental. A formalização de propriedades ocorrerá sempre após o levantamento do imóvel e será referenciada nas melhores práticas desenvolvidas no país na última década.

- Regulamentar as receitas do Fundo Municipal de Habitação e constituir a **Autoridade Municipal de Habitação**, na forma de Empresa Pública, que coordene os projetos de Habitação de Interesse Social e gerencie um Fundo Imobiliário Social. A Autoridade Municipal de Habitação também passará a gerenciar o patrimônio imobiliário do município constituindo um banco de terras municipal.

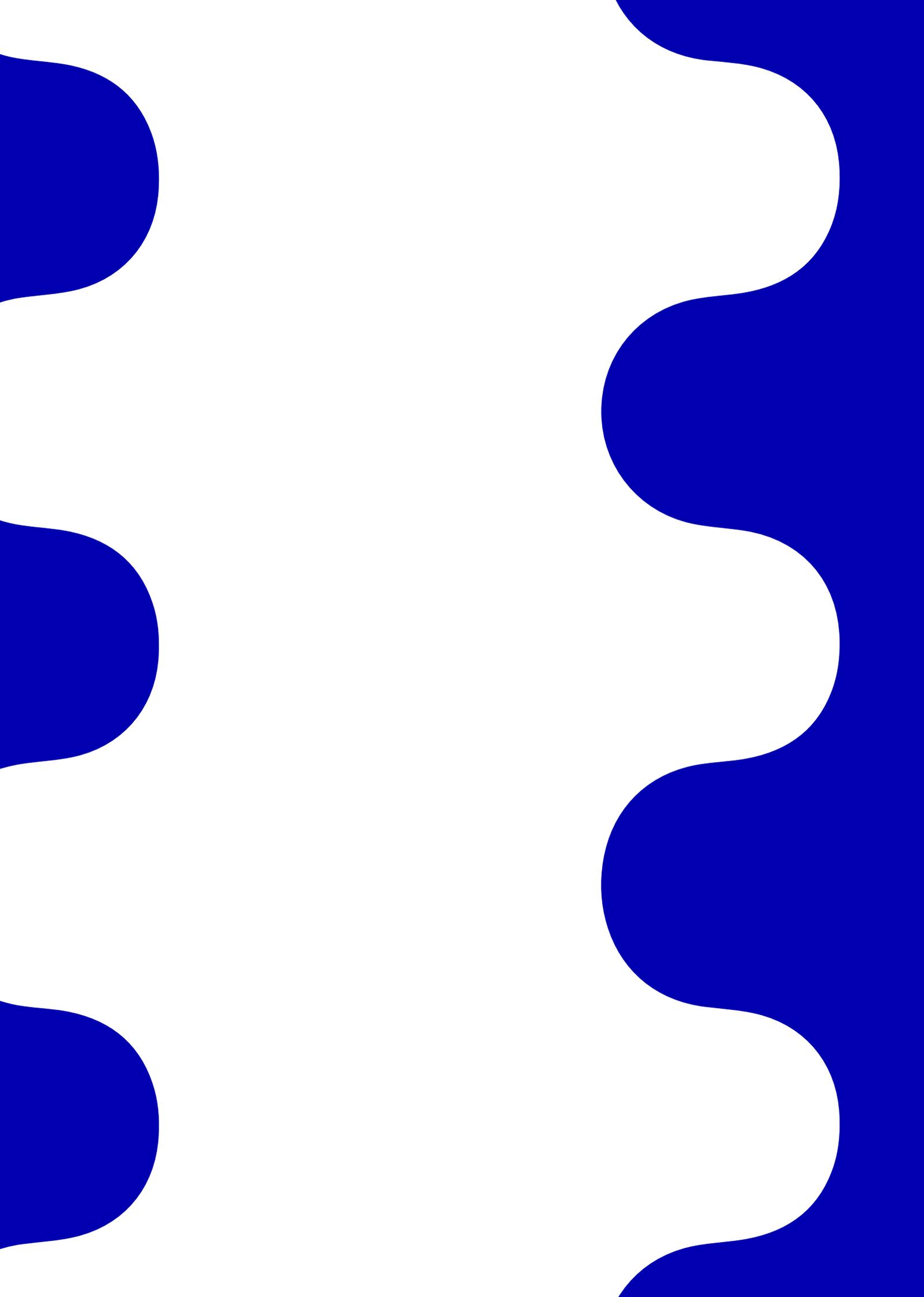
- Reorganizar os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO's) visando sua atuação enquanto ambientes de orientação técnica, fiscalização, planejamento urbano e supervisão de projetos de Habitação de Interesse Social. Os POUSO's devem estabelecer um diálogo permanente com as comunidades, lançando mão de aplicativos e sistemas digitais de fácil acesso e usabilidade.

- Elaborar, em colaboração com a sociedade, um grande mapeamento de moradias em situação precária e/ou de risco visando a adoção de medidas de curto, médio e longo prazo: realocação imediata, melhorias habitacionais e planos de adequação de unidades habitacionais. A realização de mutirões e obras emergenciais nestes casos servirão também como estímulo à retomada do emprego e da renda no pós-pandemia.

- Apoiar e promover, a partir dos meios convenientes, a revitalização e o reaproveitamento dos complexos industriais e produtivos da região da Av. Brasil.



- **BRT-Transbrasil:** como a conclusão da obra (prometida para 2016) ainda é uma incógnita. É preciso saber qual será a situação a ser enfrentada pelo próximo governo. De qualquer forma, a resolução dos transtornos causados pela obra, o que vem impactando na qualidade de vida de milhões de cariocas, deve ser uma das prioridades da futura administração e para isto é preciso consolidar um plano operacional capaz de mitigar o impacto da obra sobre outros modais de transporte e deslocamentos intermunicipais. Após concluir as obras e equacionar os gargalos referentes à ligação do BRT com o centro da cidade, o próximo governo deve integrar a Transbrasil ao novo modelo de governança do SPPO (ver propostas de mobilidade).



11

**PLANEJAMENTO,
GESTÃO DEMOCRÁTICA
E FINANÇAS PÚBLICAS**

11. Planejamento, Gestão Democrática e Finanças Públicas

Todos os processos fundamentais da gestão pública contemporânea vêm sendo influenciados, de forma acelerada, pela emergência da internet e das redes sociais como novas estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil. A democracia e suas instituições enfrentam um processo radical de questionamento, motivado pelas inovações disruptivas da sociedade em rede e pela circulação acelerada da informação. E como governos de todo mundo enfrentam enormes dificuldades no sentido de oferecerem respostas efetivas às crescentes demandas que emergem desta nova sociedade civil, observa-se um aprofundamento da crise da representação política, retirando legitimidade das instituições públicas.

A gestão pública se vê desafiada então a incorporar, ao menos parcialmente, as inúmeras possibilidades abertas pelas tecnologias digitais visando o aumento da transparência e da oferta de informações ao público, a ampliação da colaboração e da participação da sociedade na gestão pública e, finalmente, a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos.

Não é uma tarefa simples, obviamente, mas já há experimentações importantes testadas em governos de diferentes partes do mundo e uma cidade como o Rio de Janeiro deve almejar alcançar uma condição de vanguarda em termos de **governança democrática, transparente e inovadora**, com base no uso intensivo das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

O conceito de Cidades Inteligentes (Smart Cities) ganhou bastante relevância nos últimos anos e está diretamente relacionado ao uso de tecnologia para a construção de cidades mais eficientes, transparentes, democráticas e sustentáveis. Diversas soluções em mobilidade urbana, planejamento, infraestrutura, governança e melhoria de serviços públicos têm sido criadas a partir deste conceito. A construção de cidades inteligentes é uma tendência mundial e desperta um interesse, cada vez maior, de especialistas, gestores, imprensa e da população em geral. As soluções criadas a partir deste conceito podem contribuir para a melhoria das relações entre o poder público municipal e a sociedade, o **aumento da transparência**, a qualificação do **atendimento ao cidadão** e o bem-estar da população das cidades. Projetos de cidades inteligentes apoiam-se em tecnologias da informação e da comunicação e em Big Data (processamento de grandes quantidades de informação) para diminuir o consumo de energia, incentivar a mobilidade ativa e as reduções de CO², melhorar serviços públicos e aumentar a transparência e a participação das pessoas na gestão das cidades

Nossa plataforma visa posicionar o Rio de Janeiro enquanto uma das administrações municipais **mais transparentes, democráticas e eficientes do país**. Para alcançar este objetivo, apostaremos em um novo modelo de governança, referenciado nas melhores práticas de e-government, smart cities, open data etc desenvolvidas no mundo. Queremos transformar a Prefeitura do Rio num laboratório de inovação em governança democrática, colocando no centro de

nossa estratégia a colaboração da sociedade.

Outro objetivo estratégico de nosso modelo de gestão será transformar a Prefeitura do Rio de Janeiro em uma **referência nacional em termos de prevenção à corrupção, através da promoção da transparência, ética e integridade e de combate à corrupção na administração pública**. Para tanto, além das medidas apresentadas neste documento, fortaleceremos a atuação da Controladoria Geral do Município, enquanto Agência Anticorrupção Municipal e ampliaremos a colaboração entre a Prefeitura e órgãos de controle e fiscalização como o Tribunal de Contas do Município, o Ministério Público, a Defensoria Pública, Polícia Civil etc. **Não temos, por óbvio, a pretensão ingênua de acabar com a corrupção num passe de mágica, mas queremos promover a mudança na cultura ética do serviço público municipal e das empresas que contratam com a prefeitura, de forma a tornar extremamente difícil a prática de corrupção na cidade do Rio**. E queremos, acima de tudo, ampliar a colaboração e a participação da sociedade civil no controle e fiscalização dos serviços públicos, das obras, programas e projetos da administração municipal. Vamos instituir um Gabinete Digital que coordenará as iniciativas de governo aberto, dados abertos, transparência pública e colaboração na cidade do Rio.

Um governo colaborativo, transparente, mais responsivo e democrático será uma das marcas da futura administração pedetista no Rio de Janeiro. Vamos mobilizar toda a inteligência instalada na cidade – universidades, centros de pesquisa, institutos públicos e privados, organizações da sociedade civil etc. – com o objetivo de desenvolver estratégias, metodologias e plataformas inovadoras. O Instituto Pereira Passos (IPP) e a Empresa Municipal de Informática (IPLANRIO) serão duas peças-chave na construção de um modelo de gestão e planejamento contemporâneo, que possa se tornar uma referência para o país.

A cidade do Rio de Janeiro contará com **um governo municipal absolutamente comprometido com a ética pública, com a participação democrática dos cidadãos e com a transparência na gestão**. Nosso modelo de governança democrática, participativa e transparente estará estruturado em três eixos:

1. O reordenamento administrativo.
2. A implementação de um ciclo de gestão de integridade que contemple participação e da transparência.
3. O estímulo à inovação e qualificação dos serviços públicos municipais.

Propostas

- Reordenamento administrativo:

A reestruturação administrativa será o ponto de partida para o novo modelo de governança. As atuais secretarias serão reorganizadas e reestruturadas de modo a otimizar recursos e reforçar o caráter transversal das políticas públicas e a colaboração entre os diferentes órgãos. A Secretaria de Planejamento e Gestão Democrática (SEPLAG) passará a coordenar e monitorar o **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro** e os Escritórios de Planejamento e de Gerenciamento de Projetos e Metas, que serão reestruturados e unificados, trabalhando em regime de colaboração com o IPP e a IPLANRIO (também integrados à SEPLAG) visando desenvolver plataformas,

aplicativos e metodologias de transparência e colaboração da sociedade no planejamento, análise e monitoramento das políticas públicas municipais. Este novo Escritório de Projetos será responsável pela implementação dos **Projetos Estruturantes** do novo governo. Pretende-se ainda organizar, no primeiro trimestre de governo, um **mutirão de reordenamento administrativo**, que terá por objetivo:

- a) Promover uma estratégia permanente de valorização dos servidores, abrindo a possibilidade de eventuais deslocamentos e revisão de atribuições, de acordo com os interesses do servidor e as necessidades da administração. Pretende-se ainda organizar um plano de qualificação dos servidores com ênfase em novas metodologias gestão e transparência, além de assegurar uma política de combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e de promoção da igualdade de gênero e racial na administração municipal;
- b) a eliminação do desperdício de recursos públicos em atividades meio sem justificativa plausível e em terceirizações cujas atividades possam ser absorvidas pela administração municipal;
- c) A otimização de órgãos e estruturas da administração municipal, combatendo a sobreposição de esforços e o sombreamento de atividades;
- d) O aumento da colaboração entre os órgãos e a integração entre as políticas públicas visando maior efetividade e eficácia, além da racionalização de gastos públicos;
- e) A revisão de Decretos Municipais que incidam negativamente sobre a gestão transparente e eficiente de políticas públicas;
- f) A reorganização dos fluxos internos e procedimentos administrativos, visando conferir maior celeridade e capacidade de resposta por parte dos órgãos do poder público municipal;
- g) A criação de um Grupo Especial de análise de contratos, visando a racionalização do gasto público e o aumento do controle social;
- h) Revisar e atualizar os critérios, procedimentos e diretrizes de gestão patrimonial da administração municipal;
- i) Elaborar, atualizar ou revisar planos e programas municipais setoriais (tais como o Plano Municipal de Transporte Urbano, de Igualdade Racial, de Igualdade de Gênero, Políticas LGBT, Juventude etc.);
- j) O fortalecimento e modernização da Controladoria Geral do Município;
- k) A adoção de uma estratégia de prevenção à corrupção, que contemple ações de promoção e fortalecimento da transparência pública, da ética e da integridade nos âmbitos público e privado.
- l) Desenvolver e fortalecer os mecanismos de combate à corrupção, em alinhamento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU número 16.5 (Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas)
- m) Territorialização das políticas e da gestão orçamentaria da cidade

Participação, colaboração e transparência

Queremos um governo mais transparente e profundamente democrático, que tenha como referência as melhores experiências de participação desenvolvidas em cidades do Brasil e do mundo. Plataformas, aplicativos e metodologias inovadoras buscarão fortalecer os laços entre o governo municipal e a sociedade tanto na formulação quanto na execução das políticas. Para tanto, propõe-se:



- Instituir um **sistema de participação social**, que integre diferentes canais de diálogo, escuta e participação da cidadania na gestão pública por meios digitais e presenciais. O sistema será composto por um conjunto de metodologias e canais de participação, começando pelo debate democrático sobre o PPA, passando pela implementação de um **Orçamento Participativo e Colaborativo** e incorporando fortemente a participação online.



- Criar o **Gabinete Digital** da Cidade do Rio, um ambiente de inovação e experimentação democrática que funcionará como um canal de diálogo direto entre a Prefeitura e a população carioca. Consultas públicas online, rodadas de diálogo e debates sobre temas da cidade serão realizados em ambiente digital possibilitando a participação ampliada da cidadania nas discussões públicas. Também será criado um aplicativo de monitoramento participativo de obras e serviços, com base em tecnologias livres e colaboração em rede. O Gabinete Digital proporcionará ainda um canal de discussão pública sobre o orçamento da cidade, além de garantir a participação da sociedade na revisão e monitoramento do **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro**.

- Posicionar o Rio enquanto **Cidade Referência na aplicação da Lei de Acesso à Informação**. Ainda no âmbito do Gabinete Digital, vamos criar canais inovadores de controle e transparência dos gastos públicos, sempre utilizando formatos abertos e possibilitando o acesso facilitado e simplificado a todas as informações públicas. Um painel inteligível e interativo expondo todos os detalhes do orçamento público será desenvolvido e contará com um aplicativo específico. Contratos, compras e processos licitatórios, em geral, serão expostos em linguagem acessível e submetidos ao controle social em tempo real. Também serão disponibilizadas informações sobre gastos com diárias, passagens, material de consumo, serviços etc. de forma a ampliar a cultura da transparência na gestão municipal.

- Instituir, junto às 17 Superintendências Regionais, os **conselhos regionais de gestão democrática**, que serão ambientes locais de discussão e gestão compartilhada das políticas públicas, integrados ao Gabinete Digital. Estes conselhos devem coordenar a ação da Prefeitura no território, com base no diálogo social e na participação e também deverão fazer uso intensivo de mecanismos digitais de participação social. Através destes conselhos, serão realizadas, anualmente, consultas online sobre as prioridades da Prefeitura nas 5 Áreas de Planejamento da cidade.

- Fomentar a disponibilização de dados e informações em formatos abertos em toda a administração municipal e definir diretrizes para a gestão e armazenamento de dados públicos na administração municipal

Estímulo à inovação e qualificação dos serviços públicos

O planejamento de uma cidade inteligente deve considerar a realização de ações sustentáveis, o mapeamento e a otimização de processos já existentes, o levantamento das necessidades dos habitantes das cidades e a construção de soluções adequadas à realidade local. Deve, sobretudo, ampliar os canais para a escuta da sociedade, visando desenvolver soluções que estejam ancoradas nas necessidades reais da cidadania. Este deve ser um esforço de todo o governo e não deve estar restrita a uma ou outra área da administração. É preciso transformar todas as unidades de governo em verdadeiros hubs de inovação. Para tanto, serão adotadas as seguintes medidas:

- Constituir, no âmbito das secretarias finalísticas, **canais de interação e diálogo**, integrados ao Gabinete Digital, que sirvam ao propósito de recolher permanentemente sugestões para a melhoria dos serviços municipais. No mesmo sentido, devemos instituir maratonas de desenvolvimento e colaboração semestrais, reunindo diversas áreas de governo em esforços concentrados de desenvolvimento de tecnologias de governança inteligente.

- Aperfeiçoar, atualizar e integrar as experiências do CARIOCA DIGITAL e do 1746, de forma a caminhar em direção ao modelo de Governo Único desenvolvido por países que estão na vanguarda em termos de governança digital como a Estônia. O objetivo será o de facilitar, agilizar e melhorar a **prestação de serviços** ao cidadão carioca.

- Firmar parcerias com o setor privado visando a adoção de tecnologias compartilhadas e inteligentes de gestão da cidade a partir dos bairros.

- Fortalecer a Empresa Municipal de Informática (IPLANRIO) de modo a garantir o suporte técnico e o desenvolvimento permanente de soluções próprias para gestão da cidade.

- Integrar e racionalizar a **gestão de Tecnologias da Informação e da Comunicação** compreendendo esta ação enquanto um passo imprescindível no sentido da promoção da eficiência e racionalização dos gastos na administração municipal.

- Melhorar a infraestrutura de banda larga e sistemas de rede sem fio nos equipamentos públicos municipais e possibilitar o acesso livre à população, em especial, nas regiões mais pobres da cidade. Escolas, postos de saúde, lonas culturais etc devem ter prioridade na contratação de serviços e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada visando assegurar acesso de qualidade à internet.

- Fortalecer o IPP e valorizar os instrumentos tradicionais e institucionalizados de planejamento



Prefeitura nos Bairros: projeto de diálogo social, participação e aproximação do poder público local das comunidades e bairros da cidade. O projeto visa promover o deslocamento periódico de todo o governo para bairros que compoem as Áreas de Planejamento da Cidade garantindo atendimento, tomada de decisões in loco, diálogo social ampliado e resolução de questões locais.

Finanças Públicas

A cidade do Rio de Janeiro enfrenta um cenário de enorme fragilidade fiscal, que tende a se agravar em virtude dos efeitos da pandemia do Coronavírus. A situação fiscal herdada pelo atual governo já era extremamente delicada e a gestão desastrosa das finanças públicas desenvolvida nos últimos 3 anos e meio corroeu ainda mais as contas do município. Já em 2017 a Prefeitura havia iniciado o ano com um saldo negativo de R\$ 320 milhões, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O déficit era formado por um volume elevadíssimo de restos a pagar e de cancelamentos de empenhos em escala inédita, o que afetou diretamente diversas áreas de governo. Antes de 2016, a última vez que a Prefeitura do Rio havia fechado com saldo negativo (disponibilidade de caixa bruta inferior às suas obrigações financeiras) havia sido em 2010. Ou seja, ao contrário do que busca vender insistentemente, a administração Eduardo Paes não encerrou com as contas em dia e o que se viu, na verdade, foi uma gestão completamente irresponsável, deixando para seu sucessor um enorme descompasso entre o orçamento previsto e o que havia, de fato, disponível para o primeiro ano da administração seguinte. Importante ressaltar neste ponto que a falta de planejamento, a irresponsabilidade fiscal e a corrupção foram decisivas para que a janela de oportunidades aberta pela sequência de megaeventos fosse desperdiçada, comprometendo ainda mais as contas municipais. Os casos da Transbrasil, obra até hoje não concluída, e da ciclovia Tim Maia, que custou mais de R\$ 40 milhões e a vida de dois cidadãos cariocas, são os casos mais evidentes, mas não únicos, do mau uso dos recursos públicos e da incompetência em termos de gestão financeira e planejamento observada durante a preparação da cidade para os grandes eventos e continuada durante o atual governo. E como não foram tomadas medidas efetivas para se precaver diante da realidade pós-Olimpíadas, a cidade do Rio enfrentou uma forte redução das Receitas de Capital já em 2017, cenário que se agrava a partir de 2018. Sem poder mais contar com os grandes investimentos realizados até 2016, o financiamento da cidade baseado no endividamento público desaparece.

Segundo o último Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2020, produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Rio de Janeiro aparece em segundo lugar no ranking de capitais mais endividadas do país. A relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida chega a 67,5%. Já em relação ao comprometimento de sua Receita Corrente Líquida com Despesa Bruta de Pessoal, o Rio encontra-se na pior posição entre as capitais brasileiras (79%). A cidade apresenta também o maior percentual de despesa rígida chegando a 66,3% de comprometimento de suas despesas. Além disso, a cidade apresenta a maior relação entre Restos a Pagar e Despesa Liquidada entre as capitais (9,2%), e está na última posição no ranking que mede a disponibilidade de caixa do município para fazer frente à despesa liquidada de um mês. Ou seja, a cidade não tem como arcar com suas despesas caso não

obtenha novas receitas a cada mês. Finalmente, coroando a situação dramática das finanças municipais, a análise da capacidade de pagamento (CAPAG) classifica o Rio com a nota C, inviabilizando a busca por novos empréstimos com o aval da União.

A recuperação econômica do país no pós-pandemia determinará, em grande medida, as condições em que se dará a luta pela retomada da sustentabilidade fiscal da cidade. É praticamente impossível antecipar com exatidão, neste momento, qual será o ambiente econômico do país nos próximos anos. Mas é certo que a Prefeitura do Rio estará convocada a dar sua cota de contribuição nos esforços em favor da retomada econômica do país. O crescimento econômico é o caminho mais seguro para o incremento da arrecadação e para o saneamento das contas públicas. Neste sentido, é fundamental que a cidade do Rio tenha um governo comprometido com a construção de um PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, nos termos do programa proposto por Ciro Gomes nas últimas eleições, e busque assumir uma posição de vanguarda na defesa dos interesses nacionais e de uma política econômica que atenda aos interesses da maioria do povo brasileiro.

Em relação às suas responsabilidades imediatas, a Prefeitura do Rio deverá atuar decididamente no sentido de promover um ajuste estrutural das finanças municipais, mas sem penalizar, no entanto, a base dos servidores municipais ou comprometer a execução dos serviços e políticas públicas. Será preciso realizar um ajuste nas despesas, otimizando recursos, reduzindo gastos desnecessários e buscando soluções inovadoras para o financiamento dos projetos da Prefeitura. A redução do número de cargos em comissão, ainda que não venha a resolver a grave situação das finanças municipais, será um exemplo a ser dado pela nova administração no sentido da busca pelo equilíbrio das contas públicas. Uma reforma no Regime de Previdência dos Servidores Públicos foi anunciada pela atual administração. Defenderemos que qualquer reforma busque a preservação de direitos e a garantia de sua sustentabilidade da previdência no médio e longo prazo.

A viabilização do nosso programa dependerá diretamente dos esforços no sentido da redução de despesas não-prioritárias e do aumento da arrecadação. Assim, todas as possibilidades para expansão da base de arrecadação devem ser avaliadas. A revisão das atuais políticas de isenção de tributos, a recuperação da dívida ativa e o investimento em soluções de TIC visando o incremento da arrecadação são também medidas fundamentais neste cenário de retomada.

Finalmente, o que propomos é uma completa reorganização das finanças do município visando o atendimento das demandas da população. As medidas de equilíbrio fiscal não são um fim em si mesmo. Elas são o caminho para assegurar o cumprimento do nosso programa e a retomada das funções públicas da Prefeitura do Rio.

Propostas

- **Plano Emergencial de Recuperação das Finanças Municipais:** o plano envolverá uma série de medidas emergenciais, com efeitos já no primeiro mês da nova administração. As principais medidas serão: a) revisão geral da política de incentivos e isenções fiscais; b) Priorização da cobrança de grandes devedores e instituições bancárias; c) Negociação com credores a partir da análise de Restos a Pagar Liquidados, oferecendo agilidade no pagamento em troca de eventuais abatimentos, em um esforço articulado com o Tribunal de Contas do Município; d) redução de 20% das despesas de custeio em todos os órgãos da administração municipal, priorizando a redução de gastos com

telefonia, transporte, material de consumo e serviços de terceiros; e) Redução dos cargos em comissão e reorganização administrativa visando otimizar recursos e aumentar a eficiência do gasto público; f) Revisão dos critérios de cessão de servidores a outros níveis de governo e do número de cargos em comissão. g) Renegociação com o BNDES e a Caixa Econômica Federal para buscar um alongamento da dívida mobiliária do Município; h) revisão dos contratos de prestação de serviço, limitando ao máximo a realização de aditivos contratuais e estabelecendo critérios rigorosos de eficiência e economicidade para a assinatura de novos contratos; i) recadastramento funcional, identificando falhas e corrigindo distorções da folha; j) Instituir junto ao Novo Escritório de Projetos da Prefeitura do Rio uma sistemática de programação e execução orçamentária que estabeleça um acompanhamento diário do desempenho das secretarias, priorize os projetos estratégicos e evite o acúmulo de Restos a Pagar. l) desenvolver ações de melhoria da capacidade de pagamento do município do Rio (CAPAG) como forma de retomar a possibilidade de realização de operações de crédito. O foco inicial deve ser no indicador de liquidez, com a redução de Restos a Pagar, e no Indicador de Poupança Corrente.

Obs: Imediatamente após as eleições, a Prefeitura do Rio estará empenhada na reestruturação da dívida com a União, buscando o reescalonamento e a obtenção de taxas de juros menores, em conformidade com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional.

Além do Plano Emergencial, serão adotadas as seguintes medidas:

- Instituir o **Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal da Cidade do Rio de Janeiro**, que zelarà pela boa gestão fiscal e pela consolidação de um modelo de administração orientado por resultados. Diretamente vinculado ao Gabinete da Prefeita e ao Novo Escritório de Projetos, este comitê trabalhará para assegurar o equilíbrio financeiro sustentável das finanças municipais, o cumprimento de metas fiscais, o aumento da eficácia e da efetividade das políticas públicas municipais, a definição e acompanhamento de limites financeiros, a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso e a realização de ajustes nos planos operativos dos órgãos da administração direta e indireta que não estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas pelo plano de governo.

- Investir fortemente no desenvolvimento de soluções com base em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) visando ao aperfeiçoamento dos sistemas de cobrança, fiscalização, organização e processamento de dados. Sistemas digitais devem proporcionar o controle semanal da inadimplência e contribuir com o trabalho de cobrança e incentivo a auto regularização do contribuinte. Além disto, a exemplo de outras experiências internacionais, a Prefeitura do Rio deve buscar alcançar uma posição de vanguarda na oferta de serviços digitais, criando condições para que este se torne um ativo do governo municipal nos próximos anos. O foco deve ser a redução da burocracia e a simplificação dos serviços oferecidos ao cidadão e ao empreendedor. Estes esforços devem resultar, ainda, na ampliação da capacidade de processamento e fiscalização da emissão de notas fiscais eletrônicas, considerando os instrumentos criados pela Lei Complementar 157/2016, como forma de aumentar a arrecadação de ISS no município.

- Criar um Escritório de Cooperação Internacional, Captação e Parcerias diretamente ligado ao Novo Escritório de Projetos da Cidade do Rio. Um dos focos será o aumento de captação por transferência voluntária, via convênios, o que torna essencial manter o município sem pendências no CAUC.

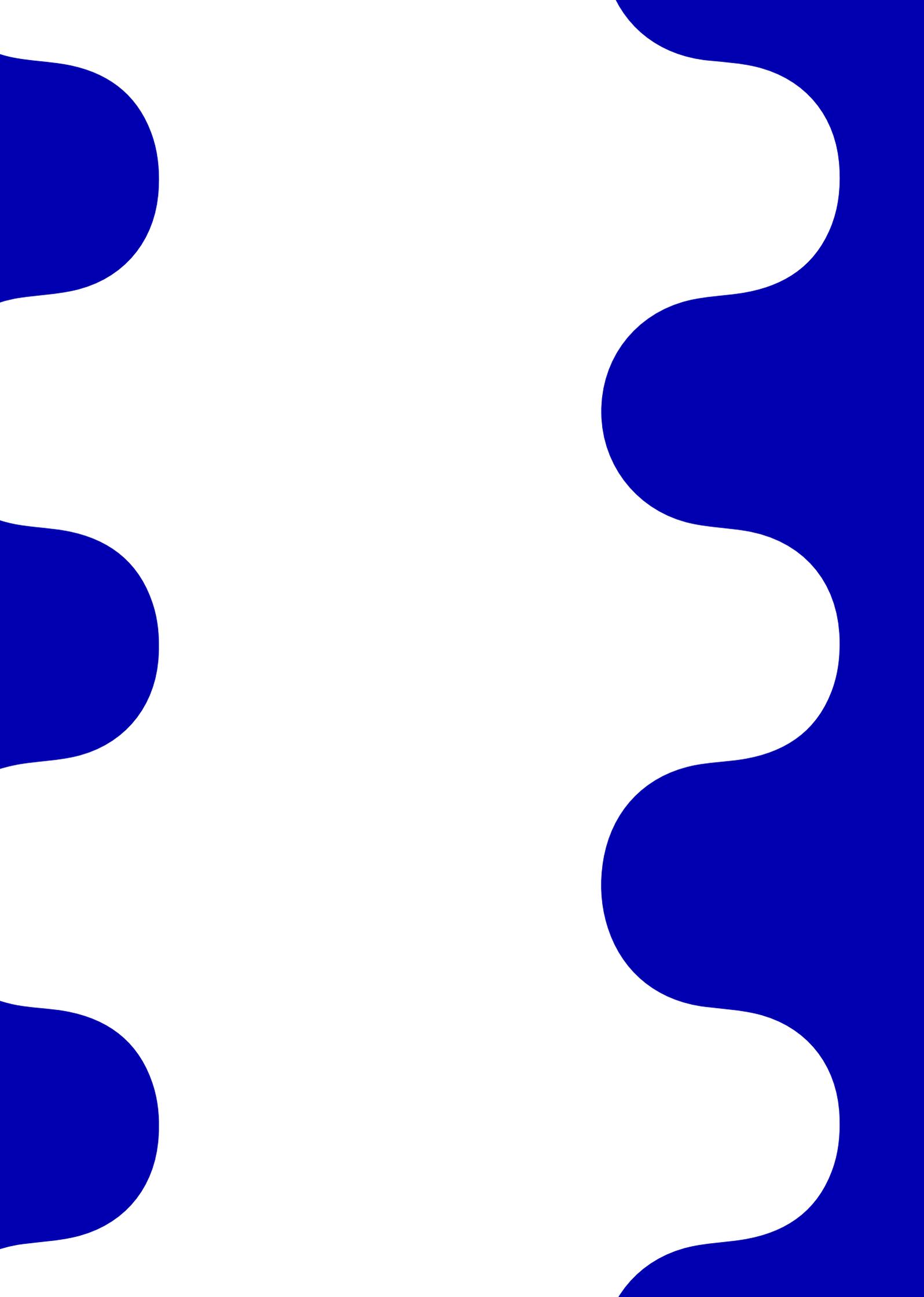
- Instituir programa de recuperação da dívida ativa municipal, priorizando a quitação de débitos do contribuinte. A concessão de descontos de multas e juros de mora para pagamento imediato, a oferta de formas de parcelamento de débitos e a cobrança através de protesto em cartório devem integrar este programa, que deve contar com metas claras e avaliação permanente de resultados.

- Realizar parcerias com o setor privado visando a adoção de sistemas inteligentes de iluminação e abastecimento de água nos prédios e equipamentos públicos municipais. Revisão do atual modelo de gestão de veículos e serviços de transporte da Prefeitura, buscando a adoção de modelos mais econômicos e eficientes.

- Instituir um programa abrangente de Parcerias Público-Privadas com foco nas áreas de infraestrutura, saneamento, cultura, conservação, meio ambiente e incentivo ao turismo.

- Retomar a capacidade de planejamento e gestão orçamentária do município, alinhando os objetivos expressos no PPA, LDO e LOA e desenvolvendo instrumentos de gestão e monitoramento da eficiência e eficácia das políticas públicas a partir do Novo Escritório de Gestão de Projetos da Cidade do Rio.

- Instituir a Nova Central de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro, unidade centralizada responsável pelas licitações de compras, bens e serviços da administração municipal. O objetivo será o aperfeiçoamento dos critérios técnicos e a permanente inovação tecnológica em processos de compras governamentais, com foco na economia de gastos públicos, ampliação da transparência, desburocratização e otimização de tempo, recursos e equipes mobilizadas pela Prefeitura.



12

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

12. Assistência Social e Pessoa com Deficiência

O orçamento da Assistência Social na cidade do Rio sofreu uma redução significativa a partir de 2015. Em 2019, o total liquidado ficou em R\$ 683.945.933,00, resultado acima do ano anterior, mas bem abaixo dos mais de R\$ 824 milhões liquidados em 2015. Naquele ano, a fatia da assistência social no orçamento geral do município era equivalente a 3,08% do total. As subáreas mais atingidas pela redução do orçamento da pasta foram assistência ao idoso, com queda de 70,3% e da assistência a crianças e adolescentes, onde a redução foi de 80,4%. Segundo uma pesquisa recente do Datafolha, para 58% dos moradores das capitais brasileiras o número de moradores de rua cresceu no último período. Uma sensação facilmente comprovada pelas ruas das principais cidades brasileiras. No Rio de Janeiro não há um levantamento atualizado e confiável. O atual governo municipal divulgou um número em 2018 considerado irrealista pela maior parte dos especialistas e instituições que atuam na área da Assistência Social. Eram menos de 5.000 moradores de Rua naquele ano, segundo a Prefeitura. No entanto, um estudo feito pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro estimou em 15.000 o número de moradores de rua na cidade. Um censo da população de rua, por sinal, deve estar entre as prioridades da nova

administração municipal. É preciso compreender melhor quais as características e as demandas reais deste contingente populacional. O aumento das pessoas em situação de rua e o agravamento da crise econômica e social provocado pela pandemia da Covid-19 tornam urgentes as políticas de atenção e acolhimento a esta parcela da população.

A cidade do Rio conta com 47 CRAS e 14 CREAS. Especialistas acreditam que o ideal, para atender à demanda da população carioca, seriam 87 CRAS e 32 CREAS. Os Centros Especializados para atendimento à população em situação de rua também são insuficientes e deve ser um dos motivos para a atual administração ter se empenhado em “reduzir” os números relativos a esta população.

Além de uma cobertura insuficiente, a ação descoordenada e fragmentada, que sobrepõe projetos e iniciativas, fragiliza as políticas de assistência social no município. As intervenções esporádicas e concentradas em momentos emergenciais e de crise compromete a realização de estratégias mais robustas e que levem em conta o protagonismo do sujeito das políticas públicas de assistência social. O clientelismo e o aparelhamento político dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas também marcam a atual administração. Outro ponto importante diz respeito à escassez de profissionais e a terceirização sem critérios das ações do município. E, finalmente, a ausência de uma política de monitoramento e análise das políticas públicas com base em dados confiáveis e transparentes. A SMASDH opera em voo cego em relação à maioria de suas políticas.

É preciso romper com o clientelismo, o assistencialismo e a fragmentação das políticas de assistência social no município intensificadas no atual governo e para isto é preciso desenvolver uma nova estratégia baseada nas seguintes diretrizes:

- **Territorialidade:** o trabalho coordenado, com foco nos territórios, e amparado por dados e indicadores confiáveis é um aspecto central em uma nova estratégia municipal de assistência social. A abordagem territorial permite maior capacidade de resposta, planejamento e reconhecimento das realidades locais bem como dos sujeitos sociais envolvidos no desenvolvimento das políticas públicas.

- **Intersetorialidade:** é preciso assegurar a transversalidade e a intersectorialidade das políticas de Assistência Social no município, com foco no resgate da cidadania através da integração entre as diferentes políticas sociais e a mobilização de diversos órgãos municipais. A SMASDH deve atuar de maneira coordenada com as áreas de saúde, educação, segurança, trabalho, cultura etc. de modo a conferir maior efetividade a suas estratégias e garantir a integração da Rede de Proteção Social Básica à Rede de Proteção Social Especial.

- **Cidadania Plena:** é indispensável que as estratégias de assistência social não tenham o atendimento emergencial e circunstancial como um fim em si mesmo. É preciso criar uma rede de proteção social que garanta cidadania plena aos sujeitos das políticas públicas no município. Daí o caráter estruturante da perspectiva intersectorial exposta anteriormente.

- **Protagonismo:** a garantia da cidadania plena só é possível num ambiente no qual o protagonismo do usuário do sistema de assistência social seja respeitado e valorizado. Assim, o cidadão atendido pelas políticas da SMASDH deve se ver como um sujeito do processo de resgate de sua cidadania.

- **Transparência, eficiência e combate à corrupção:** conferir maior transparência, controle social e eficiência é um passo fundamental. Equipamentos públicos, benefícios e informações sobre as políticas devem ser abertos, acessíveis e facilitar o controle do Estado pela sociedade.

Em conformidade com estas diretrizes, será preciso recompor o orçamento das políticas de assistência ao mesmo tempo em que se estabeleça a proteção social aos segmentos mais vulneráveis da sociedade enquanto alicerce fundamental de uma cidade mais humana e equilibrada. E um governo pedetista deve enfrentar, já nos primeiros dias após a posse, a questão do aumento da população em situação de rua verificado nos últimos anos. Em um cenário de pós-pandemia, é urgente que o governo do município se volte ao atendimento das demandas da população mais vulnerável, desenvolvendo um plano coordenado que ofereça acolhimento, atenção especializada e cidadania plena a **pessoas em situação de rua**. Esta será a **prioridade absoluta** do primeiro ano governo na área da assistência social.

Propostas



- **Plano de atendimento a pessoas em situação de rua no pós-pandemia** (referenciado na Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua): a) Reordenamento dos **serviços de abordagem e acolhimento**, bem como a revisão conceitual dos equipamentos públicos de acolhimento e abrigo; b) Revisão substancial do processo de **abordagem nas ruas** com foco no sujeito e não na categoria (estereótipo). A abordagem deve ser feita de forma permanente e não eventual, de modo que seja percebida pelo sujeito como uma ação de apoio, solidariedade, encontro e respeito, estabelecendo relações de confiança e rejeitando o viés persecutório, excludente, que tem como objetivo a expulsão, a apropriação de pertences etc. c) Desmobilização progressiva dos **grandes abrigos**, dando espaço a espaços menores e descentralizados, com boa organização espacial, higiene e alimentação dignas, onde se recepcione pessoas, seus pertences e tudo o que lhes diz respeito e onde seja observada rigorosamente a questão da territorialidade. d) Criação de **novos Centros-Pop** com a progressiva absorção das funções desempenhadas pelas centrais de recepção. e) Criação de **albergues noturnos** nos locais de maior frequência de trabalhadores de rua. f) Inclusão do segmento Idoso no **programa Família Acolhedora**. g) Repúblicas para atendimento a **idosos** independentes e com autonomia, se possível mantendo a proximidade de onde eles se encontravam. h) Repúblicas para **jovens de 18 a 21** anos que são desligados dos programas (Família Acolhedora–Abrigamento de adolescentes). i) oferta, em parceria com as Secretarias de Educação, Trabalho, desenvolvimento econômico e solidário, de um programa específico de **alfabetização para jovens e adultos**, além de cursos profissionalizantes (estimulando o retorno ao mundo do trabalho) e programas de microcrédito produtivo no âmbito deste plano. j) Monitorar o cumprimento da legislação que determina a **reserva de 5% das vagas em contratos de trabalhos** dos órgãos da prefeitura para a população em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua. l) Articular, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o aumento do número de **Consultórios na Rua**. m) Subsidiar a locomoção dos trabalhadores de rua, casa/trabalho - trabalho/casa (Vale transporte) nos casos de pessoas em situação de rua por esta motivação. n) Criação de uma reserva nos **programas de Habitação popular** para a nossa clientela com reativação do POUSO, onde funcionários de prefeitura treinavam os moradores para desenvolver o espírito condominial. o) construção de uma estratégia de comunicação voltada à inserção e reconhecimento desta população pelo conjunto da cidade, vencendo preconceitos e estigmatizações. p) realização de um **censo da população em situação de rua** no primeiro ano de governo.

- **Criar um comitê executivo das políticas de Assistência Social:** vinculado ao Gabinete da Prefeita, com participação das secretarias de assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho, habitação, ordem pública, planejamento e urbanismo visando coordenar a ação intersetorial na área da assistência social. Este Comitê será responsável por conduzir o diálogo social e estimular a participação cidadã nas estratégias de assistência social através de consultas públicas, audiências e dos Conselhos setoriais. Também deverá fortalecer as estratégias de governança e transparência, visando o envolvimento de ong's, segmentos empresariais, lideranças comunitárias nas políticas municipais.

- **Formação e capacitação:** desenvolver uma estratégia de formação para todos os agentes públicos envolvidos em ações e políticas relacionadas à assistência social no Município. Retomada

do SIMAS como espaço privilegiado de condução de todo o processo de planejamento, capacitação, treinamento e supervisão de equipes terceirizadas.

- **Firmar parcerias com instituições de pesquisa e mobilizar o Instituto Pereira Passos** visando o fortalecimento da capacidade de planejamento, análise e monitoramento da SMASDH e o aperfeiçoamento das políticas municipais.

- Articular, junto aos municípios da Região Metropolitana, a formação de um **Consórcio Intermunicipal em Assistência Social** com o objetivo de desenvolver estratégias compartilhadas e pleitear suporte e apoio financeiro juntos aos governos estadual e federal.

- **Ampliação dos serviços:** estabelecer, de forma planejada e de forma sustentável, um cronograma de ampliação dos CREAS e de Programas como o Família Acolhedora. A inclusão de atendimento psicológico e acompanhamento especializado nos CRAS e CREAS é outro importante vetor de ampliação dos serviços.



- **Família Carioca:** Reforço e melhoria da capacidade de planejamento e execução do programa. É preciso acabar de vez com os atrasos no pagamento do benefício. Além disso, é preciso avançar até a consolidação do Família Carioca enquanto um programa municipal de Renda Básica da Cidadania referenciado na proposta aprovada na Câmara Municipal para o período da pandemia do coronavírus.

- **Conselhos Tutelares:** Oferecer melhores condições para o desempenho de suas funções e promover ações de capacitação e aperfeiçoamento técnico de conselheiros e conselheiras.



- Instituir, em parceria com a área de segurança, um **programa municipal de acesso à justiça**, apoio jurídico e de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo. O programa deve incluir também ações de apoio e amparo à família de apenados e egressos do sistema prisional.

Pessoa com Deficiência

De acordo com o último censo do IBGE, 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Se considerarmos apenas os que possuem grande ou total dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, além dos que declaram ter deficiência mental ou intelectual, então podemos dizer que 6,7% da população brasileira é formada por pessoas com deficiência. São mais de 12,5 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros. Apesar disso, segundo o próprio IBGE, somente 4,7% das calçadas do país são acessíveis para as pessoas com deficiência e apenas 11,7% dos municípios possuem frota totalmente adaptada para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, comprometendo seriamente o direito à cidade da pessoa com deficiência. Na cidade do Rio, apenas 8,9% dos domicílios contam com ruas próximas adequadas para cadeirantes. A construção de uma cidade mais humana é indissociável da afirmação de uma cidade mais inclusiva e comprometida com a afirmação dos direitos da pessoa com deficiência. Num governo da Coligação Unidos pelo Rio, as políticas de inclusão e acessibilidade integrarão todas as principais estratégias públicas e serão monitoradas e avaliadas com base em sólidos indicadores e processos de avaliação com participação da sociedade.

Propostas

(*Várias propostas para afirmação dos direitos da pessoa com deficiência já foram apresentadas nas demais seções, de acordo com cada tema, não sendo necessário reproduzi-las aqui.)

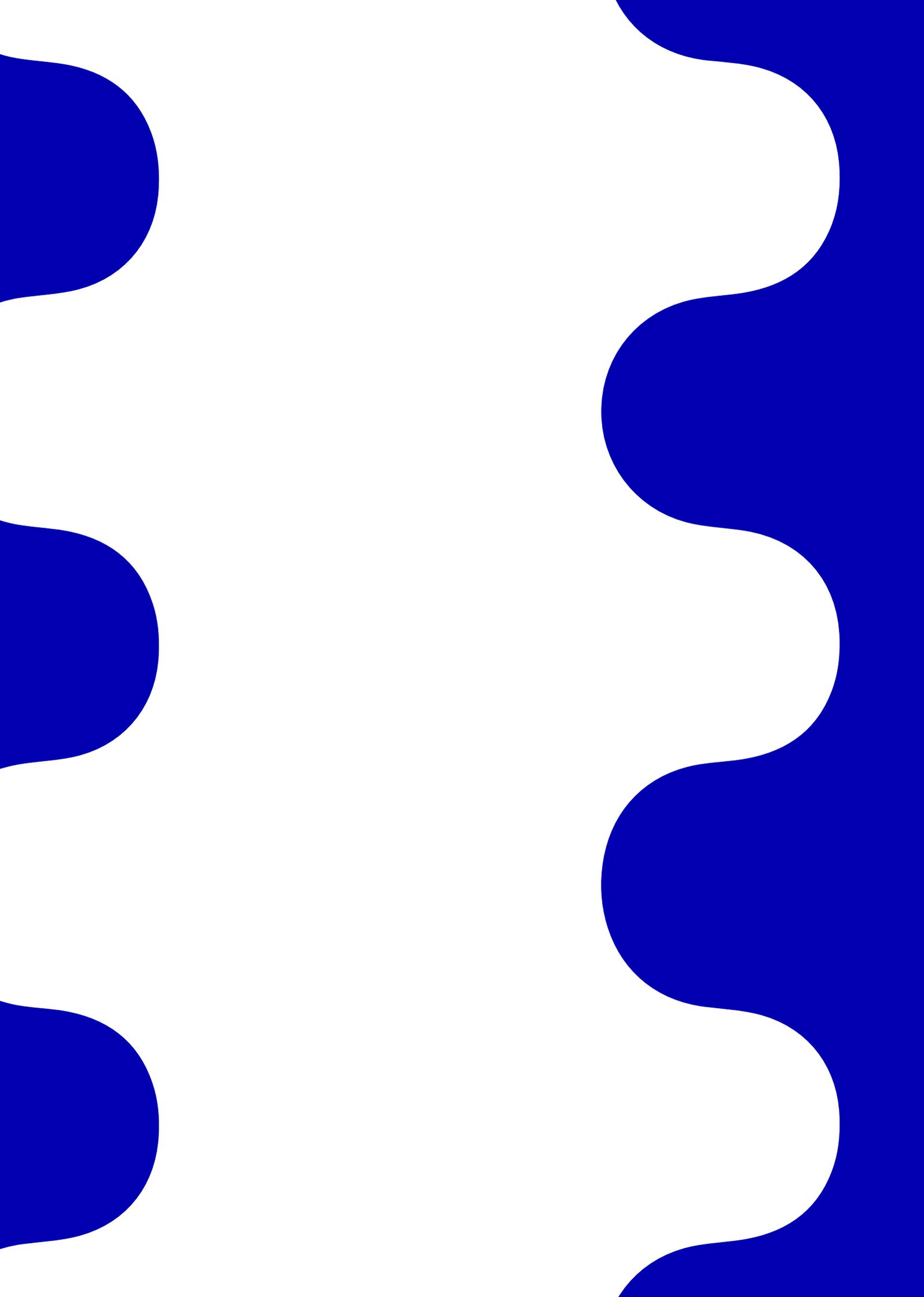
- Articular um plano de ações integradas, de caráter transversal, e induzir a internalização, junto aos diferentes órgãos da administração municipal, de ações e iniciativas de afirmação dos direitos da pessoa com deficiência.

- Fortalecer o processo de participação social e transparência nas políticas públicas para pessoas com deficiência e convocar uma Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- Construir, em todas as áreas de governo, indicadores capazes de monitorar e avaliar a qualidade dos serviços e a capacidade de atenção à pessoa com deficiência por parte dos serviços públicos municipais.

- Promover a disponibilização, o conhecimento e o pleno uso de dispositivos e tecnologias assistivas, projetadas para pessoas com deficiência, nos diferentes órgãos municipais e equipamentos públicos de saúde, educação, cultura etc.

- Assegurar a presença de profissionais de apoio especializados como intérprete de libras, guia-intérprete etc. nos serviços, eventos e atividades públicas desenvolvidas pela Prefeitura do Rio.



13

**JUVENTUDE,
DIVERSIDADE E
IGUALDADE DE
GÊNERO E RACIAL**

13. Juventude, Diversidade e Igualdade de Gênero e Racial

Juventude

O estado do Rio de Janeiro vem apresentando uma das maiores taxas de desemprego entre os jovens de todo o país, situando-se acima da média nacional. Em 2019, o IBGE situava o estado na terceira colocação entre os piores resultados, ficando atrás apenas do Amapá e do Acre. Na Cidade do Rio de Janeiro, a taxa de desocupação entre os jovens entre 18 e 24 anos chega a 30,3%, bem acima da média nacional. Os dados se referem ao período anterior à pandemia e há bons motivos para acreditarmos que esta taxa tende a aumentar em virtude do impacto econômico da pandemia, afinal, alguns dos setores mais afetados da economia são justamente aqueles que costumam ser a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho – como comércio, bares, restaurantes etc. – a tendência é que o quadro se agrave profundamente nos próximos meses.

De acordo com o IBGE, antes mesmo da pandemia, 11,8% dos jovens brasileiros entre 15 e

17 anos (na faixa etária do ensino médio) estavam fora da escola. E entre os 18 e 24 anos, chega a 32,7% o percentual dos que não frequentavam uma instituição de ensino. São números que devem aumentar se considerarmos os efeitos da pandemia sobre o sistema educacional.

A proporção dos jovens que não estudam e nem trabalham (os chamados “nem, nem”) subiu de **21,34% em 2012 para 24,53% em 2019**. Trata-se de um dos piores índices entre os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A média entre os países da OCDE é de 16,3%. A situação dos que não estudam e nem trabalham é particularmente **mais grave entre as mulheres**, responsabilizadas por trabalhos domésticos e cuidado com crianças. Entre as mulheres são 38,59% de jovens mulheres que não estudam e nem trabalham enquanto entre os homens, o percentual é de 18,56%.

Estes dados revelam a urgência de políticas públicas, em todos os níveis de governo, que contribuam para a redução dos impactos da pandemia entre os jovens. Os governos locais devem assumir um papel decisivo neste contexto.

Diversidade

A população LGBTQIA+ no Brasil enfrenta diariamente o preconceito e a exclusão no acesso aos serviços públicos e direitos sociais, além de vivenciarem a dramática situação de violência que coloca o país no topo do ranking mundial de violência homofóbica e transfóbica. O Brasil contabiliza sozinho 40% das mortes de travestis e transexuais registradas no mundo. A violação de direitos básicos ocorre de forma sistemática, contando com a conivência e, em muitos casos, até mesmo com o incentivo de agentes públicos.

A violência e a exclusão começam em casa e se desdobram nos espaços públicos. A população de travestis e transexuais são especialmente atingidas pelo preconceito.

Segundo dados de uma pesquisa da ANTRA/AfroReggae, 59% das pessoas travestis e transexuais não possui o ensino fundamental, 68% não possui o ensino médio e apenas 0,02% chegam ao ensino superior. A reprodução do preconceito nas escolas é um fator determinante para o abandono dos estudos pela população LGBTQIA+. Ainda há forte resistência, por exemplo, à efetivação da Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação que prevê o uso do nome social e uso de banheiros conforme o gênero nas escolas. Além disso, a reprodução de pré-conceitos culturais e morais, que deveriam ser objeto de atenção por parte do poder público, reforça o quadro de exclusão e afastamento do ambiente escolar. Segundo a UNESCO, 25% dos estudantes brasileiros afirmam não gostar de ter um colega de classe LGBTQIA+, o que contribui para tornar a escola um ambiente extremamente hostil. As consequências sociais desta exclusão são gravíssimas. Enquanto a expectativa de vida dos brasileiros/as, em geral, chega a 74,9 anos, de acordo com o IBGE, entre a população de travestis e transexuais, este indicador cai para inacreditáveis 35 anos. Além disto, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, ANTRA, 90% da população de travestis e transexuais encontra na prostituição o seu único meio de subsistência, resultado direto da exclusão familiar, social e escolar. E dos 10% restantes, apenas 4% encontram-se no mercado de trabalho com vínculo formal e possibilidade de progressão na carreira.

A Prefeitura do Rio deve assumir verdadeiramente a agenda da promoção da igualdade LGBTQIA+, alinhada às diretrizes de organismos internacionais como a ONU, promovendo políticas públicas intersetoriais e ações coordenadas de combate à LGBTQIA+fobia na cidade, que devem contar com rubrica orçamentária própria, não se limitando a ações pontuais e isoladas.

Igualdade de Gênero

Assim como ocorre no plano nacional, as mulheres formam a maioria dos 6.747.815 habitantes da cidade do Rio de Janeiro estimados pelo IBGE em 2020. No último censo (2010) elas já representavam 53,17% da população do município. A desigualdade de gênero na cidade acompanha a situação mais geral do país. Apesar de contar com amparo legal, a equiparação salarial ainda é uma realidade distante no Brasil. Na média, as mulheres brasileiras recebem 22% menos do que os homens, segundo o DIEESE. Esta discrepância aumenta entre a população que possui ensino superior, chegando a 38%. De acordo com dados do Caged, entre as dez carreiras que mais geram vagas no país, mulheres recebem salários menores em nada menos do que sete delas. E apesar das disparidades, mais de 11,6 milhões de mulheres encaram sozinhas a maternidade no país.

A violência sexista é outro aspecto a expor a situação dramática a que estão submetidas as mulheres. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2018 foram registrados 180 estupros por dia no país. E o mais estupefante: a cada quatro horas, uma menina com menos de 13 anos é estuprada no país, sendo a maior parte delas meninas negras (50,9%). Ainda de acordo com o Fórum, em 2019, o país registrou 1.314 feminicídios, uma morte a cada 7 horas. A pandemia do Coronavírus agravou ainda mais o quadro levando a um aumento de 22,2% no número de feminicídios entre março e abril.

A cidade do Rio de Janeiro precisa urgentemente orientar suas políticas, em todas as áreas de atuação do Poder Público, visando atender ao disposto no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 5 da ONU que estabelece como meta "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres

e meninas”. É preciso que a Prefeitura do Rio estabeleça, em todas as áreas, projetos e metas objetivas visando a redução das disparidades econômicas entre homens e mulheres no município. É preciso ainda somar esforços junto às políticas civil e militar no enfrentamento à violência sexista. Para tanto, será preciso instituir um órgão coordenador das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no Rio. Ações transversais demandam coordenação e comando centralizado, tendo a própria Prefeita como principal incentivadora das políticas para as mulheres na cidade.

Igualdade Racial

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o Rio de Janeiro é a segunda cidade com maior quantidade de pessoas que se declaram negras e pardas no país (3 milhões), ficando atrás apenas da cidade de São Paulo (4,2 milhões). Ao mesmo tempo, na região metropolitana do Rio (RMRJ), a diferença entre a expectativa de vida de negros e brancos pode chegar a inacreditáveis 22 anos (na capital a diferença chega a 10 anos), de acordo com o Mapa da Desigualdade elaborado pela Casa Fluminense. O estudo posiciona a RMRJ entre as 10 metrópoles mais desiguais do planeta.

As profundas desigualdades entre brancos e negros, claro, se refletem na renda: na capital fluminense a diferença entre a remuneração salarial média de brancos e negros chega a 41,9%. Mas são os dados sobre violência que trazem os números mais estarrecedores sobre o imenso abismo racial acumulado pela cidade. Os negros representam 81% das vítimas de homicídio por intervenção policial na cidade do Rio. As desigualdades entre brancos e negros se refletem em praticamente todos os indicadores e as mulheres negras, em especial, são penalizadas pelo racismo estrutural. Entre as mulheres brancas da cidade do Rio, 29,5% possui mais de 12 anos de estudo. Já entre as mulheres negras este percentual cai para 13,5%. E se 15% das mulheres brancas tem até 4 anos de estudos, entre as mulheres negras o percentual chega a 22%. E o analfabetismo entre as mulheres negras é o dobro do observado entre as mulheres brancas. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. E as mulheres negras também são as maiores vítimas da violência. Segundo o Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), no estado do Rio de Janeiro, as mulheres negras representam 63,7% das vítimas de violência seguida de morte e mais da metade do total de mulheres que são agredidas fisicamente é negra: 54,5%.

Este cenário demanda ações emergenciais, políticas públicas transversais e uma ação decidida por parte da Prefeitura no sentido de enfrentar o racismo estrutural, que penaliza as populações afrodescendentes perpetuando a desigualdade e a exclusão. Políticas educacionais, de saúde, segurança etc. devem contar com recortes raciais e de gênero, possibilitando um maior equilíbrio da destinação dos recursos públicos e a mudança na cultura das instituições historicamente inclinadas à reprodução do racismo. Um governo da Coligação Unidos Pelo Rio na cidade do Rio colocará a afirmação da igualdade racial no centro de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

Propostas

(*Várias propostas para afirmação da diversidade, dos direitos da juventude e da igualdade de gênero e racial já foram apresentadas nas demais seções, de acordo com cada tema, não sendo necessário reproduzi-las aqui.)

- Instituir a Secretaria da Promoção da Igualdade de Gênero e Racial, da Diversidade e da Juventude.
- Implementar ações e projetos voltados à emancipação, qualificação profissional, aumento de escolaridade e regularização profissional de trabalhadoras domésticas.
- Ampliar a Casa Mulher Carioca instituindo, pelo menos, uma unidade em cada uma das Áreas de Planejamento até 2025.
- Apoiar o trabalho de trabalhadoras cooperadas no setor de coleta e seleção de materiais recicláveis, oferecendo suporte para triagem, armazenamento, comercialização e transporte, garantindo condições dignas de trabalho.
- Dar efetividade à Lei 1876/92 de regulamentação do trabalho ambulante, observando-se critérios de idade e situação socioeconômica.
- Fortalecer redes e coletivos de produção organizados por trabalhadoras empreendedoras individuais. O artesanato, as pequenas confecções e o comércio da agricultura familiar são setores econômicos extremamente feminilizados e cujo padrão tende à informalidade. Visando melhorar as condições de trabalho destas mulheres devemos constituir pontos fixos de vendas, que sirva como entreposto e área de convivência e de formação. Além disto, é preciso apoiar a entrada destas trabalhadoras no ambiente de vendas online, fortalecendo estratégias e soluções de e-commerce que favoreçam a diversificação de negócios.
- Qualificar e ampliar o atendimento em creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI's) de modo a contemplar necessidades das mães trabalhadoras e apoiar o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes. Para tanto, é preciso investir na formação de profissionais que atuam na área, desenvolver projetos de mediação de conflitos, fortalecer equipes multidisciplinares etc.
- Criar programas de incentivo para mulheres e meninas nas ciências exatas e nas artes através do aumento da oferta de aulas de robótica e programação nas escolas; participação de mulheres das ciências na vida escolar; ampliação do material e equipamento adequados para laboratórios de química, física, computação e robótica às escolas; incentivo para as alunas participarem em Olimpíadas de conhecimentos, hackatons, e outras premiações promoção do ensino de história da arte e de desenvolvimento de técnicas como pintura, desenho, grafite, atuação, escrita, dança, canto, interpretação de partituras, design, roteiro e direção, participação de mulheres de diferentes movimentos artísticos na vida escolar.
- Somar esforços junto aos demais níveis de governo visando o combate ao tráfico de mulheres e o turismo sexual, investindo fortemente em ações de prevenção, fiscalização e conscientização, em especial durante os períodos de festividades como o carnaval e o réveillon.
- Instituir junto à Guarda Municipal programa específico de treinamento visando ampliar as ações de combate ao assédio em transportes públicos e no período de carnaval.
- Instituir junto à estrutura de Assistência Social do município um programa de reabilitação de homens condenados por violência intrafamiliar como forma de combater a reincidência e a adesão a

outras modalidades de crimes.

- Instituir um programa permanente de prevenção à gravidez precoce, mobilizando escolas, unidades de saúde, CRAS e CREAS, em especial, entre adolescentes entre 10 e 14 anos.

- Combater a violência obstétrica por meio do fortalecimento de programas que incentivem o parto natural e a humanização do SUS. (De acordo com a Organização Mundial de Saúde, uma a cada quatro mulheres sofre violência física ou psicológica durante o parto. Desde xingamentos a manobras dolorosas e desnecessárias, passando por cesarianas contra indicadas, os resultados são mulheres traumatizadas e altos índices de mortalidade materna, especialmente entre mulheres negras. A conscientização e fiscalização dos profissionais de saúde, além da adoção de programas voltados ao estímulo de práticas humanizadas durante o parto são grande parte da solução deste problema.)

- Incentivar a instalação de brinquedos inclusivos nas praças e equipamentos públicos municipais. Assim como na educação é necessário promover a inclusão de crianças com deficiência nos momentos de lazer, para isso é preciso que os brinquedos de praças e parques sejam também adaptados às diversas peculiaridades e desafios dessas pessoas para que possam se divertir de forma segura.

- Criar Centros de Referência no atendimento a pessoas travestis e transexuais e definição de protocolos de atendimento específico para a comunidade LGBTQIA+ nas unidades de saúde do município.

- Criar um selo de reconhecimento para empresas que se destaquem na inclusão da população LGBTQIA+

- Promover nos órgãos da Prefeitura ações permanentes de capacitação e treinamento de servidores para o atendimento a população LGBTQIA+

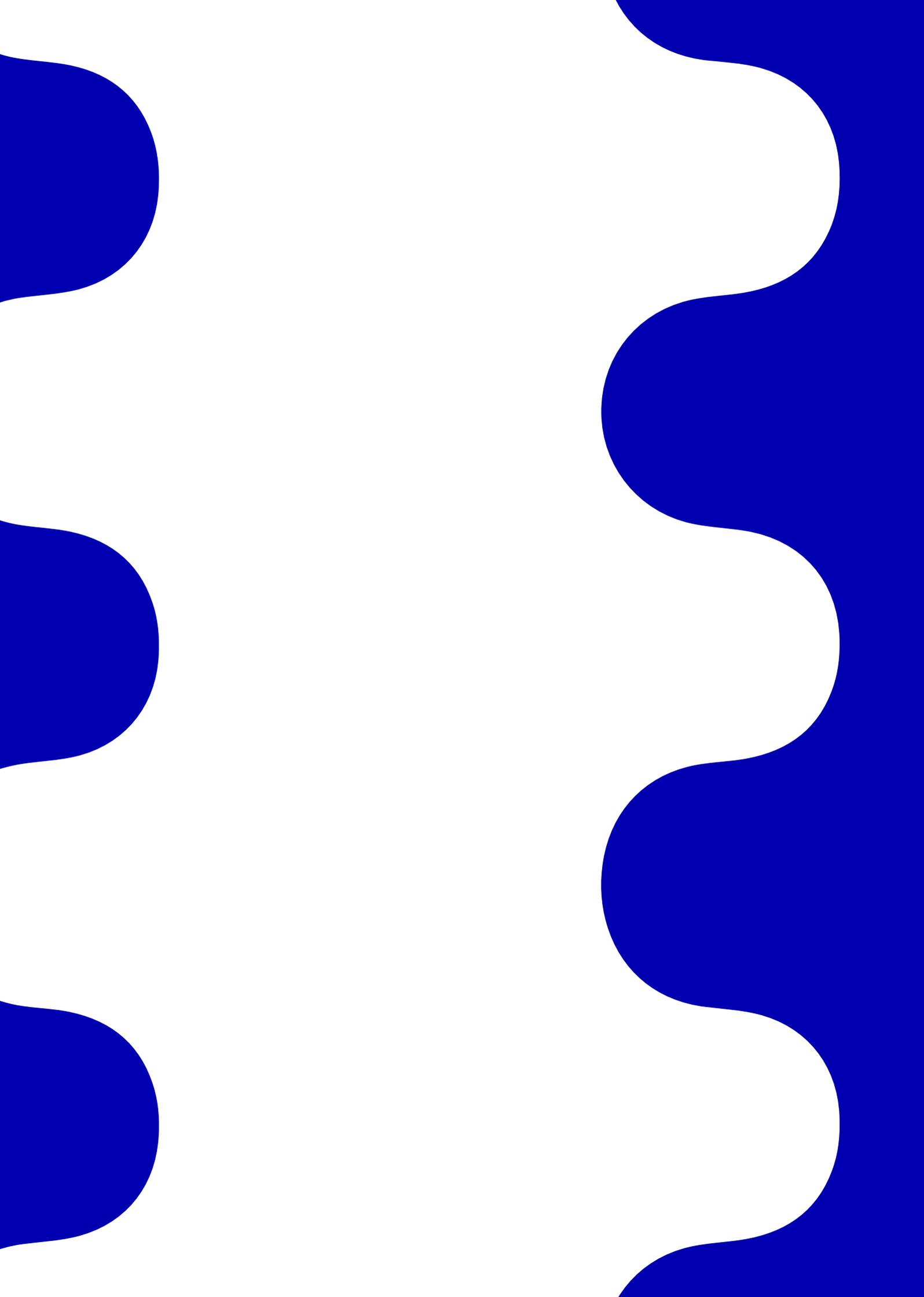
- Posicionar o Rio enquanto um dos melhores destinos "Gay Friendly" do mundo na próxima década valorizando o caráter acolhedor, hospitaleiro e a tradição de respeito à diversidade da cidade do Rio.

- Orientar órgãos municipais a garantirem o pleno acesso da população LGBTQIA+ aos serviços públicos, em especial, na área de saúde e prevenção à violência.

- Elaborar e implementar planos municipais de juventude, de promoção da igualdade racial e de gênero e de políticas LGBTQIA+.

- Fortalecer iniciativas de combate ao racismo no local de trabalho e incentivar a qualificação e a progressão profissional de servidores públicos municipais negros.

- Realizar parcerias com a o Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Rio para a realização de ações que visem combater o racismo em instituições e órgãos públicos municipais. Ampliar a capacidade de identificação de práticas recorrentes em espaços de atendimento, eventos, equipamentos culturais e demais ambientes sob responsabilidade do governo municipal.



14

ESPORTE

14. Esporte

e Paralímpicos, houve uma redução de 93% do orçamento da pasta, fazendo com que em 2019 a cidade retrocedesse a patamares de investimentos registrados no ano de 2011. A atual administração também reduziu em mais de 60% o custeio de atividades esportivas e recreativas voltadas à prevenção de vulnerabilidades sociais. Outros programas foram drasticamente reduzidos ou praticamente paralisados, consolidando uma verdadeira estratégia de esvaziamento das políticas de Esporte na cidade.

A despeito dos vultosos investimentos realizados, a sequência de eventos não se traduziu em um aumento da qualidade de vida dos cariocas e sequer consolidou a cidade enquanto referência para a realização novos eventos de menor porte. O Parque Olímpico é a maior prova da falta de planejamento e visão estratégica dos últimos gestores municipais. Todas as instalações do Parque foram entregues em 2016, antes da realização das Olimpíadas, assegurando a realização e operacionalização do Jogos. Entretanto, não foi traçado um plano de assimilação dos equipamentos pela cidade e o que devia ser parte do “legado olímpico” acabou se transformando num problema para o governo municipal.

Num governo da Coligação Unidos Pelo Rio, o esporte passará a ser percebido enquanto elemento estratégico na construção de uma cidade mais humana e de uma vida mais saudável, satisfatória e equilibrada. O esporte também deve ser valorizado em sua dimensão pedagógica, sendo um importante aliado na construção de uma educação inclusiva e de qualidade. As políticas de esporte devem contribuir também para a afirmação do direito à cidade e a promoção de uma cultura de paz. Projetos sociais e de inclusão social através do esporte desenvolvidos por instituições da sociedade civil devem ser estimulados e integrados ao nosso projeto de desenvolvimento social e econômico da cidade do Rio de Janeiro.

O ciclo de grandes eventos que se desenvolveu entre 2007 (Jogos Pan-americanos) e 2016 (Jogos Olímpicos e Paralímpicos) não foi capaz de posicionar o esporte no centro de uma estratégia de desenvolvimento social e humano sustentável na cidade do Rio. A evolução do orçamento da área reflete bem a visão do atual governo em relação ao esporte na cidade. Após os grandes investimentos realizados na preparação da cidade para os Jogos Olímpicos

Propostas



- **Ocupa Rio (projeto transversal envolvendo as áreas de segurança, urbanismo, esporte, meio ambiente e educação):** Plano de revitalização e ocupação de espaços públicos como praças, parques, quadras esportivas etc. associado ao Projeto Estruturante Territórios Seguros. Esta deverá ser uma ação transversal, envolvendo diversas unidades de governo, garantindo iluminação adequada, retirada de grades, adaptação, acessibilidade, fomento à atividades culturais e esportivas em todo o território da cidade, através de editais específicos voltados à ocupação de espaços e equipamentos públicos.



- **Rio Vida Saudável:** programa integrado e transversal envolvendo a ampliação das Academias da Saúde (com foco em territórios vulneráveis e em parceria com o setor privado e apoio da Lei de Incentivo ao Esporte do Estado do RJ), a criação de um calendário municipal de práticas esportivas e hábitos saudáveis, campanhas educativas (relacionadas ao estímulo da prática de atividades físicas, redução do consumo de sal, açúcar etc. realização de check-ups periódicos etc.), incentivo a projetos de saúde ocupacional etc.

*A ser desenvolvido em parceria com as secretarias de saúde e educação.



- Criar, em parceria com a iniciativa privada, o **Bolsa Atleta Rio**, destinada a estimular a profissionalização de atletas que tenham se destacado no âmbito dos objetivos da Política Municipal de Esportes. Os atletas bolsistas terão que desenvolver, em paralelo aos treinamentos, atividades educativas na rede municipal de ensino e participar de eventos esportivos promovidos pela prefeitura.

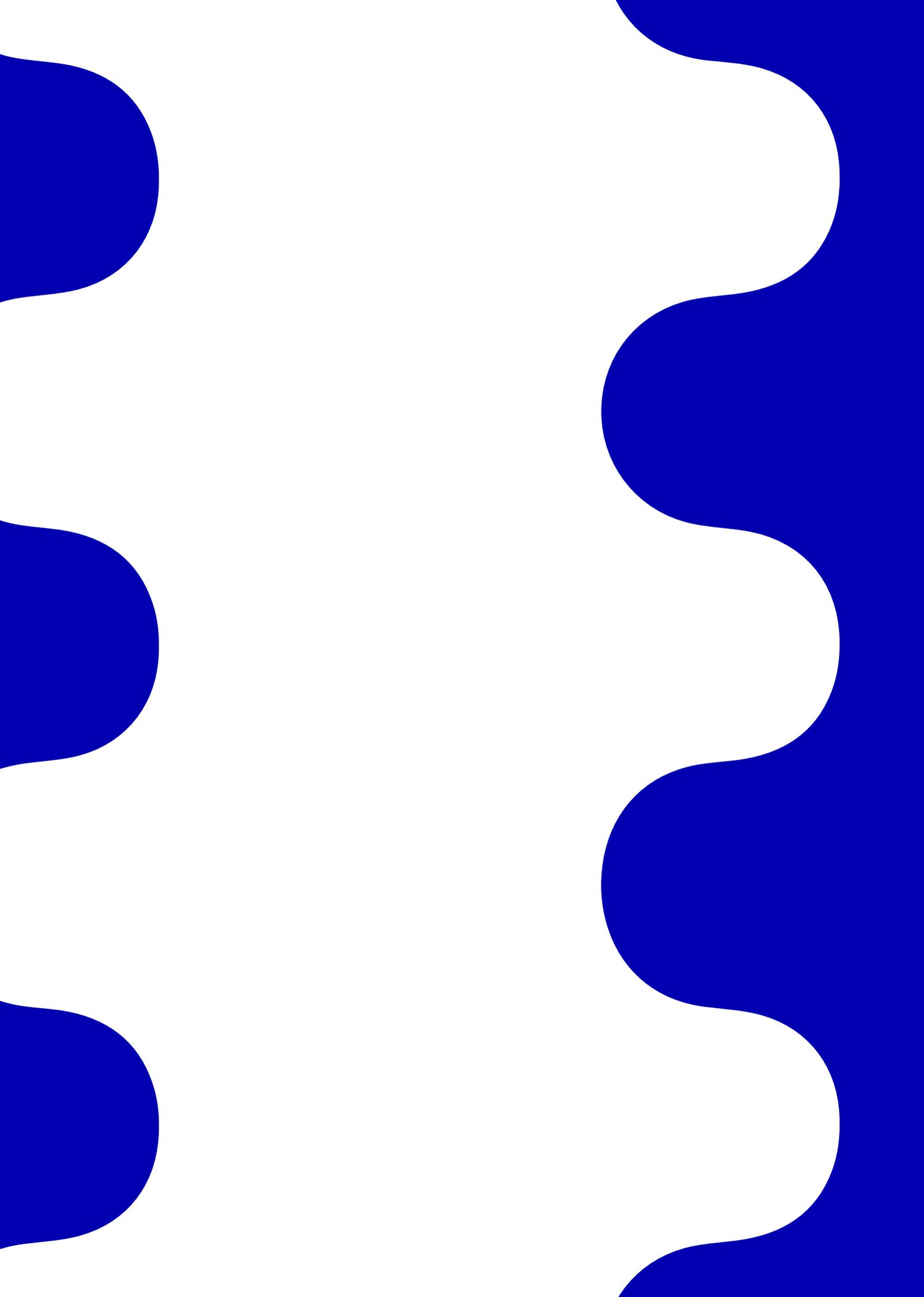
- Centros Esportivos Municipais: garantir o acesso aos Centros Esportivos Municipais a atletas amadores e profissionais com suporte de profissionais especializados nas diversas atividades esportivas.

- Retomar e ampliar os projetos das Vilas Olímpicas, mobilizando as secretarias de esporte, educação e saúde.

- Instituir uma **Política Municipal de Esportes**, definida para os próximos dez anos, em parceria com os clubes do Município, contemplando os vários níveis de desenvolvimento esportivo desde o esporte como educação até o esporte de alto rendimento e instituindo o **Fundo Municipal do Esporte**, viabilizando o lançamento de editais e ampliação de investimentos na área.

- Estabelecer, em parceria com a Riotur e a Secretaria Municipal de Turismo um amplo calendário de eventos esportivos para a cidade de forma a atrair turistas e desportistas de todo o Brasil.

- Firmar parcerias com os clubes esportivos do Município para utilização de seus equipamentos esportivos na implantação do contraturno nas escolas municipais e para consecução dos objetivos da Política Municipal de Esportes.



15

REFERÊNCIAS

CASA FLUMINENSE. Agenda Rio 2030. Políticas públicas para a redução de desigualdades, o aprofundamento democrático e o desenvolvimento sustentável na região metropolitana do Rio. Disponível em: casafluminense.org.br

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/nova-edicao-do-mapa-da-desigualdade-ja-esta-disponivel-para-download-gratuito/>

CARNEIRO, Mariana.; TOLEDO, Juliana.; AURÉLIO, Marcelino; ORRICO, Romulo. Espriamento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. EURE (Santiago) vol. 45, nº 136. Santiago, 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, FGV. O Rio em Perspectiva: Um diagnóstico de escolhas públicas. Diretoria de Análise de Políticas Públicas, DAPP/FGV. 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2017/04/O-Rio-em-perspectiva-web.pdf>

FUNDAÇÃO TELEFONICA. As estratégias de Sobral, no Ceará, para uma alfabetização de qualidade. 11 de outubro de 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonicao.org.br/educacao-do-seculo-xxi/as-estrategias-de-sobral-no-ceara-para-uma-alfabetizacao-de-qualidade/>

FREITAS, SANTOS, WAKIMOTO. Acesso aos Serviços de saúde por pacientes com suspeita de dengue na cidade do Rio de Janeiro. Cienc. Saúde colet. 24. Abril, 2019.

GOMES, Ciro. Programa Ciro Gomes Presidente. Partido Democrático Trabalhista. Disponível em: cirogomes.com.br

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2020 – ano base 2019. Secretaria do Tesouro Nacional, Agosto de 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/boletim-de-financas-dos-entes-subnacionais-conteudos-relacionados>

ONU, Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar nosso mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Sites e portais:

- Sites das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Cultura, Ordem Pública e Transportes.

<https://prefeitura.rio>

- DataSUS: <https://datasus.saude.gov.br/>

- Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/>

- JLeiva – Cultura & Esporte: consultoria especializada em cultura, esporte e terceiro setor:

<https://www.jleiva.co/>

- Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ): <https://www.tcm.rj.gov.br/WEB/>

<Site/Destaques.aspx>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

- Fundação Getúlio Vargas (FGV): www.fgv.br

- Partido Democrático Trabalhista (PDT): www.pdt.org.br

